



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 07/16

Data da Sessão: 29 de novembro de 2016

Início da Sessão: 09.45 horas

Fim da Sessão: 19.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos -----

1º Secretário: Carlos Lucas Correia -----

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Aos 29 dias do mês de novembro do ano de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:---

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2017 referente ao ano de 2016. -----
4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de Derrama a lançar no ano de 2017 referente ao ano de 2016. -----
5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Participação no IRS (imposto sobre rendimento das pessoas singulares) referente aos rendimentos de 2017, a cobrar em 2018. -----
6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar em 2017. -----
7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho para 2017. -----
8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Orçamento para 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020. -----
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 4ª Revisão Orçamental 2016. -----
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento para alienação de lotes e atribuição de incentivos do Pólo (Parque) Logístico e Industrial de Arazede. -----
11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Composição do Júri para Processos de recrutamento de Cargos Dirigentes . -----
12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Caminhos Agrícolas: Caminho Agrícola C10 (Ligação de Tentúgal a Pereira). -----
13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Caminhos Agrícolas: Caminho Agrícola C13 (Ligação de Carapinheira e Meãs a Formoselha) e CAR (ciclovía norte). -----
14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais Freguesia de Arazede (Caminho do Murteiro, EM 578-2, Troço na EM 592, Casal Fernandes e construção de passadeira nas Bicas). -----
15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais Freguesia de Arazede (CM entre a ex. EN335 – Vila Franca e Caminho do Cabeço Verde). ----- .

16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais Freguesia de Sto. Varão. -----

17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca (ex. E.N.341 Vila Nova da Barca – limite do Concelho). -----

19. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões (Rotunda da Inês até Rotunda do Rosmaninhal (agora denominada Rotunda Alves Barbosa)). -----

20. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões (Rua 25 de Abril, rua Infante D. Pedro, Rua do Prado, Rua dos Combatentes da Grande Guerra e PNMMV até Cruz de St. António).-----

22. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Estrada Municipal 111 (ex EN 111) – intervenções pontuais desde a rotunda do Rosmaninhal (agora denominada Rotunda Alves Barbosa) até ao limite do Concelho em Tentúgal.-----

23. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – sinalização Rodoviária (Ex. EN 335-1, Ex EN 335, Ex EN 111 e ex. EN 341).-----

24. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais Freguesia de Carapinheira (EM578 – parte, Rua do Arneiro, Rua D^a M^a Guilhermina Vaz (agora denominada D. Carmina Vaz), Rua Fonte da Parola, Rua da Fé, Rua da Várzea).-----

25. Conservação e Reparação do Castelo - Ajardinamento e Acesso Pedonal (parte) – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----

26. Conservação e Reparação de Edifícios Escolares: Meãs (Jardim de Infância – ampliação) – Aprovar sob proposta do Executivo Municipal: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----

27. EE Largo do Rossio Ereira para a EE Martim Longo Verride (Etar Verride) – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal:-----

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----

28. Conservação e Reparação de Etars – Etar de St. Varão/Formoselha (Reabilitação e Beneficiação) – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----

29. Rede de esgotos Ribeira dos Moinhos - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----

30. Rede de esgotos de Arazede – Fase E (Bebedouro) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: ---

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----

31. Rede de esgotos de Arazede – Fase F (Resgatados) – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: --

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----

32. Rede de esgotos de Arazede – Fase G (Tojeiro e Pisão) – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----

33. Rede de esgotos de Arazede – Fase D (redes de Gordos – Zambujeiro) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

- de junho de 2016;-----
- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----
34. Rede de esgotos de Arazede – Fase A (redes – traçado ao longo da ex-EN 335-1) – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----
- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----
- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----
35. Rede de esgotos do Moinho da Mata – construção (redes) – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----
- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----
- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----
36. Reabilitação Urbana em ARU – Construção (Capela de Santo António) – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----
- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----
- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----
37. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a alteração do Anexo I do Contrato Tipo de Concessão de Distribuição de Eletricidade em Baixa Tensão – Iluminação Pública do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP.-----
38. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Velho e a SOGILUB.-----
39. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de isenção de Pagamento da Taxa Municipal de Utilização do Castelo de Montemor-o-Velho pela SN Culture Unipessoal, Lda (Soniculture), tendo em vista a realização do Festival Forte. -----
40. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais para o ano económico de 2017. -----
41. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização genérica para efeitos do disposto no nº 2 do artº 16 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro - Isenções e Reduções de Taxas para o ano 2017.-----
42. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais.-----
43. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para efeitos do disposto no nº 2 do artº 16 da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – Listagem de isenções e/ou reduções de taxas. -----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Olga Susana Miranda da Silva. -----

Membros: Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Tânia Sofia de Jesus Monteiro em substituição de Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Luís Filipe Azenha Madaleno em substituição de Adelaide Maria Simões Medina, Rui Manuel Salgado Canha Limeiro em substituição de Edmea Tereza Reis Silva, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, Carlos Alberto Costa Gomes em substituição de Francisco Faria de Paiva Batista, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista Sobreiro, Susana Paula Malva Branco em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Telma Margarida Neves Simões em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Joaquim Graça Rainho em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes. -----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões e Secretária da JF Seixo.-----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Aurélio Manuel Mendes Soveral da Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro.-----

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Luís Pedro Simões Ribeiro, Camilo Jorge G. Coutinho Lourenço Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Adelaide Maria Simões Medina, Edmea Tereza Reis Silva e Francisco Faria de Paiva Batista. -----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 09h45m. Saudou os presentes e disse: “Relativamente à ordem de trabalhos, a funcionária afeta à Assembleia Municipal já teve a oportunidade de informar, mas de qualquer forma gostaria de propor, porque é aqui que isso tem de ser feito, a retirada do ponto 18 e do ponto 21, porquanto acabaram por não ser submetidos pela Câmara. E, também como ela tinha anunciado, o ponto 9, a redação que tem “4ª Revisão Orçamental”, deve ser corrigido por “Aprovar sob Proposta do Executivo Municipal, a 4ª Revisão Orçamental de 2016”. -----

----- Ainda a correção no ponto 19 e no ponto 22, a obra inicialmente tinha sido designada assim, porque tinha Rotunda do Rosmaninhal, mas como se recordam, por proposta da Comissão de Toponímia e a Câmara atribuiu, e bem, a designação de Rotunda Alves Barbosa. A obra é a mesma, estamos apenas a falar da toponímia que foi alterada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Ainda nessa correção, o ponto 24, uma vez que a Rua D. Maria Guilhermina Vaz, se chama agora Rua D. Carmina Vaz, que era a mãe da Senhora, não há mais alteração nenhuma, é apenas na denominação.

----- São essas as questões que gostaria de alterar. Em suma foi a retirada do ponto 18 e 21 e as correções, por questões de, não no ponto 9, por questão da proposta do Executivo Municipal e, nos pontos 19, 20, 22 e 24 por questões de denominação. · -----

----- Não sei se a Assembleia se quer pronunciar relativamente a esta questão. O ponto 18 e 21 são retirados. O ponto 9 a designação estava “4ª Revisão Orçamental” e é evidentemente “Aprovar sob proposta do Executivo Municipal, a 4ª Revisão Orçamental de 2016”, não há nenhuma alteração na substância, apenas da correta designação. Nos pontos 19, 20, 22 e 24 tem a ver com questões da nova toponímia e a sua correção. Onde está “Rotunda do Rosmaninhal” é agora denominada “ Rotunda Alves Barbosa”, no ponto 19 e o ponto 22. O ponto 20 onde está “Av. 25 de Abril”, por mais que alguns queiram que seja avenida, é “Rua 25 de Abril” e o ponto 24 que em vez de “Guilhermina Vaz “ é “Carmina Vaz”, não há nenhuma alteração dos pontos, há de facto a denominação correta da toponímia em causa.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que saudou os presentes e disse: “Obrigada, Senhor Presidente. Desejo que os trabalhos decorram com a elevação política que é necessária e recomendável. -----

----- Queria perguntar o porquê da retirada destes pontos. Há alguma razão que o Executivo lhe tenha feito chegar?”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Sim. Porque estas questões caem na alçada das competências do Presidente da Câmara, não houve nenhuma alteração. É uma boa questão porque, ainda por cima são duas freguesias da área do PSD, não há nenhuma questão relativamente a isso. O que o Senhor Presidente da Câmara me informou, é que efetivamente elas caem na competência dele e até já estão a avançar. Do ponto de vista da obra, não há nenhuma questão. Também perguntei o que é que se passava e o Senhor Presidente da Câmara disse que essas caem na sua direta competência e também já o terá explicado aos Srs. Presidentes de Junta, tanto quanto sei. -----

----- Não havendo mais questões, está aprovada a Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – Usou da palavra o PMAM que disse: “Começamos, então o nosso Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, com a aprovação da Ata da última Sessão do dia 16 de setembro de 2016. Assim sendo pergunto aos membros da Assembleia se há alguma questão que queiram colocar.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Para V. Ex.ª Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Senhor Presidente da Câmara, que não está. Gostaria de aguardar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

que ele chegasse porque estamos no uso da palavra e os Srs. Representantes do Executivo devem estar presentes, por isso eu aguardo.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor Deputado, de qualquer maneira, eu julgo que estamos a discutir a ata da nossa Assembleia, não me parece relevante a presença, neste caso, de qualquer elemento de outro órgão, porque este é um assunto que nos diz apenas e só respeito a nós. As questões com o Executivo, naturalmente o Senhor Deputado Oliveira e Sousa, terá toda a oportunidade de falar quando entender e como entender que eu dar-lhe-ei a palavra, como é hábito para isso. Só estamos neste momento na questão da ata da nossa última Assembleia.” -----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi com atenção o que V.^ª Ex.^ª disse e continuarei efetivamente a saudar V.^ª Ex.^ª, os Srs. Secretários, o Senhor Vereador, os Srs. Membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores, não podia deixar de dizer que é de bom timbre e de respeito também o simples estar, embora concordando com as palavras de V.^ª Ex.^ª. -----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, vai aprovar a ata, mas com o seguinte reparo: no ponto 21, que tinha tão só por objetivo aprovar a proposta da adesão da Assembleia Municipal à Associação Nacional de Assembleias Municipais. Na altura, na Comissão Permanente, V.^ª Ex.^ª fez um enquadramento histórico acerca desta nova associação e claro que, os membros da Comissão Permanente não levantaram ou suscitaram quaisquer argumentos. Porém, na discussão desta Assembleia foram levantadas dúvidas pelo regulamento da tal Associação, pelo deputado da CDU, Ricardo Brites, em que o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, se solidarizou. V.^ª Ex.^ª perante tal facto, retirou o ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Parece-nos que V.^ª Ex.^ª e a mesa da Assembleia Municipal não tinham competência para retirar unilateralmente tal ponto, por isso, afigura-se-nos ferida de ilegalidade. -----

----- Mas isto que é tão só para valorizar o que disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quando citou Torga, não ao acaso. Quando disse que às vezes nós levamo-nos muito a sério e esquecemo-nos que os munícipes não nos elegeram para nos levarmos a sério. Elegeram-nos, tão só, para levarmos a sério aquilo que fazemos. Portanto, Senhor Presidente, temos que ter cuidado na nossa atuação e também na nossa linguagem e não sentirmos que estamos num patamar superior aos outros. É tão só o que o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra deixa este reparo. Muito obrigado.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Muito obrigado pelo reparo. Eu entendi que da discussão que foi gerada que toda a gente concordou, que toda a Assembleia concordou. Isso não consta aqui de facto e foi como o Senhor Deputado Municipal disse. Na interpretação que fiz, julgo que nenhum membro da Assembleia a questionou. De facto se foi uma decisão unilateral da minha parte e se esta decisão está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

ferida de legalidade eu julgo que com a aprovação da ata e como o Senhor Deputado Municipal, assim disse e que constará desta ata, julgo que a Assembleia não põe em causa a retirada do ponto tal e qual ela foi feita. De qualquer maneira, essa questão ficará na ata de hoje e o que está em causa é a ata desta Assembleia que está nesse ponto de vista, tal e qual como foi dito e referido na ata. O que só poderia ser assim.”

----- A ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 16 de setembro de 2016, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”.-----

----- Ainda antes do Período Antes da Ordem do Dia, a questão da listagem que receberam da correspondência emitida e recebida pela Assembleia, claro que há a acrescentar neste intervalo toda a tramitação das substituições, mas também como é hábito se alguém quiser alguma dessa correspondência e que ainda não tenha recebido pode contactar o secretariado da Assembleia que lhe será entregue. -----

----- Nessa perspetiva eu interrompia 5 minutos para que as Bancadas pudessem fazer chegar à mesa as propostas, moções, requerimentos e intervenções que têm para esta Assembleia. 5 Minutos de interrupção.-----

----- Retomamos a nossa Assembleia e dou a palavra ao Senhor Secretário, Carlos Lucas que entregou uma moção.”-----

----- Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas (PS) – Congratulações de Aniversário conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) – Congratulações de Aniversário conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Moção apresentada pelo membro Luís Madaleno (Coligação Mais Por Montemor) – Congratulações de Aniversário conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Dou a palavra ao Senhor Deputado Oliveira e Sousa pedindo que eleja a primeira que entender dos dois requerimentos e três intervenções que entregou na mesa.”-----

----- Intervenção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Educação Política/ Cultura e Respeito, que a seguir se transcreve: -----

----- *“O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se candidatou tão só para dar esperança e dignidade às pessoas deste concelho relativamente ao assunto em referência, vem dizer o seguinte:* -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Na última reunião deste órgão político eleito pelo Povo, tivemos a oportunidade de ter entre nós esse mesmo Povo, representado através de alguns cidadãos que tomaram a liberdade de vir a esta humilde casa para contactar com os seus representantes, democraticamente eleitos e, assistirem ao trabalho que os mesmos estão incumbidos de fazer. -----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, fazendo jus aos alicerces da sua constituição teve o grato prazer de falar pessoalmente com estes cidadãos tão ilustres como outros que aqui vêm parar, por este ou por aquele motivo e, procurou inteirar-se da opinião que os mesmos formaram sobre o funcionamento deste órgão de decisão política autárquica. -----

----- Qual a resposta? -----

----- O veredicto traduziu a conclusão infeliz de que a política é um exercício triste, vergonhoso, deprimente e sem princípios, onde ressalta a falta de educação e respeito político e mesmo pessoal. Foram apontadas as chegadas tarde dos intervenientes políticos (atrasos que ultrapassaram a dita tolerância académica), são os telemóveis que não se calam, são as saídas constantes, em estilo passerelle, sem que para isso haja o mínimo cuidado de não fazer barulho; são as conversas constantes, os risos e comentários que são tecidos quando alguém está no uso da palavra; são as interjeições despropositadas e de mal dizer sobre aqueles de quem não se gosta. -----

----- Claro que o senhor Presidente da Assembleia Municipal bem se esforça para resolver estas faltas de educação política, para isso basta ler a transcrição da ata da última reunião desta Assembleia, que passamos a citar: -----

----- “Usou da palavra o PMAM que disse: o deputado Oliveira e Sousa merece como todos nós o respeito por aquilo que diz, independentemente daquilo que diz. Nessa perspectiva, não me atrevendo a repreender ninguém, gostaria, naturalmente que os senhores vereadores do PSD e a senhora deputada Maria João Sobreiro, que provavelmente, nem me estão a ouvir a mim, tivessem outro tipo de atitude, perante a intervenção do senhor deputado Oliveira e Sousa” fim de citação. -----

----- Dito isso e, por quem bem sabe ensinar, começa a ser relevante a definição de um código de condutas, por forma a valorizar o exercício da democracia e da ética social, ou seja da civilidade, é isto que o Movimento Independente de Cidadania se prepõe.” -----

----- Intervenção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Recusa do visto prévio por parte do Tribunal de Contas ao Plano de Saneamento Financeiro do Município de Montemor-o-Velho, que a seguir se transcreve: -----

----- “Costuma dizer o povo, e com razão: “Deus escreve certo por linhas tortas”. -----

----- Para o assunto que abre esta intervenção do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra que se candidatou tão só para dar esperança e dignidade às pessoas, nós acrescentamos o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

seguinte: -----
----- “Quem ri por último é que ri melhor!” -----
----- Não que nos apeteça rir, mas tão só queremos dizer que o tempo acaba sempre por nos dar razão. -
----- Senão vejamos, recordemos a intervenção do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, na reunião da Assembleia Municipal do dia 30 de junho do corrente ano, no que diz respeito ao ponto 14 – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano de Saneamento Financeiro e estudo fundamentado da situação financeira do Município de Montemor-o-Velho para efeitos do nº 5 do art.º 58º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que passamos a citar:-----
----- “Pedi a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, ouvi com toda a atenção a explicação que o Senhor Professor deu. Realmente esta mesma atenção reflete-se tão-só e em princípio no outro ponto aprovado atrás, mas tem reflexos. E quando o Senhor Professor diz que o Senhor Presidente da Câmara já se antecipou auscultando as entidades bancárias para o tal empréstimo de Saneamento Financeiro, eu questiono: e se a DGAL não aceitar unilateralmente a saída daquele empréstimo? Se ela colocar condições? Como é que a banca nos vai financiar? É tão-só isso,” fim de citação.
----- Ora, claro está que as questões por nós colocadas no calor da discussão do momento pareceram a muitos ou a alguns, infundadas, descontextualizadas e pouco precisas. O próprio presidente de câmara até teve o desplante de reinar, senão zombar com o Movimento e com o slogan que o caracteriza, como se isso fosse o cerne da questão.-----
----- Nesse momento era nossa intenção votar contra tal medida, uma vez que no nosso entendimento, não foram acauteladas as possibilidades de recusa do Tribunal de Contas, ao documento em causa. Só nos abstivemos na votação pelos princípios de economia preconizados pelo mesmo e, porque um voto contra podia ser penalizador das intenções da autarquia. -----
----- Assim sendo, e porque tal ponto não suscitou qualquer dúvida aos presentes, exceto a nós, quase todos votaram favoravelmente esta proposta, exceto o representante do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra. -----
----- Contudo, o tempo acabou por nos dar razão, materializada na recusa do visto prévio do Tribunal de Contas ao Plano de Saneamento Financeiro de Montemor-o-Velho, o qual, ao ser implementado iria condicionar os possíveis executivos autárquicos nos próximos 14 anos. -----
----- Assim, neste momento, sobre este assunto, continuamos a manifestar a nossa profunda preocupação uma vez que esta recusa por parte do Tribunal de Contas suscita a maior incerteza sobre o atual e os próximos exercícios económicos. -----
----- Por outro lado, estranhámos que, a importância do ponto acima citado, o mesmo não tenha merecido do executivo camarário, o pedido de inclusão na ordem de trabalhos dessa reunião, para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

apreciação, com os deputados municipais, independentemente da sua posição de voto nesta matéria. Faz-nos parecer que nada de mal aconteceu, ou estaremos todos enganados? -----

----- Por fim, concluímos a nossa intervenção referindo o que sempre dissemos: -----

----- *PODEM CHAMAR MUITOS NOMES AOS REPRESENTANTES DO MOVIMENTO INDEPENDENTE DE CIDADANIA POR AMOR A ESTA TERRA, CONTUDO NÃO SOMOS IDIOTAS. Temos dito.* -----

----- Requerimento apresentado pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Participação da adjunta do presidente da câmara municipal de Montemor-o-Velho, na reunião deste órgão autárquico realizada no dia 19-09-2016, que a seguir se transcreve: -----

----- *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal* -----

----- *Senhor Presidente da Câmara Municipal* -----

----- *Excelentíssimos senhores, Excelentíssimas senhoras* -----

----- *Importa recordar que o Movimento Independente de Cidadania, Por Amor a Esta Terra, que se constituiu tão-só para dar esperança e dignidade às pessoas deste concelho, na reunião da última Assembleia Municipal trouxe à apreciação deste órgão, através de uma intervenção própria, a informação referente à atuação da adjunta do senhor presidente de câmara numa das noites do certame da feira de ano, mais especificamente na área dos bares de apoio a este evento lúdico/cultural.* -----

----- *Longe estava o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra de imaginar que a nossa intervenção seria corroborada por outros intervenientes desta Assembleia e que, o desenvolvimento deste processo se estendesse à reunião de câmara municipal, por forma a que a dita funcionária pudesse ter a oportunidade de defesa da honra ou do direito do contraditório, tal como sugerido pelo presidente de câmara, sempre solicito nestas questões de justiça.* -----

----- *Ora, importa referir que perante tal aparato criado na última reunião, não tenha o mesmo presidente trazido a este órgão e aos seus legítimos representantes, hoje, as apreciações e/ou mesmo conclusões do confronto a que foi sujeita a adjunta do senhor presidente.*-----

----- *Perante a gravidade das acusações tecidas a esta funcionária, como fez entender o seu chefe superior, impõe-se o registo dos factos que a totalidade dos membros da Assembleia Municipal não tiveram oportunidade de conhecer.* -----

----- *Mas como o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra não gosta de apreciar os assuntos pela rama, a nossa curiosidade levou-nos a ler o registo da ata da reunião de câmara do dia 19-09-2016.*-----

----- *Assim, é com muito agrado que reconhece o carácter cumpridor que o senhor presidente da câmara demonstra, uma vez que cumpriu a palavra dada na Assembleia Municipal.* -----

----- *Contudo das intervenções da adjunta do senhor presidente de câmara não se pode depreender*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

qualquer sentido de defesa, senão vejamos: -----

----- 1º - É dito pela funcionária em causa que: “Foi dito pelo senhor presidente de que às duas da manhã encerravam os bares...”. Ora a presença da adjunta de senhor presidente num dos bares, junto de amigos que estavam a beber e a comer hambúrgueres, contraria a ordem dada pelo presidente da câmara. Refere a mesma funcionária que não estava a prevaricar, embora estivesse com um grupo de pessoas que o estavam a fazer. Como é que se entende isto? -----

----- 2º - Na primeira intervenção da adjunta do presidente não é esclarecida coisa nenhuma, sendo que esta aproveita o ensejo para atacar o vereador Jorge Camarneiro, com evasivas sobre a sua pessoa e mesmo sobre o discurso que este fez sobre o Dia Internacional da Mulher, para o acusar de demagogia política e ideológica, isto tudo com expressões tipo “olhos nos olhos”, “cara a cara”. -----

----- 3 – Quanto à questão referente à publicação de um post na página de facebook do senhor Francisco Batista, as explicações da adjunta do senhor presidente, para além de vagas, pouco concisas e contraditórias face à sua primeira intervenção, fazem alusão aos factos como um fait-divers. Ora toda a hipotética explicação desta funcionária aponta para algo muito complexo e transversal a outros eventos onde é possível descortinar mal-estar criado entre munícipes e autarquia -----

----- 4 – Em todo o processo apenas uma coisa se aproveita como válido que é a pretensão apresentada pela funcionária em causa no sentido de se instaurar um processo de averiguações. Contudo, no mesmo devem ser ouvidos todos os intervenientes neste episódio, apurando a realidade dos factos, estabelecendo medidas disciplinadoras à altura das conclusões. -----

----- Por último o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra considera que as declarações que o vereador Jorge Camarneiro ainda prestou sobre esta assunto, devem representar um preocupação para todos, em especial, numa autarquia que deve defender os ideais do 25 de Abril de 1974. Para que todos possam entender a nossa mensagem citamos o que disse o senhor vereador: -----

----- “A Senhora Adjunta e os seus serviços dizem aquilo que querem, nos meios pagos pelo Município, na página do facebook, as fotografias que metem em todo o lado. Fazem e dizem o que lhes apetece, ignorando a maior parte das vezes a posição dos outros elementos do Executivo. Fazem a promoção própria da maioria. E portanto, não podem estar à espera que os outros não utilizem outros meios para poder dizer o que lhes apetece, respondendo por aquilo que dizem. -----

----- Isso de andar com o complexo de perseguição relativamente aos post’s que faz desde o primeiro dia que aqui entrou neste Executivo, aos post’s que publica mas que assina e que escreve, não sendo escritos por mais alguém, ou às partilhas que faz, que também estão lá ditas por quem partilha.” -----

----- Assim, prova-se aquilo que sempre tivemos coragem de dizer. Temos dito. -----

----- Relativamente a este processo de averiguações, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

a Esta Terra, que se candidatou tão só para dar esperança e dignidade às pessoas deste concelho requer o resultado das respetivas averiguações, ou inquérito, que vossa Excelência, Senhor presidente ordenou. -----

----- É isto tão só que o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra requer que diga as medidas que Vossa Excelência tomou sobre este assunto.” -----

----- Requerimento apresentado pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Prestação de informação administrativa, nos termos dos arts. 266º e 268º da CRP, dos arts. 7º, 61º, 62º, 65º e 71º do CPS, e dos arts. 1º, 4º, nº 1, al. A), 5º, 11º e 13º da LADA, às questões por nós formuladas, onde se faça constar cópia integral detalhada, de todos os contratos de seguros realizados pela autarquia de Montemor-o-Velho, bem como dos agentes de seguros responsáveis por esses contratos e, dos custos económicos que os mesmos representam para o município e assim como das diligencias tomadas para a constituição de concurso público para aquisição de serviços na área dos seguros, que a seguir se transcreve: -----

----- “ Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Excelentíssimos senhores, Excelentíssimas senhoras -----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra que se candidatou tão só para dar dignidade e esperança às pessoas, relativamente ao assunto em referência vem por este meio recordar a intervenção que fez na reunião da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho no dia 26 de junho de 2016, a qual passamos a citar: -----

----- “Excelentíssimos senhores: -----

----- Recordando as palavras do senhor presidente de câmara municipal de Montemor-o-Velho, na reunião da Assembleia Municipal de 24 de abril do corrente ano e que importa reproduzir: “ Quanto aos restantes seguros, a guerra está instalada. Eu agradeço penhoradamente a interpelação que me fez, porque quase toda a gente dos seguros anda zangada com o presidente de câmara, mas não todos.” -----

----- Torna-se importante perceber, por a mais b: -----

----- 1º - Quem é que anda zangado com o senhor presidente de câmara municipal por causa dos seguros? Isto porque “quase toda a gente” é muita gente e, não é ninguém. -----

----- 2º - Porque se zangaram com tão ilustre pessoa? Estará, em matéria de seguros, tudo a ser feito da melhor forma? -----

----- 3º - Quem é que ainda não se zangou? A pessoa que tem assegurado os seguros da autarquia na sua totalidade? -----

----- 4º - Como se processa a contratação dos seguros da autarquia? As propostas são apresentadas por carta fechada em momento criado para o efeito com júris de avaliação? -----

----- 5º - É o processo de atribuição dos contratos de seguros um modelo perfeito, eficaz e -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

independente? -----

----- São estas e muitas outras perguntas que, até hoje continuam sem resposta, porque em quase 2 anos de mandato, um concurso público em matéria de seguros, continua a ser, para o executivo, um problema difícil de resolver, talvez por falta de pessoal auxiliar com competências no ramo, que só por si determinaria a contratação de mais um serviço complementar. -----

----- Deste modo, e por forma a conhecer o verdadeiro domínio da contratação dos seguros contratualizados pela autarquia de Montemor-o-Velho, o membro da Assembleia Municipal, em nome do Movimento Independente de Cidadania, Por Amor a Esta Terra, vem, por intermédio da mesa da Assembleia Municipal, requerer a prestação da informação administrativa, nos termos dos arts. 266º e 268º da CRP, dos arts. 7º,61º,62º 65º e 71º do CPA, e dos arts. 1º,4º, nº 1, al. a), 5º 11º e 13º da LADA, onde se faça constar cópia integral detalhada, de todos os contratos de seguros realizados pela autarquia de Montemor-o-Velho, bem como dos agentes de seguros responsáveis por esses contratos e, dos custos económicos que os mesmos representam para o município. -----

----- A informação administrativa solicitada deve ser prestada por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 14º da LADA.” fim de citação. -----

----- Ora, importa referir que, mais um ano volvido, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se candidatou tão só para dar esperança e dignidade às pessoas do concelho, continua a não vislumbrar a resolução deste processo. -----

----- Para o efeito, as informações outrora prestadas, para além de vagas e pouco concisas, continuam a deixar no ar algumas dúvidas que gostaríamos que se fossem respondidas, nomeadamente: -----

----- 1º - Como são hoje, um ano após a nossa intervenção, contratualizados os contratos de seguros que a autarquia necessita de realizar? -----

----- 2º São propostas avulso ou inserem-se numa política de seguros de grupo? -----

----- 3º Quem coordena a gestão da escolha das seguradoras e das propostas por estas apresentadas? -

----- 4º Quais os mediadores de seguros que detêm contratos de seguros contratualizados pela autarquia. -----

----- 5º Quais os montantes pagos nos diferentes seguros que a autarquia contratualizou? -----

----- 6º São feitas atualizações aos contratos já celebrados, em matéria de seguros, que permitam à autarquia diminuir os custos inerentes nesta rubrica? -----

----- 7º Existe caderno de encargos para a constituição de um concurso público para a aquisição dos seguros que a autarquia necessita? -----

----- 8º Estão inventariados todos os recursos que são alvos da instauração de processos de seguros a adquirir pela autarquia? -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- 9º Porque razão não foi ainda definido um concurso público para os diferentes seguros que a autarquia detém? -----

----- 10º Porque continuam, ainda hoje, certas pessoas zangadas com o senhor presidente de câmara, quando se trata da matéria inerente à contratualização de seguros? -----

----- Posto isso, também sabemos que o senhor presidente sabe que os exemplos do passado prejudicam esta autarquia, no que diz respeito a esta matéria. Sabemos igualmente da intenção que teve para corrigir a política de atribuição de seguros avulso. Contudo concluímos que o senhor presidente se ficou pela intenção, já que não teve a coragem de dar o passo em frente e que isso, muitos dissabores lhe trouxeram.

----- Assim, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se candidatou tão só para dar esperança e dignidade às pessoas deste concelho vem por intermédio da mesa da Assembleia Municipal, requerer a prestação de informação administrativa, nos termos dos arts. 266º e 268º da CRP, dos arts. 7º, 61º, 62º, 65º e 71º do CPA, e dos arts. 1º, 4º, nº 1, al. a), 5º, 11º e 13º da LADA, às questões por nós formuladas, onde se faça constar cópia integral detalhada, de todos os contratos de seguros realizados pela autarquia de Montemor-o-Velho, bem como dos agentes de seguros responsáveis por esses contratos e, dos custos económicos que os mesmos representam para o município e assim como das diligências tomadas para a constituição de concurso público para aquisição de serviços na área dos seguros. -----

----- A informação administrativa solicitada deve ser prestada por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 14º da LADA.” -----

----- Intervenção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Situação ecológica referente aos jacintos de água existentes no leito do rio Mondego, que a seguir se transcreve: -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal ----- ’

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Excelentíssimos senhores, excelentíssimas senhoras -----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se constituiu tão só para dar esperança e dignidade às pessoas deste concelho, sempre soube que o presidente desta autarquia desde cedo percebeu que no seu mandato, as plantas e as flores não seriam o seu forte, e muitas vezes sinal de muitas dores de cabeça. -----

----- A nossa visão estratégica desde logo o alertou para os potenciais problemas decorrentes de quem pouco percebe desta matéria senão vejamos: -----

----- 1º - no seu espaço político, dominado pela Rosa, nem todas floriram, sendo que algumas muitos espinhos trouxeram pelo facto de terem sido preteridas por não conseguirem dar o perfume que estava disposto a ter; -----

----- 2º - o início do exercício do poder foi marcado pela presença da flor do jarro, embora flor bonita e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

singela depressa começou a destoar no ramo pela sua diferença. Tal facto levou a que depressa tivesse de captar outra flor em jardim alheio; -----

----- 3º - Esta flor alheia depressa granjeou a admiração pelo excelente jeito que dava ao poder do ramo, no entanto, não deixou de ser notado algum mal estar no seio do jardim e naquele murcho, e no atual vai murcho dia após dia, porque o domínio da rosa não lhe perdoa. -----

----- 4º - O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra depressa começou também a importunar com as ervas que erradamente cobriam as paredes do castelo e que teimavam a não sair. -----

----- 5º - Mais tarde foram os choupos do Centro Náutico que por “estarem velhos e mal localizados” tiveram de ser cortados. Outra dor de cabeça para quem não percebeu que não se podia dar abrigo gratuito às cegonhas. E da madeira ainda não se sabe o que foi o seu destino. -----

----- Por último para não bastar, surge a praga dos jacintos de água nos leitos do rio Mondego. Pouca sorte pensou o Senhor presidente de Câmara que uma vez mais tinha problemas com o reino das plantas. --

----- Sobre este último problema como o resolver? Simples: o rio Mondego não é meu e os jacintos de água até são flores bonitas. -----

----- Contudo a praga cresceu e as vozes discordantes não se calaram. Por isso só a muito custo lá foi feita uma reunião para resolver o problema. -----

----- Mas mesmo aqui há que marcar a diferença e passamos a citar o que disse o senhor presidente: ---

----- “Vamos tomar uma medida excepcional. Vou colaborar, mas esta não se pode tornar uma obrigação permanente para a Câmara” -----

----- Claro está que tal intervenção merece do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra os seguintes reparos: -----

----- 1º - Quando um problema acontece no seu território ele constitui um problema nosso e como tal varrer para debaixo do tapete ou atirar para o quintal do vizinho não é solução; -----

----- 2º - Todos os problemas tem solução, em especial, quando temos a capacidade de ouvir para bem decidir; -----

----- 3º - Tal como diz o ditado “Quem te avisa teu amigo é”, e como tal ignorar todos os avisos que sistematicamente foram feitos foi um erro estratégico que não fez granjear amigos; -----

----- 4º - Sempre podemos escudar-nos que certos bens não são nossos, porém não os podemos utilizar apenas quando interessam. Deste modo faz parecer falsa modéstia; -----

----- 5º - Quando não somos capazes de enfrentar um problema pedimos ajuda. Hora tal não aconteceu, até ao momento em que os jacintos eram mais que muitos; -----

----- 6º - É preciso também não esquecer que só somos ajudados quando temo a capacidade de ajudar, nem que para isso, isso tenha de acontecer sempre; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- 7- Por último é preciso ter cuidado que só nos levam a sério quando temos atitudes sérias, talvez por isso as dificuldades que sente em conseguir muitas vezes os apoios que reclama. -----

----- Assim sendo, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se constituiu tão só para dar esperança e dignidade às pessoas deste concelho, lamenta a atuação do senhor presidente de câmara no processo de erradicação dos jacintos de água dos leitos do rio Mondego, uma vez que se pautou por uma desvalorização deste problema e por uma ação tardia em termos da sua resolução. -----

----- Este movimento só faz votos que outras plantas e outras flores não venham a criar mais problemas e dores de cabeça ao senhor presidente da câmara.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Muito obrigada senhor presidente. Na sua pessoa cumprimento toda a Assembleia, Senhores Vereadores, Senhor Presidente de Câmara e demais presentes nesta sala, desejando que os trabalhos decorram de uma forma profícua e que cada um de nós possamos fazer o nosso trabalho para o qual fomos eleitos, da melhor forma possível. Mas, tendo em conta que o ilustre deputado municipal se dirigiu a mim, terei que também me dirigir a ele proferindo algumas palavras que acho pertinentes, alegando aqui a defesa da minha honra. -----

----- Primeiro, dizer que o senhor deputado se dirige muitas vezes quer à classe política quer aos munícipes deste concelho, quer até a associações deste concelho, de uma forma muito pouco própria que roça muitas vezes a má educação, a maledicência e a ofensa. Como tal, não lhe reconheço qualquer legitimidade para se dirigir sobre a minha pessoa nos termos que o fez. Deve lembrar-se do seguinte: eu quando estou a falar com os meus colegas de bancada ou com os nossos vereadores é sobre os temas que estão a ser discutidos nesta Assembleia, não tenho culpa que o senhor deputado não tenha colegas de bancada, mas quanto a isso foi o povo que escolheu assim, temos pena. -----

----- Não se pode também esquecer que no passado, quando o senhor deputado ficava lá atrás tinha sempre os seus companheiros de partido a assessorá-lo e, muitas vezes também faziam barulho. E muitas vezes foi chamado à atenção pelo Senhor Presidente da Assembleia e, que nem por isso acatou esses reparos. -----

----- Como tal, reitero que não lhe reconheço, mais uma vez, qualquer legitimidade para dizer o que disse, não faltaria mais nada. Fui democraticamente eleita, tal como o senhor, portanto ele que faça o seu trabalho, que eu faço o meu. Que faço sempre fiz e farei com educação e respeito pelos outros, coisa que muitas vezes o senhor deputado não sabe o que é. Muito obrigada.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de dar a palavra aos próximos inscritos, gostaria de fazer um apelo à Assembleia, não volto a citar Torga porque acho que já o fiz demasiadas vezes mas, necessariamente é importante que nós nesta Assembleia olhemos para aquilo que é o nosso principal objetivo, suponho eu, que é o Município de Montemor-o-Velho, as condições de vida dos seus munícipes e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

eu peço-vos, se puderem, esquecer um pouco as pequenas picardias, as pequenas quezílias, as pequenas diferenças de opinião, que todos temos, e que eu também tenho e, apelava que a Assembleia se concentrasse, na minha opinião, no objetivo principal para a qual fomos eleitos e, pudesse tolerar mais aquilo que cada um diz, porque nós não podemos ter a noção que só nós é que devemos ser tolerados e não haver tolerância para os outros. -----

----- Senhoras deputadas, senhores deputados municipais, não entendam isto como nenhum gesto de estar aqui na mesa a um nível superior, entendam como um desabafo do Fernando Ramos, que por acaso neste momento está a presidir a Assembleia Municipal.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com o devido respeito, senhor presidente, não haja dúvidas que a senhora deputada Maria João Sobreiro não sabe o que diz. Sabe porquê? Porque quem a chamou a atenção a senhora deputada foi o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que lhe disse para ela ter cuidado. É que lhe disse para ela estar calada e não esteve. Foi o Senhor Presidente é que a chamou a atenção, não foi o deputado Oliveira e Sousa. -----

----- Mas eu até dou de barato, porque ainda é uma deputada tenrinha. Não sei onde é que ela tirou o curso de direito.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado Oliveira e Sousa, tem que ter a noção dos termos que utiliza. Não pode, como eu disse, perceber que todos temos que ter tolerância para consigo e o senhor não tem tolerância para o que se diz nesta Assembleia. Neste momento o Presidente da Assembleia Municipal entende que a linguagem que utilizou relativamente à senhora deputada e, agora foi o senhor deputado Oliveira e Sousa, relativamente à senhora deputada Maria João Sobreiro ultrapassa o aspeto político, porque há palavras e palavras. Eu prefiro que se vire, nesse aspeto, contra mim, contra a minha pessoa, se assim o entender, pela forma como estou a dirigir os trabalhos, mas volto a dizer isto: não vale a pena evocar tolerância quando não temos tolerância para aquilo que os outros dizem a nosso respeito. Retome a palavra o senhor deputado Oliveira e Sousa, fazendo uso daquilo que disse, antes e agora. -----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ora bem, o que estava a dizer no início é que quem chamou a atenção a senhora deputada e senhores vereadores do PSD foi V.ª Ex.ª, não fui eu. Portanto se não entendeu a senhora deputada esta mensagem e me denominou a mim que a tivesse chamado a atenção foi um erro. -----

----- Mas não deixei de dizer e responder às palavras que a senhora deputada usou, na verdade não são as mais dignas para o curso que ela tem. É porque sabe, eu quando me licenciiei em direito, havia as normas de civilidade, de retorno e de cortesia. Portanto eu sempre, nessa parte, pautei pela cortesia e pelas normas de civilidade. E neste termos, quando utilizei essa dita palavra, foi num ato de condescendência. ---

----- Às vezes posso não ser bem entendido, mas há um principio sempre jurídico, dentro desta forma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

de estar e não é neste meu princípio tão só refiro-me, e mais uma vez digo que essa falta de elevação ou falta de tolerância não diz respeito à minha pessoa, mas sim a quem as profere. -----

----- Repare, V.^a Ex.^a foi a pessoa e, é professor e, que muito bem sabe ensinar, chamou a atenção pelo respeito que todos nós quando intervimos devemos ser ouvidos, escutar e depois responder. -----

----- Muitas vezes o que é da política, é política e o nunca personalizo questões com ninguém. E é nessa parte deste princípio que eu sou tolerante, porque na verdade onde aprendi, e as regras disciplinadoras das normas de cortesia e de boa conduta, aprendem-se na escola e essas escolas estão sempre presentes em mim próprio naquilo onde estudei. Se efetivamente as pessoas não a tomaram quando andavam na escola, não é agora e no tempo que a vão tomar. Mas têm tempo para aprendê-las e para terem elevação e para perceber que quando se fala e quando são chamadas à atenção. -----

----- Não fui eu que o disse. -----

----- E por aqui me fico para não me alongar mais neste princípio que mereceria outra resposta, mas vou-me coibir de a dar, porque não quero personalizar ninguém. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Agradeço e dou a palavra à deputada Maria João Sobreiro, apelando para a última parte que o senhor deputado Oliveira e Sousa disse.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Senhor presidente, muito obrigada. Só fazer um reparo. Estas situações são recorrentes, mas dizer que se calhar, muitas vezes também se for retirada a palavra a este tipo de intervenções, isto acaba por terminar porque depois a pessoa não tem palco para brilhar e de maneira que acaba por *“virar-se o feitiço contra o feiticeiro.”* -----

----- Só dizer uma coisa muito simples. Realmente eu sou muito tenrinha de idade. É verdade. Se calhar tenho idade para ser filha ou neta deste deputado da Assembleia Municipal. Mas em favor de dignidade, tomara ele chegar aos meus calcanhares. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Não tenho mais nada a dizer.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhores deputados municipais, senhoras deputadas. Voltemo-nos a concentrar no Período Antes da Ordem do Dia. Tem a palavra o deputado Fernando Monteiro porque foi quem eu vi mais rapidamente levantar o braço, sei que outros depois o levantaram.” --

----- Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais Por Montemor) que saudou todos os presentes e disse: “O assunto que trago aqui prende-se com uma situação decorrente na freguesia de Santo Varão. -----

----- Está a decorrer neste momento a renovação de caminho-de-ferro entre as estações de Alfarelos e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

da Pampilhosa. Esta é uma renovação de caminho-de-ferro que estava prevista há mais de 20 anos, com outra dimensão ao fim de 20 anos, a fim de permitir a passagem de comboios de alguma velocidade, não de alta velocidade, mas de média velocidade e, estando a decorrer esta renovação, verifico que as passagens superiores e inferiores projetadas para a nossa freguesia, ainda não se encontram nem executadas, nem em plano de execução. -----

----- É evidente que o problema e a responsabilidade não será, primariamente, deste executivo, tanto mais que na averiguação que fui fazendo, este processo começou em 2004, portanto há 12 anos e, teve situações sucessivas de protocolos entre a CP e mais tarde com a REFER e não sei se ainda já com as Infraestruturas de Portugal, penso que com esse ainda não. -----

----- A minha pergunta coloca-se ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente e sabendo que a freguesia de Santo Varão está completamente dividida ao meio na sua forma longitudinal em todo o seu comprimento pela via ferroviária da linha do norte e, em que foram suprimidas já cerca de 3 passagens de nível, por mercê do mesmo aumento de velocidade a que se circula naquela linha, e com os inconvenientes daí decorrentes, particularmente para as pessoas que habitam nos montes de Formoselha, porque estando seccionado e tendo sido construída uma passagem rodoviária superior, muitas vezes usa-se esses pedonais para quem tem terrenos ou habita nos Montes de Formoselha e no centro de Formoselha, ou vice-versa e tem que deslocar, tem que dar uma volta relativamente grande que não consentânea, hoje em dia, com a mobilidade das pessoas. -----

----- Sabendo que houve uma série de intervenções que não posso precisar quantas, mas sei porque já estou nesta Assembleia há 15 anos, seguramente, e já alguns assuntos foram debatidos e analisados relativamente a isso, sei que alguns assuntos foram protocolados, concursados, anulados e a pergunta que faço ao Senhor Presidente mais uma vez e repetindo, em jeito de recomendação, com a certeza que estará a acompanhar o processo e qual será a perspetiva futura, pelo menos para as duas passagens, uma superior e uma inferior na freguesia, de forma a minimizar as dificuldades e permitir as melhores acessibilidades. -----

----- Agradecia, senhor presidente, em jeito de recomendação que acompanhasse, tanto mais que a linha naquele percurso vai ter 120 Km de circulação de comboios o que prefigura uma situação de dificuldade no seu atravessamento e além disso melhoraria substancialmente o grau de mobilidade para as pessoas da freguesia. -----

----- Uma outra situação, que não tem nada a ver com esta que posso também alertar é uma preocupação enquanto munícipe que é saber se eventualmente a câmara tem prevista a aquisição de um autocarro ou de um mini-autocarro porque eu sei que o mini-autocarro que existe é do tempo do Dr. José Manuel Antunes e terá já seguramente ultrapassado o seu grau de validade e de utilização regular. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Sendo também um dirigente associativo muitas vezes esse mini-autocarro é cedido de forma graciosa pela Câmara para satisfazer quer as colectividades, quer os nossos munícipes e necessariamente penso que a câmara tendo folga financeira poderia equacionar quer em leasing, quer em renting a utilização de um autocarro por forma a melhorar as condições das associações dos nossos munícipes.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Esta questão é para o Senhor, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Naturalmente o Senhor, e todos nós sabemos, a Assembleia Municipal é o órgão, se posso utilizar a expressão, que está acima do Executivo, ou seja, supervisiona e que tem todas as inerências e todas as competências que estão plasmadas na Lei. -----

----- Acontece, Senhor Presidente que, na semana passada, tive necessidade de vir ao Gabinete da Assembleia. Qual não é o meu espanto, quando entro no novo Gabinete da Assembleia e, Senhor Presidente, francamente, diria eu, um Gabinete sem luz natural, não terá mais do que 4 ou 5 metros quadrados, onde estão 3 pessoas a trabalhar. Como é que é possível que a Assembleia Municipal tenha um gabinete onde o ar era praticamente irrespirável, sem o mínimo de condições. E quando por engano meu, até andei neste corredor, vi gabinetes com luz natural, porque efetivamente este edifício é um edifício que tem uma boa disposição solar, que tem amplas janelas, vi gabinetes vazios, com grandes computadores da Apple, naturalmente todos os equipamentos que são necessários, nada contra, vazios e a Assembleia Municipal tem aquele Gabinete sem dignidade. O Senhor Presidente imponha-se! Não é um espaço digno para os serviços da Assembleia Municipal, para os Deputados Municipais irem, para os Senhores Secretários irem. -----

----- Para além de que o que fizeram naquele Salão Nobre, permita-me agora dizer, é uma verdadeira aberração. É um atentado à história deste edifício. Uma vergonha. Eu espero que algum dia se o PSD, coligado ou não coligado, voltar a ter poder nesta câmara, uma das primeiras coisas que faça é pôr aquilo tudo abaixo, porque num tempo em que as orientações são para que as pessoas trabalhem com luz natural, em open space, onde possam conversar e trocar ideias umas com as outras, criaram-se guichés?! A sério, Senhor Presidente? -----

----- Eu sou franca, tenho de fazer aqui este desabafo porque fiquei duplamente desiludida com esta questão. Chamo a atenção ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e espero que o Senhor tenha uma conversa com o Senhor Presidente da Câmara porque os executivos são passageiros, a Assembleia Municipal hoje é uma amanhã é outra, mas há uma coisa que é verdade, os órgãos têm a legitimidade que têm, plasmada na Lei, as pessoas são eleitas pelos munícipes deste concelho e as instituições devem trabalhar com dignidade, quer nos seus edifícios, quer nos equipamentos das suas salas, porque é assim que deve ser. Se nós temos um edifício com as condições como devem ser, então essas condições têm que ser dadas aos diferentes organismos. Porque aquilo, Senhor Presidente, aquilo não é nada. Digo-lhe isto,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

muito francamente, e faço mais uma vez o apelo a que esta situação seja falada com o Senhor Presidente da Câmara e que seja visto outro espaço para os serviços da Assembleia Municipal, inclusivamente para o Senhor e para os Senhores Secretários, quando têm de vir assinar documentação, quando têm de vir despachar, aquilo não tem dignidade.” -----

----- Pediu a palavra o membro Rui Félix (PS) que saudou os presentes e disse: “Sendo que esta casa não serve só para a crítica, não posso deixar de passar esta oportunidade sem agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Emílio Torrão a forma correta como ele e a sua equipa têm trabalhado com a Junta de Freguesia de Pereira. -----

----- De facto, é sem dúvida, a forma correta de fazer obra. A forma correta de fazer obra para as pessoas e a pensar nas pessoas. Refiro todas as que têm sido feitas na Freguesia de Pereira, mas com um toque de referencia aquelas que estão agora em curso. -----

----- Estamos a realizar promessas com anos de espera. Em meu nome, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, permita-me que envie uma palavra de gratidão ao Senhor Eng. Hélder Araújo e à equipa que ele lidera, pois foi esta fantástica equipa que fez o trabalho de limpeza e desassoreamento do ribeiro que faz o encaixe das águas pluviais recolhidas até à zona do pavilhão gimno-desportivo no rio Mondego. -----

----- Desde que foi feita esta obra não tenho recordação de que tenha sido feita uma intervenção tão profunda de forma a que possa prevenir as inundações na freguesia. -----

----- Um agradecimento, também ao seu Chefe de Gabinete, Dr. Décio Matias, pessoa que por diversas vezes já aqui foi referenciado, não pelas melhores razões, mesmo metendo em causa o seu desempenho nesta casa. Eu lembro os mais distraídos que este homem é a pessoa que lidera a excelente equipa que traz em curso a obra de reparação da estrada do Traveiro e a reabertura de caminhos que com a mesma confinam, que estavam intransitáveis há décadas. Estes caminhos são hoje uma boa via de acesso, tanto para os fregueses como para as viaturas de combate a incêndio, esperando nós que destas nunca haja necessidade. -----

----- Creio que com pessoas assim na liderança destas equipas e gestão dos bons recursos logísticos que esta Câmara Municipal hoje possui, conseguimos poupar muito dinheiro ao erário público e fazer muitas e mais obras.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “A minha intervenção vem aqui no âmbito que já foi feita por diversas vezes, é referente aos grafitis que ainda permanecem nos pilares do Mercado Municipal. -----

----- Em relação a esta matéria ainda não existe regulamento de publicidade específico para o Mercado Municipal aplicando-se, assim, o regulamento geral da publicidade. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Durante todos estes anos, do exercício destes Executivo, trazemos esta questão aqui à Assembleia e continua sem resposta ou resolução. A resposta que temos do Senhor Presidente e, que temos tido desde o início, é que se mandou vir um spray especial, para proceder a essa limpeza dos grafitis, mas na verdade esse spray nem que viesse do outro lado do mundo, já teria tempo de ter chegado e é uma vergonha que esta situação ainda não esteja resolvida. -----

----- Atualmente o Mercado Municipal tem um dinâmica empresarial como nunca teve, todas as lojas estão preenchidas com lojistas, sendo aquele espaço comercial de referencia aqui em Montemor. Realmente não se percebe o porquê de tanto desleixo, por parte deste Executivo, pois se não tem capacidade para resolver, poderia ser resolvido através da constituição do condomínio e aí poderia ser resolvida a situação entre os proprietários das lojas. Já no passado, também o Senhor Presidente disse a esta Assembleia que já tinha dado instruções aos técnicos para tratarem dessa questão da constituição do condomínio, mas também essa situação caiu no esquecimento. -----

----- Continuamos a ter publicidade nas lojas do mercado sem estar regulamentado, que também era importante que fosse uniformizada essa questão para que todos os comerciantes tivessem estipuladas as regras de colocação da publicidade para que essa questão da distribuição da publicidade fosse mais justa e mais correta entre todos.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que saudou os presentes e disse: “A minha intervenção vai ser apenas relacionada com algumas questões que quero deixar nomeadamente, gostaria de salientar o facto de mais uma vez e, retomando o ponto que já aqui foi abordado sobre a praga dos jacintos de água no rio Mondego que, de facto, este Executivo não gosta de tomar decisões quando é alertado, quando os problemas estão numa fase inicial, faz-se caro e como se faz de caro, depois encontra soluções gigantescas para um problema que deveria ter sido resolvido logo na origem e quando foi detetado. De facto não percebemos porque é que o Senhor Presidente não pediu de imediato, logo no final do verão uma audição ao Ministério do Ambiente, porque é que não fez essa reunião que fez há cerca de duas semanas, não a fez logo no final do verão, porque é que de uma vez por todas não assumiu a limpeza do leito abandonado do rio Mondego, aqui bem em frente à vila se de facto o principal foco de contaminação estava aí implementado. -----

----- E agora, vem decidir fazer uma intervenção gigantesca com os recursos da autarquia que não sabemos se vai ser comparticipada pelo Ministério ou pelas entidades competentes e que também deveriam ter intervenção nesta matéria. Se de facto, o problema tivesse sido combatido de início poderíamos ter poupado alguns recursos. -----

----- Queria também deixar uma nota, uma vez mais, sobre o chumbo do Tribunal de Contas ao Plano de Saneamento Financeiro. De facto, eu acho que à primeira todos aceitamos, à segunda já temos algumas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

dúvidas, à terceira, penso que, é preciso colocar um ponto final. E acho que este Executivo já devia ter tomado uma decisão pragmática relativamente à empresa que presta consultadoria neste aspeto à Autarquia de Montemor-o-Velho.-----

----- Esta empresa, e de facto já temos tido aqui várias vezes o Dr. Mota e Costa, responsável por todos estes documentos e estes planos científicos, maravilhosos, que têm sido um verdadeiro fiasco. -----

----- A responsabilidade aqui, para quem prepara um documento destes, que se cobra por estes valores, tem de ser responsabilizado tecnicamente e tem de haver também uma responsabilização política. E aqui, relativamente à responsabilização política não pode este Executivo ficar à margem dos vários chumbos que o Tribunal de Contas tem feito a todos os documentos que são entregues por este Executivo.

----- Queríamos também aqui deixar uma nota sobre a recente, não sei bem se é recente, se calhar já tem três anos, a consecutiva campanha eleitoral com que este Executivo se lança diariamente, semanalmente, através dos recursos da autarquia. -----

----- O mais recente prende-se com uma campanha, que quanto a nós, não corresponde minimamente às necessidades e só vem provar que não existe um projeto educativo e uma política educativa para o 1º Ciclo da qual a autarquia é responsável. -----

----- Investir 10 mil euros em 16 computadores portáteis e fazer disso uma bandeira para um grande investimento no primeiro ciclo, de facto acho que é lamentável. É lamentável quando se coloca um computador portátil por escola do 1º Ciclo como sendo a fundamental e principal investimento que este Executivo apresenta aos professores, aos alunos, aos pais e aos funcionários. De facto, não me parece que tenham conhecimentos dos verdadeiros problemas na área da informática das escolas. Os principais problemas na área de informática das escolas do 1º Ciclo estão relacionadas com o acesso à internet, com a falta de equipamentos informáticos, quer sejam impressoras, de scanners, aparelhos multifunções. -----

----- Um computador portátil será eventualmente para um menino utilizar e os outros ficarem a ver, ou então será para um computador portátil passar de mão em mão e para os meninos olharem para aquilo e pensarem que “aqui temos um computador portátil que ninguém utiliza”, que é para não ficarem com inveja uns dos outros. -----

----- Não me parece que tenha a importância que lhes dão nos meios de comunicação social da Autarquia, que para mim é lamentável e tínhamos que a censurar aqui esta demagogia política que tem vindo a ser feita repetidamente, não só com esta notícia mas com outras também e, de facto, a página de facebook do Município facilmente se pode transformar em “Emílio Torrão 2017”, porque é nisso que está transformada, numa página de campanha eleitoral a um ano das próximas eleições autárquicas. -----

----- Queria também aqui deixar um apontamento relativamente ao que o deputado municipal da Bancada do PSD/CDS-PP, Fernando Monteiro, referiu, relativamente às passagens pedonais na linha do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

norte e relativamente à freguesia de Santo Varão. -----

----- Durante 15 anos disseram-nos, aqui nesta Assembleia, que os diferentes executivos municipais, quer o Presidente Dr. Luís Leal, quer o Presidente Dr. Emílio Torrão, que nada tinham a ver com a construção das passagens pedonais, mas o facto é que têm. Tanto têm que, recentemente, a própria REFER respondeu a um abaixo-assinado recolhido pela CDU na freguesia de Santo Varão em que informou que a responsabilidade dos projetos para as passagens pedonais seria do município e que os projetos teriam de ser executados pelo município. -----

----- Aqui sempre nos disseram, sempre nos omitiram, para não dizer outra coisa, que a Câmara Municipal não tinha qualquer responsabilidade nesse aspeto, ou seja, a REFER informou-nos que a responsabilidade da elaboração dos projetos era da Câmara Municipal, a própria REFER expropriou os proprietários, pagou as indemnizações aos proprietários desses terrenos e a autarquia nada fez, durante estes 15 anos para que essas passagens pedonais superiores ou inferiores fossem concretizadas e fossem uma mais-valia no melhoramento de acessibilidades daquela freguesia.” -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que saudou os presentes e disse: “Duas Questões muito rápidas. Só para saber o ponto de situação. -----

----- A primeira, já a tinha referido na Assembleia Municipal de 29 de abril. Saber qual é ponto de situação do Conselho Municipal de Juventude. Sei que o Conselho Municipal relativamente ao Desporto já foi publicado em Diário da República, queria saber como está relativamente ao Conselho Municipal de Juventude. -----

----- Também, trago aqui outra questão que numa das últimas Assembleias Municipais, a 30 de junho, a propósito de uma intervenção do deputado municipal Ricardo Brites, o Senhor Presidente da Câmara disse que em breve estaria para entrar em vigor um novo site da Câmara que iria facilitar a alteração diária de uma forma mais rápida e eficiente, as suas notícias e a sua própria atualização, também queria saber qual é o ponto de situação deste novo site.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com o devido respeito, Senhor Presidente. -----

----- Na última Assembleia, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra questionou o Senhor Presidente da Câmara acerca da receção definitiva da Urbanização da Quinta S. Luiz em Pereira. E a resposta do Senhor Presidente a esta questão, disse-nos que esta resposta seria dada por escrito. Decorridos que foram mais de 3 meses, eu questionava o Senhor Presidente da Câmara se demora muito a dar essa resposta ou se o tal dito possível acordo com o promotor não será uma forma de protelamento para quem vier a seguir a ele preencher a vaga que com certeza ele irá deixar a seguir às eleições. -----

----- Porque, na verdade, é estultíssimo estar sempre a bater no mesmo assunto conquanto no início do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

mandato, ainda não estão definitivamente aceites aquelas obras da Urbanização da Quinta de S. Luiz que tanto prejudicam os seus moradores.”-----

----- Pede a palavra o PJF da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal que saudou os presentes e disse: “Queria só fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Se tem algum conhecimento, que na A14 de Santa Eulália até à Figueira da Foz está previsto algum pórtico para se pagar na A14. É que na Figueira da Foz isso vai-se falando à “boca cheia”, não sei se a Câmara tem algum conhecimento, ou não sobre este assunto.”-----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Obrigada. Senhor Presidente, na primeira questão como era muito direccionada para o Presidente da Assembleia Municipal, as outras questões dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara, não coloquei. -----

----- Antes de iniciar bem as questões que quero colocar, eu ouvi aqui numa das intervenções do deputado Oliveira e Sousa que a adjunta do Senhor Presidente tinha ido fazer defesa da honra a uma Reunião de Câmara Municipal? De facto, Senhores Vereadores e Senhor Presidente da Câmara, não sabia que isto era possível, portanto, fiquei um bocadinho admirada e ainda por cima uma defesa de honra de “diz que disse”, de notícias, reflexões em facebook. Eu, realmente, acho que a dignidade das situações e das sessões tem que ser mantida e há coisas que, ao se valorizarem, está-se a perder o sentido daquilo que nós queremos, o que estamos a fazer. Nós estamos a trabalhar para o concelho, estamos ao serviço, estamos a trabalhar para encontrarmos as melhores soluções para os problemas das pessoas dos municípios. -----

----- Isto, defesas da honra, sinceramente, fico um bocado estupefacta. Mas considero que às vezes sou mal informada, a minha vida profissional não me permite andar a ler atas de câmara, infelizmente tenho pouco tempo, mas não posso deixar de partilhar e de refletir sobre esta questão. -----

----- Passando às questões propriamente ditas. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, o arranjo do parque de estacionamento junto ao pavilhão municipal está concluído, houve alguma intervenção? Qual é o ponto da situação? -----

----- Os arranjos junto a EBI de Pereira, a construção para o abrigo das crianças, os passeios. Qual o ponto da situação? -----

----- Os semáforos de Quinhendros, já foram feitas as alterações, na temporização e na lomba que existe do outro lado? Qual é o ponto da situação? -----

----- Por fim, algo que me deixou e tenho de ser da mesma opinião. O deputado Ricardo Brites já falou da entrega dos computadores nas escolas. Subscrevo tudo aquilo que disse, naturalmente que sou da sua opinião, de facto um por escola, o mínimo seria um por turma, no mínimo, porque realmente, um por escola, numa autarquia que vai gastar no próximo ano milhões em alcatrão, eu pergunto qual é a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

estratégia, o que é que o Senhor pensa sobre a educação no pré-escolar e no 1º Ciclo, nomeadamente no Concelho que o senhor anda a governar há 3 anos, qual é o seu sentido, o que é que o senhor sabe sobre isto? -----

----- O senhor sabe que por acaso, é no pré-escolar que as crianças são autênticas esponjas? Que é aí que fazem a sua maior captação, a sua melhor absorção dos conteúdos, de tudo? -----

----- No 1º Ciclo, de facto, é o passo inicial para a sua escolaridade e é aí que efetivamente deveria ser feita uma intervenção forte da parte da autarquia dando sinais de grande preocupação e de querer uma geração cada vez mais evoluída e cada vez mais atenta e cada vez mais preparada para enfrentar este mundo que é um mundo global.-----

----- Fico de facto desgostosa porque logo no inicio do ano letivo, houve uma colega de um de um concelho que me disse que nesse concelho já estavam a entregar e a dar formação aos professores para a 2ª Geração de quadros interativos e, também é um concelho que tem as suas dificuldades mas, realmente tem uma política de educação muito diferente da nossa e é verdade que esses frutos da educação não se vêem no imediato pois são esforços que as autarquias fazem e que não se vêem logo no imediato, mas quando as pessoas têm e querem um concelho melhor, as pessoas apostam naquilo em que acreditam e, de facto, há autarcas que acreditam na educação e, acreditam que essa deve ter uma maior intervenção e uma maior orçamentação e uma maior despesa por parte do município para apetrecharem as escolas condignamente da forma como as crianças merecem e como as crianças precisam para enfrentar as suas dificuldades e para fazer os seus progressos e para um dia terem boas recordações e saberem que bem, “gostei da minha escola do 1º Ciclo” porque realmente, por incrível que pareça, é essa que fica nas nossas memórias, porque depois pela vida fora, nós vamos passando por diferentes professores, mas o pré-escolar e sobretudo o 1º Ciclo é o que fica na memória das pessoas e, em nome da bancada, gostaria que o senhor Presidente da Câmara tivesse nos seus objetivos uma intervenção profícua e maior na educação e no apetrechamento das nossas escolas.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que saudou os presentes e disse: “Eu tinha pedido a palavra assim que o senhor Presidente disse que não havia inscrições, acho que não se tinha apercebido. Estou a dizer-lhe isso porque vai pensar porque é que me deu a palavra, porque se soubesse me tinha tirado.- -----

----- Porque eu não me sentia bem comigo mesma, depois de comentar aqui com alguns dos meus camaradas de bancada. Quando nós damos os parabéns e bem a tantas associações e a tanta coisa que acontece no nosso concelho e a tantas pessoas, tendo o nosso Presidente da Assembleia Municipal prestado provas públicas de agregação no passado mês de outubro, eu não me sentiria bem se não lhe desse os parabéns, que sendo um mérito pessoal e inteiramente pessoal, não deixa de dignificar e honrar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

esta Assembleia Municipal que V.^a Ex.^a preside e, por isso, em nome pessoal, em nome da bancada, e estou convicta até em nome da Assembleia Municipal, quero dar-lhe os parabéns por mais esta etapa profissional desejando-lhe as maiores felicidades.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Verdadeiramente adivinhou. Não lhe daria a palavra se soubesse que esse era o teor da intervenção.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que saudou os presentes e disse: “Iria começar por tentar sistematizar aqui um conjunto de questões que me foram colocadas. -----

----- A primeira nota que quero dar, vai-me perdoar, senhor Presidente da Assembleia, por mais que cite Miguel Torga, que é um poeta que eu muito admiro e que ambos admiramos e que acho que todos devíamos admirar e que acho que todos deviam refletir muito nas suas palavras, eu sou solidário com a Senhor^a deputada Maria João Sobreiro, porque quem não se sente, não é filho de boa gente! E eu começo a ficar enjoado e de certa forma desiludido e muito triste com a forma como se faz política por parte de algumas pessoas e por isso repito um ditado popular: “Quem não se sente, não é filho de boa gente!” -----

----- Passando às questões em concreto. -----

----- Do Senhor deputado Oliveira e Sousa. Recusa de visto prévio. Vou esclarecer isto de uma forma muito simples e muito clara. O acórdão do Tribunal de Contas que recusou o saneamento financeiro e que inviabilizou o PAEL, mas em concreto o que recusou o saneamento financeiro, está lá uma situação que diz que nós deveríamos recorrer a um saneamento financeiro nos termos do art.º 86º de um diploma que lá citado. E o acórdão que recusa o novo saneamento financeiro diz que esse mesmo art.º 86º se aplica para recusar o saneamento financeiro que eles próprios sugerem no acórdão anterior. -----

----- Já disse aqui nesta casa que tudo o que aqui se diz, se sabe em Lisboa, e tudo o que aqui se faz também se sabe em Lisboa. E portanto as pessoas deviam deixar a política para a política e a justiça para a justiça. -----

----- Esse acórdão está em recurso com base nesta contradição insanável que se nos oferece à vista e à sociedade. Só não vê quem não quer. Para quem é jurista se um juiz, se um conjunto de juízes proferem esta afirmação, se um plenário, em recurso, subscrevem a mesma afirmação de que devíamos recorrer a um saneamento financeiro, foi aquilo que fizemos, depois veio recusado com base no mesmo artigo, esse mesmo saneamento financeiro, parece-me, no meu ponto de vista, até porque sou jurista, algo que está de errado nesta apreciação e por isso está em recurso, tão só isso. -----

----- Respondendo já ao deputado Ricardo Brites, efetivamente parece-me que aqui, não é o consultor financeiro que tem culpa, porque efetivamente isto é inaceitável. Inaceitável! -----

----- Também é inaceitável um conjunto de afirmações que são feitas neste novo acórdão sobre a gestão financeira que me parecem algo despropositadas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29***

----- Eu disse-o claramente e por isso mesmo acho que não se devia fazer política com isto. E por aqui me fico sobre isto. -----

----- Senhor deputado Oliveira e Sousa, faça o trabalho de casa. A DGAL não se pronuncia sobre este saneamento financeiro. Há aí algum equívoco e, portanto, veja lá porque nós estamos a falar da mesma coisa. O saneamento financeiro foi para visto prévio do Tribunal de Contas, nada tem a ver com a DGAL. ---

----- Quanto à questão da Senhora Adjunta, e vou responder às duas questões, que também foi feita pela deputada Cristina Jorge. -----

----- A Adjunta não é funcionária. A conduta da Adjunta tem de ser vista em termos éticos. E, portanto, aquilo que eu fiz foi mandar abri um processo de averiguações porque efetivamente as acusações eram tão graves, e porque a mesma foi acusada pelo Senhor Vereador Jorge Camarneiro, dentro dos seus direitos de exercício de ação política numa reunião de Câmara. Nada melhor porque ela estava ausente nesse dia, do que a confrontar e, eu autorizei que a mesma respondesse diretamente e esclarecesse diretamente o Senhor Vereador Jorge Camarneiro sobre as questões que foram colocadas. -----

----- Esse processo está em curso e, talvez o Senhor deputado Oliveira e Sousa se surpreenda com as conclusões do mesmo, porque efetivamente aquilo que já me foi dito por uma das pessoas que foi ouvida, que está indignado com um conjunto de afirmações que aqui foram feitas e pretende inclusivamente abrir procedimento criminal, eu acho que era prudente por parte de todas as pessoas perceberem que a política não se faz no facebook, que a política não se faz com afirmações vãs. -----

----- E, senhora deputada Cristina Jorge, eu não dei o direito de defesa de honra, não tem nada a ver com isso. Aquilo que eu fiz, é dentro de um princípio de transparência, que sempre pautei a minha vida profissional e na minha vida pessoal, e na minha vida enquanto autarca que foi que a mesma fosse confrontada cara a cara pelo Senhor Vereador Jorge Camarneiro, sobre as questões que quisesse colocar e sobre as questões que a mesma foi acusada. -----

----- E já agora, a Dr.^a Diana Andrade é minha adjunta, é um ser humano, que tem o direito de ser defendida pelo Presidente da Câmara e por quem entender. Nessa perspetiva, se a Senhora deputada Cristina Jorge for ofendida por algum dos Vereadores e, se comparecer à reunião de câmara eu dar-lhe-ei a palavra para se defender. Esse é um princípio ético que eu não abduco, porque eu sou uma pessoa ética. ---

----- Está a questão esclarecida e, portanto, o senhor deputado Oliveira e Sousa vai ter acesso ao resultado do processo de averiguações que está em curso e talvez se surpreenda. -----

----- Quanto à questão dos seguros, folgo muito em saber que já começa a haver ecos aquilo que eu sempre fiz em relação aos seguros. Os seguros por vicissitudes diversas estão nas mãos de algumas companhias de seguros. Eu não tenho qualquer interferência. Mas provavelmente a sua intervenção tem diretamente a ver com uma ordem de serviço que eu dei, em que eu exigi cinco orçamentos, 5 propostas, 5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

cotações para qualquer seguro que se faça nesta casa. Cinco! -----

----- Porque quero alargar ao máximo a concorrência. E, provavelmente, o Senhor deputado Oliveira e Sousa está a defender as dores de alguém que se sentiu com esta minha medida, com a minha tomada de posição. Se está alguém zangado comigo, que fique zangado porque eu pedi cinco cotações, exijo cinco cotações, enquanto para outro tipo de ajustes diretos eu exijo três. -----

----- A questão dos seguros é uma questão muito complexa. O concurso público dos seguros será um concurso público internacional. Com custos elevadíssimos para a Câmara Municipal e sobretudo com um problema gravíssimo, na minha opinião, e que tentei debelar ao longo do meu mandato. Que nunca foi feito esse estudo nesta Câmara, que é que tipo de coberturas, em particular têm que ser feitas e garantidas nesses seguros. Por isso, o processo de audição de todas as divisões, de todos os sectores da Câmara está em curso para perceber que tipo de coberturas nós temos que garantir nesses seguros, porque nunca foi feito. -----

----- Para que tenha noção das acusações vãs, e é aqui que acho que os ataques pessoais, estas suspensões que são lançadas sobre as pessoas são ignóbeis e são de mau gosto, quero-lhe dizer que a maior parte dos seguros se mantem renovada para não perturbar o normal exercício da atividade camarária se mantém renovada ainda do mandato anterior. Todos os novos são feitos com concorrência e ultimamente estou a exigir cinco cotações. E por isso é que vem aqui o senhor deputado Oliveira e Sousa queixar-se das dores de alguém. -----

----- Também atrasamos este processo porque tínhamos uma esperança, que também iria facilitar muito, iria poupar muito dinheiro à Autarquia que seria a Central de Compras da CIM-RC oferecer uma proposta mais vantajosa para este processo. O processo concluiu-se na CIM-RC muito recentemente, é público. E nós, hoje, inclusivamente com os serviços estamos a pôr em causa, se aquilo que a CIM conseguiu se será realmente vantajoso e se ainda não valerá a pena fazer o concurso internacional, porque efetivamente não estamos muito confortáveis com aquilo que a CIM conseguiu atingir. Somos dos melhores utilizadores da central de compras da CIM mas, neste processo em concreto, que é um processo muito complexo, muito delicado, nós não estamos inteiramente satisfeitos, eu próprio já transmiti isto na CIM e, ainda estamos a ponderar fazer o concurso internacional ou até utilizar a Central de Compras da CIM se assim o concluirmos. Portanto, Senhor deputado Oliveira e Sousa, transmita a quem está com dores e a quem está chateado com o Presidente da Câmara que eu folgo muito que ele esteja chateado comigo ou que eles estejam chateados comigo. Estou muito orgulhoso que essas pessoas estejam chateadas comigo, é sinal que eu estou a defender os interesses da Autarquia com firmeza e com determinação. -----

----- Mais, só um pequeno esclarecimento, as próprias coberturas do quadro da CIM, podem não servir também à Câmara Municipal, este pormenor também me falhou. E portanto, sobre isto estamos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

entendidos. -----

----- Jacintos de água. E vou esclarecer todos. Quanto aos jacintos de água houve um aproveitamento político e mais uma vez eu quero dizer que a política tem de ser feita com responsabilidade, com ética e com elevação. E se as pessoas que estão na política não sabem, não mexam. Porque é assim: antes de fazer afirmações é preciso perceber de quem é a competência para exercer determinados atos. E voltamos à questão das estradas do campo, e voltamos à questão. Eu hoje tive aí um elogio do Senhor presidente de Junta de Freguesia de Pereira e, efetivamente provavelmente ninguém percebeu porque é que ele o fez. É que realmente nós fizemos um trabalho que não era da competência da Câmara Municipal. E eu estou a dizer aqui com clareza porque era uma questão de Proteção Civil e estávamos fartos de há mais de 20, 30 anos, estávamos fartos de reclamar a limpeza daquela vala que provocava inundações, que provocava gravíssimos prejuízos a Pereira. E a APA, que é a entidade responsável nunca o fez. Nunca o fez! E por isso aquele Senhor, aquele Presidente de Junta fez o elogio que fez. Porque efetivamente nós não tínhamos a obrigação de o fazer e fizemo-lo por uma questão de Proteção Civil. Só que está a tornar-se um mau hábito, um péssimo hábito, como eu transmiti ao senhor Ministro do Ambiente, que as competências da APA, as competências do ICNF comecem a passar a ser exercidas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. ----

----- Já se chegou ao descaramento, como eu tive oportunidade de dizer, e disse-o e vou aqui repetir as palavras que utilizei frontalmente com o Senhor Ministro do Ambiente, apareceram a pedido do Clube Infante de Montemor dois fiscais a quem eu chamei dois caramelos, que chegaram aqui e disseram isto, minhas senhoras e meus senhores, que a limpeza daquele troço do leito abandonado do rio Mondego era da competência da Câmara Municipal. São dois caramelos que vieram de Lisboa, funcionários da APA, que vieram aqui mandar umas papaias e que imputaram a responsabilidade da limpeza do leito abandonado à Câmara Municipal. -----

----- Quem tem competência para a gestão dos cursos de água é a Agência Portuguesa do Ambiente. Mais, aquilo que está concessionado a uma entidade deste concelho para o exercício da pesca e por isso mesmo também fazem limpeza e manutenção do mesmo naquilo que lhe diz respeito. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, com a política não se brinca. E nós vivemos tempos difíceis na Câmara Municipal, nós temos muitas responsabilidades, muitas competências, não queiram os senhores deputados e alguns políticos imprudentes, dar-nos mais. -----

----- Prosseguindo com os jacintos de água, a gestão dos cursos de água cabe à Agência Portuguesa do Ambiente. Nós atempadamente, fizemos a denúncia desta situação. Quando algumas pessoas aqui dizem que nós não tomamos medidas, a Câmara fez aquilo que se impunha, através dos seus serviços, fez uma comunicação à APA para os advertir que estávamos a ter uma infestação perigosa de jacintos de água. A APA respondeu que a competência para a gestão das exóticas era do ICNF e que não podia intervir. De

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

imediatamente nós enviamos comunicação ao ICNF para que intervisse rapidamente. Segundo me disse aqui na reunião o representante do ICNF, está no correio desde a semana passada uma comunicação para a Câmara Municipal onde, supostamente, eles dizem que não têm meios para resolver o problema dos jacintos de água. -----

----- Naturalmente que eu, respondendo às questões, o Presidente da Câmara de Montemor tinha que tomar uma posição, defendendo os interesses dos munícipes, dos pescadores da Ereira, dos utentes do leito abandonado. E o que eu fiz foi promover juntar na mesma mesa, antes de ir falar com o Senhor Ministro do Ambiente, juntar à mesma mesa todas estas entidades. E aquilo que eu concluí é que de um lado e de outro da mesa empurravam de uns para os outros. E continuamos com os jacintos de água a crescer e a proliferar no leito abandonado. -----

----- Então eu, como já me conhecem de uma forma pragmática perguntei o que podemos fazer. Eles disseram que se o senhor ajudar, nós podemos ajudar e colaborar dentro das nossas possibilidades. Então eu ajudo a título excepcional. E vou sublinhar, outra vez, aqui publicamente, será a título excepcional. Porque a competência é do Ministério do Ambiente, é da APA e do ICNF. Não se torne obrigação a seguir para o Município, que é isso que os senhores, muitas das vezes, com estas brincadeiras do ataque político, tornam uma obrigação que não é. Por isso digo claramente, a título excepcional. -----

----- Já agora, vou fazer mais uma coisa, vou lançar o desafio ao senhor deputado Oliveira e Sousa para fazer o mesmo que eu vou fazer, já que o que está combinado é o seguinte, a Câmara Municipal vai disponibilizar meios a título de emergência E vou dizer porque é uma emergência. Segundo o biólogo do ICNF nós temos provavelmente, ainda, o timing perfeito para erradicar a infestação, ainda estamos num momento que podemos erradicar a infestação. E por isso mesmo, eu tomei a iniciativa de perguntar o que podemos fazer. Então, a Câmara vai disponibilizar alguns meios, que vão custar dinheiro, a APA vai fazer o projeto de erradicação e o ICNF vai colaborar e eu exigi como condição uma autorização expressa, uma declaração expressa escrita, dessas duas entidades, para que a operação seja bem-sucedida. -----

----- Vamos encher o Centro Náutico e vamos despejar a água do Centro Náutico para que se crie uma corrente no leito abandonado. Nessa perspectiva, vamos convocar uma série de voluntários onde eu próprio também vou estar presente, e convido o senhor deputado Oliveira e Sousa e todos aqueles que quiserem, para irem ajudar como voluntários, porque isto não é só falar, é preciso também fazer voluntariado. Venham todos ajudar, porque toda gente vai ser convocada para ajudar nesta operação porque senão temos pouca gente. Somos muito poucos para fazer aquele trabalho. Esta é a participação e a iniciativa da Câmara Municipal. -----

----- Quero-lhe dizer, senhor deputado Oliveira e Sousa e a todos os outros, eu faço aquilo que é possível. Agora, não posso exercer as competências dos outros continuamente. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Vou dar-lhe outra nota. É preciso ter a noção da perigosidade de algumas afirmações. Como sabe há uma vala que liga a Feira de Pereira a Santo Varão. Essa vala sempre foi limpa pela APA, eu próprio ainda como Vereador fiz diligências, na altura ao Governo do Partido Socialista no sentido de interceder, essa limpeza foi feita ainda no tempo do Executivo anterior e hoje, pasme-se, o Senhor Presidente da Junta de Santo Varão, tem conhecimento do e-mail da APA a dizer que a competência da limpeza era da Câmara Municipal ou seja, já se perdeu a vergonha. -----

----- Isto tudo que estou a dizer, eu disse ao Senhor Ministro do Ambiente, tal e qual como estou a dizer aqui. Aliás, há pessoas que foram comigo e sabem que o fiz. -----

----- Vai haver uma reunião dia 30, todos estão convidados, precisamos de todos os voluntários, vamos fazer uma grande operação e estarei disponível para que todos colaborem e gostaria muito que todos colaborassem e que dessem o exemplo porque os políticos não é só para falarem na Assembleia Municipal, não é só para falarem nas reuniões de Câmara. -----

----- Agora, queria dizer que não estou disponível para financiar a APA nem o ICNF. Gostaria muito é que nos ajudassem a financiar a nós próprios. -----

----- Quanto à questão do acordo com promotor da Urbanização Quinta S. Luiz, ainda não recebeu nada porque ainda não chegamos a acordo. São negociações que estão a decorrer junto da Divisão do Urbanismo e não recebeu porque não podemos receber. -----

----- Ainda sobre os seguros queria dar outra nota, Senhor deputado Oliveira e Sousa, eu estou disponível para lhe fornecer todos os documentos que quiser, agora há uma coisa que temos feito, é um esforço incrível de desmaterialização na Câmara Municipal e, eu gostava também de sensibilizar os senhores deputados para essa economia de custos. -----

----- Antigamente vinha uma carrinha grande trazer resmas de papel, agora vem uma carrinha pequena com pouco papel. Aquilo que eu pedia e que solicitava encarecidamente é que se dirigisse aos nossos serviços e que pedisse o que quisesse em suporte de papel de forma a que, não sei se tem a noção da quantidade de papel que está a solicitar, seria de bom tom, estou a apelar ao seu bom senso, que viesse aos serviços em dia e hora a combinar, nem que eu tenha que abrir a Câmara Municipal para que o senhor possa vir cá, de forma a que escolha aquilo que quiser e que seja impresso aquilo que quiser. -----

----- Estou disponível para lhe dar em suporte digital tudo o que quiser e que entender. É uma questão de bom senso. Não quero esconder nada e o computador ser-lhe-á facultado com o responsável por forma a que peça o que quiser sobre os contratos de seguros. Até lhe digo mais, vai-se surpreender e até quero que venha cá, porque eu próprio quando vi aquilo pela primeira vez arrepiei-me todo. E por isso é que exijo cinco orçamentos, cinco cotações, certo? Portanto, faça-me esse favor, se quiser, e se estiver disponível. ---

----- Quanto à questão do senhor Fernando Monteiro, a aquisição do autocarro não é uma prioridade,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

estou a dizer-lhe com toda a honestidade. Não lhe quero mentir. -----

----- Vou-lhe dizer duas coisas fundamentais. Nós temos um autocarro antigo, é verdade. Mas não temos condutor. O condutor não pode fazer tantas horas extraordinárias. É preciso ter habilitação própria, nós estamos a abrir um concurso. Se tiver condições e se realmente, os serviços das associações e das entidades são feitos ao fim de semana, e como deve perceber os condutores e, peço a sua solidariedade na compreensão, os condutores são precisos para fazer o trabalho da Câmara Municipal. Quando eles trabalham ao fim de semana, deixam de trabalhar à semana, têm as suas regalias sociais como qualquer trabalhador e portanto esse é o fundamento porque ainda não foi adquirido um autocarro que custará mais de 100 mil euros. -----

----- Na questão do autocarro ele não pode ser comprado usado, não deve ser comprado usado. Noutras coisas eu opto por comprar usado, com uma diminuição de preço substancial, mas na questão do autocarro terá de ser adquirido um autocarro novo. Não temos, só temos um motorista e, um outro que não está disponível para fazer esses trabalhos ao fim de semana e, não é fácil resolver esse problema e, portanto, a opção é não considerar prioritária essa aquisição. -----

----- Quanto à questão das passagens superiores eu pedia à Eng.^a Isabel Quinteiro, com a autorização do Senhor Presidente da Assembleia, para que esclarecesse essa questão. E porquê? Porque já foi sugestionada pelos senhores vereadores e nós estamos a fazer um trabalho e ela vai-vos dar o ponto da situação e vai-vos dizer a verdade que o Ricardo Brites já esclareceu minimamente mas, não disse tudo. E, ela, vai-vos explicar tudo direito do que sabemos hoje.”-----

----- Usou da palavra a Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais, Isabel Quinteiro que saudou os presentes e disse: “Relativamente a esta questão, se me permitissem eu voltava um bocadinho atrás para percebemos o enquadramento de todo este processo. Em 22 de fevereiro de 2012 foi questionado o IMT se a comparticipação das duas passagens se mantinha e esta entidade informou em maio de 2012 a necessidade de Visto do Tribunal de Contas sobre os processos de contrato para que se pudesse assinar o contrato de financiamento ou seja, este contrato de financiamento nunca veio a ser assinado. Porquê? Porque as obras nunca foram contratadas, neste momento as propostas estão completamente fora de prazo, teríamos que perguntar aos empreiteiros se elas se mantêm, o que é um facto, penso que também será do conhecimento dos senhores deputados é que, efetivamente, não havia condições à data para obter o visto do Tribunal de Contas. Não foram celebrados os contratos, os processos não foram remetidos a visto. Ainda assim, informo que se os contratos de financiamento fossem assinados à data, o que estava previsto em sede de financiamento e, digo previsto, porque o IMT foi muito claro e disse que só haveria de financiamento na data em que se assinassem os contratos de financiamento e o que estava previsto era para a passagem inferior haver uma comparticipação por parte do IMT de cerca de 195.000€ e da REFER de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

cerca de 85.000€ caso, não se viessem a construir as escadas de acesso junto à passagem superior rodoviária ao km 200, que é a passagem de Formoselha. -----

----- No que respeita à passagem superior pedonal, a comparticipação prevista pelo IMT era de cerca de 54.500€ e da REFER de 40% da empreitada até ao montante máximo de 50 mil euros. -----

----- Neste momento não há qualquer garantia de financiamento dos contratos porque eles não foram celebrados e não foi celebrado o contrato de financiamento e eu fiz uma informação ao senhor presidente há algum tempo atrás, há cerca de um mês, onde relatei o ponto de situação, fiz um historial de ambos os processos e propus-lhe que fossem questionadas ambas as entidades, tanto a REFER como o IMT sobre a possibilidade destes financiamentos se manterem. Os ofícios saíram a 21 de outubro e, nesta data, ainda não temos resposta para os mesmos.”-----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal que disse: “Relativamente aos grafitis, segundo informação da Eng.^a Isabel Quinteiro, já foram limpos uma vez mas, parece que continuam.-----

----- A questão do condomínio, efetivamente já dei ordens aos Serviços para que o condomínio fosse constituído. Sinceramente é uma situação que me desagrada o condomínio ainda não estar constituído. Já me zanguei várias vezes porque acho que há aqui uma nota e a senhora deputada até é jurista. Não tem que ser a Câmara a promover a constituição do condomínio como sabe. Mas vamos ter de forçar. E eu quero-lhe dizer que, tem toda a razão e, dou-lhe toda a razão e vamos ter mesmo de forçar, vai ter de ser mesmo à força e eu neste concreto problema dou-lhe toda a razão e estou inteiramente de acordo consigo.

----- Já dei indicações para que se fizessem as démarches necessárias, mas não se concretiza e portanto já dei mesmo aqui na Assembleia e perante a sua intervenção, porque acho absolutamente pertinente, indicações para que se force esta situação. -----

----- Quanto à questão da publicidade, a publicidade no âmbito do licenciamento zero está isenta e não posso intervir nessa matéria. -----

----- Francisco Mano, o Conselho Municipal de Juventude, o Regulamento está aprovado e o Conselho constituído, segundo informação que tenho dos Serviços. -----

----- O novo site da Câmara já está disponível, se quiser, depois eu dou-lhe. Já está disponível e, está em paralelo, porque está nessa fase ainda de testes, como é normal em termos de implementação de novos sites. -----

----- Mas quero-lhe dizer que o velho site tem todos os serviços online disponíveis. Ou seja, a ligação por link está feita. Aquilo que lhe estava a causar impressão não tem justificação porque tem lá todos os serviços online disponíveis e foram aprovados inclusivamente pela AMA. -----

----- Até lhe vou confessar que quando vir o novo site vai perceber que eu queria que ele já estivesse no “ar” há mais tempo, porque ele é espetacular. Dou-lhe o endereço porque ele já está disponível, no ar, está

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

ainda a ser completado porque envolve todo um redireccionamento dos serviços e todo um conjunto de informações porque este site oferece muito mais e se quiser ponho-lhe já ali e, só porque a Assembleia é muito longa, porque senão fazia-o já, é muito simples. É só ligar e está no ar. Muito agradeço a sua preocupação sobre isso. -----

----- Quanto à questão do Senhor Presidente de Junta António Pardal, agradeço essa informação mas desconheço por inteiro. Não fui contactado por ninguém, não tenho nenhuma informação sobre esse assunto e acho muito estranho que assim seja. E se assim for também conto com a vossa solidariedade para fazermos o protesto todos juntos, porque eu irei protestar de certeza absoluta. -----

----- Penso que será anómalo, porque é uma situação diferente. O troço que está portajado e aquele que não está portajado em termos de financiamento. Mas, Senhor Presidente de Junta, muito lhe agradeço a sua intervenção e, não vou deixar de estar atento a essa situação. -----

----- Sobre a intervenção da Senhora Deputada Ana Cristina Jorge, que desde já na parte dos computadores que eu também vou aproveitar para responder ao deputado Ricardo Brites, muito lhe agradeço as suas palavras. -----

----- Sobre a senhora adjunta já esclareci. -----

----- Sobre o arranjo do parque de estacionamento do Pavilhão, dar-lhe inteira razão apesar de já ter dado ordens aos serviços, penso que ainda não foram feitas as intervenções que foram solicitadas excepto meras operações de manutenção, segundo a informação que me foi prestada aqui, a verdade é para ser dita. - -----

----- Segundo a informação que também me foi prestada aqui, que eu também sei, o abrigo de Pereira vai ser colocado no dia 5 ou 6 de dezembro. Demorou algum tempo, não por culpa dos serviços da câmara, mas por culpa ou por um conjunto de exigências incríveis que nos fazem para a colocação deste tipo de equipamentos dentro das escolas, como deve bem saber. Mas quando fez a sua intervenção devia também ter dito isso. É que as exigências não são da Câmara. -----

----- Quanto à questão dos semáforos de Quinhendros, temos a situação em estudo e já foram feitos alguns acertos, não sei se ainda não estão de acordo com as necessidades reais e efetivas dos utilizadores. -

----- Então agora vamos aos computadores. A questão dos computadores eu folgo muito que os Senhores deputados Ricardo Brites e Cristina Jorge fiquem muito incomodados com a publicidade que estou a fazer. Eu não vou responder ao senhor deputado Ricardo Brites porque vou responder indiretamente. Vou responder diretamente à senhora deputada Cristina Jorge. -----

----- Sabe o que é que eu encontrei, quando cheguei à Câmara, nas escolas, no pré-escolar, deste Concelho em termos de parque informático? Zero! Um conjunto de monos velhos que não funcionavam, não tinham assistência técnica há muitos anos e um conjunto de equipamentos que eram facultados pelos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

pais, nomeadamente impressoras que tinham consumíveis que têm um custo avultado, aliás tenho vindo a dizer nas escolas que agradecemos muito a generosidade dos pais, mas eu por exemplo tenho lá três impressoras em casa, tenho uma que é topo de gama em que cada cartucho, que leva quatro, custam 120 euros. Eu posso dar essa impressora, ou seja, este parque informático tinha mais de 12, 13 anos e a senhora deputada Cristina Jorge, foi deputada enquanto eu fui vereador, foi deputada enquanto eu fui deputado e nunca lhe vi fazer um reparo aos computadores das escolas. -----

----- Sabe, aquilo que eu encontrei era pior que mau. Então eu vou-lhe dizer o que é que fiz. Podia muito bem, através de uma intervenção sua, no mandato anterior ter sido feito. A primeira coisa que fiz foi adjudicar um informático, nós temos dois informáticos na Câmara, que quase trabalha em exclusivo para as escolas e ele reabilitou todos os equipamentos e pô-los a funcionar. E foi assim que mantivemos até agora. Ou seja, eu visitei as escolas, contrariamente aquilo que diz, e as pessoas dizem que funciona, mal e lento mas funciona e, quando aqui cheguei não funcionava há alguns anos. -----

----- Aquilo que estamos a fazer é uma coisa muito simples, um computador por edifício. Um portátil, de marca com Windows Pro, ou seja, um computador como deve ser. E vou-lhe dizer porquê. Fui aquilo que expliquei a toda a gente e vou voltar aqui a explicar. A prioridade que eu encontrei na Câmara Municipal foi esta em termos de aquisição de equipamentos informáticos. Foi quando cheguei ao meu gabinete pedi para me abrirem um pdf e demorou 15 minutos. Ou seja, o parque informático da Câmara Municipal era igual, ou tinha o mesmo tempo que a maior parque do equipamento que estava nas escolas. E como está aqui um conjunto muito alargado de funcionários e de trabalhadores que trabalham para todo o concelho, a prioridade foi reabilitar o parque informático da Câmara Municipal onde efetivamente nós investimos muito dinheiro. Não sei se se lembram, numa Assembleia Municipal, nós fizemos um procedimento em tempo recorde, contámos com a colaboração dos senhores deputados nessa altura para salvarmos o SAMA, a operação SAMA e que serviu para financiar uma parte, não toda, de todo o equipamento informático da Câmara. -----

----- Neste momento encontra-se quase concluída a reforma do Parque informático da Câmara e vamos passar para as escolas. -----

----- E porquê a distribuição de um computador só? Está em curso neste momento a aquisição de computadores para todas as salas. Está em curso o fornecimento de impressoras que sejam iguais para todos para que os consumíveis sejam iguais para todos, está em curso tudo isso. -----

----- Aceleramos a entrega de um computador por edifício porque temos uma aplicação informática que é a EDUBOX, a aplicação SIGA que permite aos pais terem informações, marcar refeições, tudo isso, para o 1º Ciclo e para o pré-escolar e o equipamento que nós lá tínhamos, porque é efetivamente obsoleto, não permitia a velocidade e de transmissão de dados que era necessário. Por isso mesmo nós aceleramos a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

entrega destes computadores portáteis. -----

----- Já agora quero dizer que todos nós fazemos, e fazemo-lo bem, sempre que fazemos uma iniciativa na Câmara divulgamo-la e isto fazemo-lo desde o primeiro dia de mandato. E quero-lhe dizer que assumo aqui aquilo que disse em todas as escolas. Aliás quem me acompanhou sabe que eu disse isto tudo o que disse aqui. Esta é uma entrega simbólica e venho aqui assumir o compromisso que até meados do ano que vem temos todo o parque informático reformulado e, quero-lhe dizer, que esse parque informático já não era reformulado há 12, 13 anos e nunca a ouvi queixar-se e, tinha especiais responsabilidades nesta matéria, porque sempre se pronunciou contra os Mega Agrupamentos, contra muitas questões da educação e, portanto, esta é uma crítica direta que lhe faço, porque também tenho o direito de o fazer.-----

----- Quanto à questão dos quadros interativos, quero-lhe dizer que estamos a estudar outras soluções. Está neste momento em curso, e ainda hoje de manhã falei com o técnico que está responsável pela manutenção das escolas, queremos oferecer outro tipo de soluções. Sabe quanto é que custa cada caneta para o quadro interativo? Mais de 100 €. -----

----- A situação dos quadros interativos é complexa e nós queríamos outro tipo de soluções e estamos a estudar outro tipo de soluções. Manter aqueles que temos e que estão a ser mantidos. -----

----- Quanto aos quadros de 2ª geração. Primeiro equipar as escolas e o pré-escolar com um parque informático digno. -----

----- Também quero aqui dizer que ouvi de todas as pessoas que eu visitei, e eu visitei todas as entidades que receberam um computador, que nunca como neste Executivo, os pedidos que eram feitos de material de desgaste, material para os alunos e para as crianças poderem trabalhar foi fornecido como está a ser feito por este Executivo. E que os meninos anteriormente não tinham as mesmas condições que hoje têm porque nós fornecemos todo o material de desgaste, tudo o que é solicitado pelas escolas. E minha senhora, senhora deputada, se alguém gosta da educação, sou eu, se calhar anda alguém ou andou alguém, muitos anos distraído. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Muito obrigada, Senhor Presidente. Por uma questão de regimental, como é hábito, nós levamos duas horas numa coisa que devia ter levado uma e portanto, com a anuência da Assembleia Municipal, apesar de continuarmos a falar destas questões, encerrávamos o ponto 1 da nossa Ordem de Trabalhos e passávamos ao ponto 2, que é a Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) nº 2 do art.º 25º da Lei 75 de 2013 de 12 de setembro na sua atual redação, pelo que como é hábito eu dou a palavra aos senhores deputados municipais e depois também ao senhor presidente da Câmara que também já me voltou a pedir para que no âmbito do ponto 2 também poderemos abordar pontos que se tenham esquecido de abordar ou que queiram clarificar do ponto 1. Portanto, entramos no ponto 2 da Ordem de Trabalhos, tenho a inscrição da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

senhora deputada Ana Cristina Jorge.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Primeiro é a questão do gabinete da Assembleia que não foi respondida. -----

----- A segunda questão tem a ver com o que se fez nas escolas. Há 12 anos pode-se dizer que foi pioneiro. De facto, aquilo que foi feito nas escolas do primeiro ciclo, e não estou só a falar dos computadores, foram várias coisas que foram feitas, nomeadamente intervenções nos edifícios, vale o que vale, foi o que foi, foram opções e essas opções têm que ser ditas. Claro que se colocaram os computadores, o senhor presidente disse que funcionavam e é verdade, claro que eram demorados, muito bem, também mal parecia o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo chegarem a esta Autarquia a governar já há 3 anos e não terem feito rigorosamente nada a este nível, também não me parecia bem. -----

----- Fez o seu caminho dentro deste edifício, apetrechou o edifício, muito bem, mas os tempos também são outros. E portanto, em termos de informática em 12 anos, muita evolução aconteceu isso teria que ser, naturalmente, se não fosse por ele seria por outro, seria algo que teria de ser feito. Também lhe devo dizer que nas escolas básicas e secundárias há computadores que já lá estão há muitos anos e funcionam. Os computadores funcionavam, realmente fica um bocadinho aquém, com tanta informática e com tantos meios informáticos, de facto, um computador por escola. Foi isso que eu disse, naturalmente sou a favor, acho que sim e muito bem, deverão é vir mais. -----

----- E de facto deve-se pensar até porque no meio, e volto aos 12 anos de que o senhor falou, foram colocados quadros interativos, que tal como o senhor disse, não foram brincadeira nenhuma, foi assim, feito um investimento, até porque *“Roma e Pavia não se fizeram num dia”* as coisas iam-se fazendo gradualmente, tal como o Senhor agora está a fazer ao fim dos 3 anos do seu mandato. -----

----- Eu não sou assim uma pessoa tão distraída e gosto de falar sobre as coisas e gosto de ter opinião, não me esteja a acusar de que eu durante 12 anos não abri a boca porque sempre abri a boca e abro sempre que for necessário, porque eu não devo nada a ninguém. Eu sou uma pessoa livre. E o senhor enquanto Vereador manifestou-se? Eu também não ouvi. Lá está, estávamos distraídos. Eu não ia às reuniões de Câmara, não li as atas. -----

----- E o senhor foi várias vezes às escolas enquanto Vereador? Foi a todas as escolas? -----

----- Ainda há bem pouco tempo fui informada que o Senhor não conhecia os estabelecimentos todos de ensino do nosso concelho. -----

----- Portanto, lá está, vale o que vale. É a sua opinião. É a minha opinião. É assim que se faz a democracia. É com opiniões diferentes, mal parecia se todos gostássemos do amarelo e andássemos todos vestidos de amarelo. É assim que se faz a democracia. É com a diferença de opiniões. O Senhor defende a sua e eu defendo a minha. O Senhor está a acusar-me de uma coisa. Eu sempre falei do que achei que devia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

falar e, sempre fui vendo ao longo destes tais 12 anos de que o senhor fala, investimento na educação. Agora não se podia estar a mudar, no ano em que se equiparam as escolas e, com uma candidatura, que foi algo importante também na altura, para minimizar os custos da Autarquia com computadores, a seguir fizeram-se obras, a seguir colocaram-se os quadros interativos, a seguir equiparam-se as bibliotecas de rede e foram-se fazendo as obras e as opções. Agora o senhor fez a sua. Muito bem, eu não digo que esteja mal, pelo contrário, eu acho muito bem. É pena, não ser pelo menos um por turma, porque se o professor quer utilizar o quadro interativo, tem que ir buscar o computador à sala do colega para o ligar ao quadro interativo. Ou liga a um desses mais antigos que agora estão já renovados e melhorados.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Eu faço minhas a esta parte, aquilo que a deputada Cristina Jorge disse, que eu também não devo nada a ninguém, parece que quem tem muitas dores de barriga, quanto aos seguros é o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara é que anda com dores de barriga, não sei porquê. Porque há 3 anos que anda com os seguros com concursos para trás e concursos para a frente, ou era um concurso internacional, mas já não sabe o que vai fazer, ou então não entende nada, daquela confusão do senhor Presidente da Câmara. -----

----- Até lhe vou dizer, ele anda cansado. Ele anda a fazer tanta campanha eleitoral. Fala benzinho de um lado, fala benzinho do outro. Não sabe o que faz. Aliás, ele quando foi eleito para esta câmara, ele não sabe o que anda a fazer. Ele não tem ideias. Ele não tem inovação. Ele não tem ambição. Ele não sabe o que faz. -----

----- Mas agora, quem o ouvir, até pensa que ele está a falar verdade. Fala benzinho. Imagine bem que há pouco se solidarizou com a senhora deputada Maria João Sobreiro. Aliás, eu há pouco disse, no âmbito político e, tenho admiração por esta senhora. Mas quando se solidariza e depois, veja bem, chama “caramelos” aos senhores da APA. Veja lá a dignidade também. E vem-me criticar a mim. É quando lhe convém, diz sim, quando convém, diz não. Imagine bem a posição do senhor Presidente da Câmara. Mas depois ainda é mais. Repare, aparece aqui o Presidente da Junta de Pereira que só vem fazer elogios. O elogio do Ribeiro. Ai meu deus! Não sei se conhecem Pereira?! Não sei! Há pouco a deputada Ana Cristina disse ao Senhor Presidente da Câmara que não conhece as escolas todas, mas a ouvi-lo assim falar até parece que conhece. -----

----- A limpeza do ribeiro, imagine bem! E vem o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereira elogiá-lo. Mas será que o Senhor Presidente da Junta não tenha também críticas a fazer? Porque é que não as faz? Ele bastas vezes falou ao deputado Oliveira e Sousa do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra que havia tanta coisa para fazer em Pereira e dizia do Senhor Presidente isto e “*cobras e lagartos*” e agora vem fazer um elogio para um ribeiro, imaginem bem. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Mas olhe, a população de Pereira, não é assim que se refere ao Presidente da Câmara. É só o Presidente da Junta é que diz isto. A população não diz nada disto. -----

----- Sabe, Senhor Presidente, por a boca morre o peixe. O senhor anda com dores de barriga, eu sei, eu sei. E sabe que esta Câmara vai ficar com outro inquilino.-----

----- Mas agora vou falar na Quinta de S. Luiz. A tal Urbanização que eu há 16 anos ando aqui a falar e a trazer a esta Assembleia. E, agora que o Senhor Presidente da Câmara foi Vereador no ultimo mandato e, várias questões aqui trazidas por mim, sempre se solidarizou Agora que está no poleiro, anda em negociações para trás e para a frente, há-de acabar e não diz nada. Seria, realmente, com hombridade me dissesse assim. Senhor deputado Oliveira e Sousa, não respondi aquele requerimento, de há 4 meses atrás são vários, mas sabe, o que indefere as tais negociações com o senhor promotor é isto, e aquilo. Mas não diz nada, só que está muito para breve. -----

----- Sabe que acredito plenamente no Senhor Presidente. Aliás, pessoa pela qual tenho toda a admiração. É uma pessoa que eu admiro pela sua honestidade intelectual, que estamos a vê-la, mas sobre o seu espírito de justiça e solidário, sim senhor.-----

----- Quanto ao resto, oh Senhor Presidente, eu digo-lhe sinceramente, eu não falaria assim. O Senhor aparenta ter credibilidade mas aquilo que o Senhor faz é uma coisa e o que o Senhor diz é outra. Vamos lá falar sério a estes munícipes, vamos lá ouvi-los e se pudermos fazer, fazemos e, se não pudermos não fazemos. -----

----- E também quanto ao reparo que me disse do Tribunal de Contas, oh Senhor Presidente, V^a Ex.^a é advogado, eu também sou e, para a gente sair das mãos de um credor o que temos de fazer? Ouvir todos os outros, mas nunca deixamos o nosso parecer como advogados, é para tirar a carta de alforria que é preciso também estar debaixo do credor, saber que é que o credor quer. Percebeu Senhor Presidente? E nem isso V^a Ex.^a me respondeu, se tivesse respondido assim, eu digo sinceramente, tirava-lhe o chapéu. Mas foi ao contrário e sabe que isso na política é da política e pessoal é pessoal. De si, não tenho nada de pessoal, falo politicamente.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor deputado Oliveira e Sousa eu por acaso percebo porque é que o Senhor não valoriza o trabalho deste Executivo em Pereira. Porque o senhor supostamente não vive lá e, por isso mesmo, como não vive lá, não pode saber o que é que em Pereira dizem do Presidente da Câmara. Para todos os efeitos é assim que é, não vive lá. E, por isso mesmo não pode valorizar o trabalho que está a ser feito. -----

----- Quanto à questão da Urbanização de Pereira, eu já lhe respondi. O Senhor teima e por acaso, como advogado, devia saber que eu não devia dizer estas coisas. Mas eu vou dizer, é que basicamente há uma coisa que é muito sensível na questão da Urbanização da Quinta de S. Luiz. É que o projeto não cabe no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

terreno que o promotor tinha. E esta é uma questão que é tão sensível, que nós, em negociações, queremos que ele compre, que adquira, que faça com que as coisas aconteçam. E por isso é que é uma questão sensível.-----

----- Peço-lhe mais uma vez, encarecidamente, que facilite a decisão, a solução amigável, porque ela tem de ser mesmo amigável, porque senão prejudica muito mais os habitantes daquela quinta. O licenciamento não tem a ver com o meu Executivo. Eu quando apelo à sua sensibilidade, e normalmente não faço isso, à sensibilidade de advogado, é para perceber que, muitas das vezes, nestas negociações essas perturbações são espúrias e, depois, criam problemas graves. Eu até nem devia estar a dizer isto, mas digo, porque é verdade. E Senhor deputado esta situação que refere da Quinta de S. Luiz, tem de ser tratada com pinças, como se costuma dizer. -----

----- Falta-me responder a uma questão e eu peço-lhe imensa desculpa à Professora Cristina Jorge, que é uma questão que me é muito sensível e, o Senhor Presidente da Assembleia não me mandatou, nem me deu procuração para responder a esta questão. Mas eu quero responder com toda a clareza. -----

----- Eu próprio, enquanto Presidente de Câmara, tenho um pequenino gabinete que faculto a quem quiser, a funcionários, a chefes de divisão quando é preciso, para poderem trabalhar, faculto ao senhor Presidente da Assembleia quando ele quer trabalhar, faculto a quem quer que seja. E no anterior gabinete, do anterior Presidente da Câmara Municipal trabalham seis trabalhadores. -----

----- O problema deste edifício é falta de espaço e, as acusações que fez ao Senhor Presidente da Assembleia, são injustas porque eu próprio sensibilizei-o e pedi e, ele percebeu isto e naturalmente que também se contentou com o pequeno gabinete que hoje está a ser ocupado temporariamente por uma senhora que está a auxiliar a trabalhadora Elisa porque, efetivamente, o trabalho dela é muito, ela estava a ser sobrecarregada e, está lá provisoriamente. -----

----- O Senhor Presidente e qualquer deputado ou qualquer vereador terá à disposição a sala que nós temos para fazer aquilo que entenderem com a máxima reserva e com total e incondicional disponibilidade, é para isso que ela existe. A nossa informática hoje permite que imediatamente, mediante solicitação, nós disponibilizemos o espaço.-----

----- Mas o Senhor Presidente da Assembleia tem o seu espaço. É evidente que pode ser criticável ou não. Mas eu assumo a culpa porque, efetivamente, há aqui uma nota que lhe quero dar, mais uma vez, a dignidade dos trabalhadores desta casa, a forma como trabalhavam, a forma como estavam a trabalhar, as condições em que trabalhavam não são nem de longe, nem de perto a tal vergonha que a senhora achou, sentiu-se envergonhada com a situação e, também lhe quero dizer que, no passado, também não havia gabinete da Assembleia, hoje por acordo com o senhor Presidente e quero elogiá-lo aqui, porque ele tem a mesma sensibilidade que eu. Os trabalhadores estão cá todos os dias. É preciso dar dignidade ao trabalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

dos trabalhadores. O Senhor Presidente da Assembleia sempre que quer, tem à sua disposição uma sala nobre para receber quem quiser, como qualquer deputado municipal, como qualquer vereador.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Era só para lembrar ao Senhor Presidente da Câmara que quando ele refere que o espaço não cabe na Urbanização, é que a Urbanização foi aprovada pelo Partido Socialista. E os erros que dela resultaram foram tão só a falta de fiscalização. Apesar de termos muitos engenheiros cá. Eu não estou a acusá-lo dos seus engenheiros, eu tenho muita admiração por eles e pela técnica que eles têm. -----

----- E, por outro lado, também quando diz e, diz muito bem que sou advogado como ele, é uma verdade que quando andamos em negociações e, nesta coisa estou com ele, que se deve pautar este comportamento de aprovação da recepção definitiva com o promotor, tem que se usar pinças, também é uma verdade. Mas tanta pinça, tanta pinça, eu vou-lhe dizer sinceramente, são timings muito longos e, a Câmara tem um instrumento e tem o poder, não sei se ele já prescreveu ou não, isso são outras histórias, mas tem o poder para o obrigar a fazer duas coisas, isso é outra história. -----

----- Mas, senhor Presidente, como estamos no período da apreciação escrita do senhor Presidente da Câmara, eu passo efetivamente aqui a referir-me a ela. -----

----- Senhor Presidente, relembramos o que disse na última Assembleia Municipal sobre as publicações em redes sociais como o facebook e passamos a citar: *“(diz Vª Ex.ª para mim) Ó Senhor Deputado Oliveira e Sousa, não acredite em tudo o que vê no facebook. É preciso ter a noção que o facebook tem as suas características próprias. Não tem a seriedade de um órgão de comunicação social. Não tem a seriedade que se impõe nessas coisas”* fim de citação, essa são as palavras de Vª Ex.ª. -----

----- Então, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança as pessoas deste concelho, questiona. Devemos, então, acreditar na página do facebook do Município, e diz 236 publicações, 1962 fotografias e recortes de imprensa, 6 vídeos partilhados e 23 ligações, alcance das publicações, universo, 889.431 pessoas, ou todas estas informações não são serias? Deveremos acreditar, então em Vª Ex.ª? -----

----- Bem, dados os poderes astronómicos e astrológicos que lhe permitem avaliar os outros e tudo o que à sua volta gira, parece-nos que o preciosismo do tal poder, não vai cometer exageros no que diz respeito à informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Para o efeito basta ler a 14ª e a 15ª linha da página 12. Linhas 19ª e 20ª da página 73. 1ª a 5ª linhas da página 74, etc. Sobre este efeito gostaríamos de questionar os Senhores Presidentes das Junta de Freguesia de Tentúgal e Meãs do Campo, olhe, a exemplo do Presidente de Junta de Pereira que há pouco entreviu, sobre as pragas das pulgas e percevejos que afetam a sua população, questionando o que é que os mesmos pensam sobre este assunto. Gostaria de saber também a opinião deles, porque vem aqui na sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

informação escrita. É isto tão só que eu questiono, Senhor Presidente.” -----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “Oh Senhor Deputado Oliveira e Sousa, eu vou-lhe dizer uma coisa que me parece pertinente e já lhe queria ter dito mas como o Senhor Presidente da Assembleia se insurge sempre e bem, eu costumo dizer que não é só com amor com poesia e com prosa que se resolvem os problemas desta terra. E essa é uma verdade que eu tenho que lhe dizer. E portanto, o senhor está sempre com essas eloquentes intervenções e eu continuo a dizer que os problemas continuam na sua óptica na esfera da poesia e da prosa. -----

----- E mais uma vez lhe quero dizer. Eu o que disse sobre o facebook e sobre as redes sociais, mantenho integralmente. O senhor é que confundiu habilidosamente, como bom advogado que é, a questão. -----

----- É assim, o que eu disse é que aquilo que as pessoas dizem em comentários no facebook não deve ser levado à letra. Que é a mesma coisa que aquilo que nós em direito costumamos usar muita vez, aquilo que se ouve dizer não é necessariamente verdade. Ou seja, o depoimento de ouvir dizer não é válido. E foi isso que eu quis dizer. -----

----- Já agora agradeço-lhe muito a revelação dos números que fez do facebook, só me está a fazer o maior elogio que podia fazer, porque efetivamente eu não descurei uma coisa que eu quis fazer sobre esta terra, e que eu disse sempre em campanha, que era eu não quero que Montemor-o-Velho seja conhecido como uma vilazinha que fica entre Figueira e Coimbra. -----

----- Vou-lhe contar uma história e a todos os deputados. Eu tive um desaguisado noutra dia porque numa cerimónia se enganaram e chamaram pelo Presidente da Câmara de Montemor-o-Novo, que era eu, e estava lá os representantes da Câmara de Montemor-o-Novo, que se riram e que gozaram com a situação. Eu disse-lhes, como vocês já me conhecem e como diz o Senhor que eu sou muito mal-educado, ainda um dia destes me hei-de vingar. E não é que me vinguei mesmo? Sabem que Montemor-o-Novo tem um restaurante com estrela Michelin e o Guia Michelin enganou-se e pôs lá Montemor-o-Velho. -----

----- Ou seja, é bom que perceba e eu agradeço o elogio que me fez, quando fez essa estatística e quero eu dizer que essa estatística não é feita pelo Município, é automaticamente gerada pela rede do facebook, pela entidade que gere o facebook, ou seja é automática, não tem qualquer interferência dos técnicos do Município. Agradeço-lhe muito o elogio que me fez, porque efetivamente estou a aproveitar o meio para divulgar aquilo que se faz em Montemor, para pôr Montemor no mapa.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Muito obrigado, Senhor Presidente, não tenho mais intervenções sobre o ponto 2 e assim, iríamos passar ao ponto 3, não sem antes relembrar um pouco a história das estrelas Michelin, hoje tão em voga. -----

----- Efetivamente, quando Portugal inteiro tinha três restaurantes com estrelas Michelin apenas, um de facto era de Montemor-o-Velho. Portanto, Montemor-o-Velho desse ponto de vista, foi quem pôs no

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

mapa o Guia Michelin. Acho que o Guia Michelin só está a prestar uma homenagem, erradamente, neste caso, a Montemor-o-Velho, mas esta é uma apreciação muito pessoal que de facto Montemor-o-Novo devem “estar pelos cabelos” aa ver esta questão.” -----

----- Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2017 referente ao ano de 2016.-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “ Eu vou ser muito sucinto, a informação foi distribuída, a minha intervenção na Câmara disse tudo. Eu tinha-me comprometido com os munícipes em face do que aconteceu e da imposição da DGAL em forçar os senhores deputados municipais a votar a taxa máxima de IMI, eu comprometi-me perante tudo e todos que iria fazer os esforços necessários para me libertar dessa obrigação, o Município pagou mais de 500 mil euros, ou seja mais de meio milhão de euros para se libertar daquele empréstimo do PAEL e a partir daí, dá a possibilidade ao Município de fixar uma nova taxa de IMI.

----- Só dizer que a taxa foi aquilo que podemos descer, houve propostas no Executivo que não tinham correspondência orçamental, ou seja, não tinham sido devidamente avaliadas do ponto de vista orçamental e, portanto, não tinham sustentabilidade para que pudessem vingar e eu aceitaria qualquer uma das propostas. -----

----- Esta que nós temos sustenta e respeita os valores do saneamento financeiro que está em curso ainda em recurso com referência ao ano de 2015 e, por isso mesmo, é a taxa de IMI possível e penso que é a taxa que os nossos munícipes merecem. -----

----- Quero dizer, com toda a clareza, que fui imensamente criticado em Lisboa por ter baixado o IMI. Nas diligências que fiz em relação ao saneamento financeiro, fui imensamente criticado e, inclusivamente de forma até muito violenta porque, efetivamente Lisboa não aceita nem compreende que se baixe a taxa de IMI quando estamos em dificuldades financeiras mas, eu contra tudo e contra todos, porque algumas pessoas pensam que eu não tenho essa capacidade e, quero dizer que já se começa a falar em responsabilidades pessoais nestas questões, que estão muito na moda no Tribunal Administrativo e nalguns tribunais deste país, dos presidentes de Câmara, mas não tive medo nenhum, nem problemas nenhuns em fazer esta proposta e penso que é a proposta que os munícipes de Montemor-o-Velho merecem e eu estou a cumprir um compromisso que assumi perante eles e que distribui uma carta aos munícipes em que me comprometi a fazê-lo e estou a cumpri-lo.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Há pouco não conclui, para dar uma resposta sucinta e depois passo, então para a parte principal deste ponto. -----

----- É que realmente quando o senhor Presidente diz que Montemor está tão divulgado, tão divulgado que eu vou dizer assim: realmente aquilo que o senhor Presidente da Câmara anda a fazer é que Montemor estava à beira do abismo e agora deu um grande passo em frente com tal publicação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Vamos, então, ao ponto 3.-----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra que se constituiu tão só para dar esperança e dignidade às pessoas deste concelho relativamente ao ponto em discussão refere que a descida da taxa a cobrar de IMI, a cobrar em 2017, veio ao encontro do que este Movimento sempre apregooou nesta Assembleia Municipal. Em especial, quando se registou a atualização das matrizes dos prédios urbanos. Nessa época não registou a preocupação das forças políticas do poder, que sempre se escudaram em subterfúgios da Lei.-----

----- Hoje, a menos de um ano das eleições autárquicas a proposta definida pela maioria do Executivo apresenta-se como uma manobra eleitoralista sem precedentes. Baixa-se o IMI, mas mantêm-se os elevados valores ao nível do abastecimento de água e saneamento.-----

----- Por outro lado, pensamos que as propostas feitas pelo Vereador da CDU, quer pelos vereadores do PPD/PSD parecia-nos mais enquadradas com a real situação económica das famílias e a perspetiva de encorajamento dos novos residentes, fundamentais para um concelho que tem vindo a perder população. -

----- Por outro lado, a realidade sentida nos concelhos vizinhos determina o sentimento de desigualdade social e económica. Consideramos que a não-aceitação de uma proposta da taxa de IMI de 0,35% revela pouca audácia social, uma fraca capacidade de gestão financeira e, uma clara afronta ao esforço já desenvolvido por todos os munícipes. Na capacidade de aguentar um concelho que não se desenvolve, nem se ajuda a desenvolver.”-----

----- Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Sob este ponto em discussão, eu queria dizer o seguinte: o IMI é, de facto, uma receita importante nos orçamentos camarários por decisão do Governo central. No entanto, eu quero fazer um pouco uma avaliação deste tipo de imposto.-----

----- Este foi imposto em dezembro de 2003, início de 2004. E posso dizer que aqui no Executivo camarário nos anos 2004/2005, esta receita tributária de valor patrimonial imobiliário representava cerca de 700.000 €, 800.000€.-----

----- Posso dizer que em 2010 este valor já ia de 1.200.000€, previsivelmente, eu creio e, fazendo fé na indicação da Câmara ascende a 2.700.000€ e, eu penso que o valor andarà perto, senão mais de 3.000.000€.-----

----- Verificamos que neste interregno de tempo ou seja, nestes 12 anos, o valor do IMI cresceu cerca de 400%, enquanto a inflação no mesmo período homólogo cresceu, se calhar não chegou a 20% ou seja, há aqui uma sobrecarga clara sobre o contribuinte. É importantíssima esta situação. Decresceu porquê? Por duas ordens de razão. A primeira é a forma como foi tributado e foi regularizada a situação ou seja, os prédios estavam desajustados mas, a situação que se criou mereceu da equipa que fez este tipo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

avaliação, que era uma equipa multidisciplinar que englobava os construtores civis, promotores imobiliários, autarquias e toda uma entidade, foi feita num período em que a habitação estava numa bolha especulativa e toda a gente se viu a ganhar dinheiro à conta do munícipe. -----

----- Qual é a realidade de hoje? A realidade é muito diferente. E mais, o Estado em si, demorou cerca de 12 anos para fazer este tipo de avaliação. Esta avaliação foi claramente concluída, ou pelo menos quase concluída em 2014 e daí o reflexo das contas orçamentais das câmaras deste tipo de receita. -----

----- Depois, acontece outra coisa. É importante e nós, enquanto cidadãos, enquanto munícipes, enquanto contribuintes não podemos deixar de ter em linha de conta. O IMI tributa o valor patrimonial mas, muitas vezes, isso não é uma realidade, porque eu posso pôr-vos uma questão. Se eu tiver um terreno urbanizável, esse valor é tributado como estando urbanizado e, as pessoas pagam imposto numa situação do qual não têm qualquer tipo de receita. Há aqui, de claro, uma situação desfasada, mas isso é um problema dos Governos Centrais que deverão clarificar em devido tempo, porque é uma forma de aliviar a carga fiscal sobre os contribuintes. -----

----- É evidente que aqui passa a velha dicotomia, um executivo se baixa impostos é eleitoralista, se aumenta impostos é desumano ou irrealista. Há que haver, nos impostos, uma questão de bom senso. -----

----- Agora, que isto é uma situação desmesurada que tem de acabar e vai acabar da seguinte maneira, e o Estado em si, e os agentes do Estado, também cometem um ato que, para mim, é de omissão ou seja, há o coeficiente quer negativo, quer o coeficiente “destrutivo” dos prédios e, o Estado não faz de uma forma automática e, quando devia ser enquanto pessoa de bem, fazê-lo. E muitas vezes o cidadão por laxismo ou por inércia ou por desconhecimento não intervém nessa matéria que lhe podia reduzir essa situação. -----

----- Eu já o disse no passado, e até tinha proposto no início deste mandato Executivo Camarário, que os 0,35% seria, de facto, num período de uma legislatura, um valor razoável e, se querem a minha opinião pessoal, enquanto contribuinte e enquanto cidadão, seria razoável um coeficiente 0,30%. É evidente que não é fácil para as câmaras terem uma situação financeira que lhe permite esse alívio, ou aos munícipes. 0,30% porque, se repararmos num prédio global de 100 mil euros, se tiver um coeficiente de 0,3% paga 300€, e é complicado para quem tiver encargos bancários, quem tiver situação de dívidas. Hoje em dia com os empregos baixos, têm dificuldade em pagar. Alertei, em devido tempo, porque já falo disto desde 2004 e, não fazendo eu, matéria de jurisprudência nisto, devo-lhes dizer que em 2004 fiz uma exposição ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, na altura João Melo Tomás, sobre essa matéria e da previsão de que isto poderia acontecer e, seria um cataclismo em termos financeiros. -----

----- Fiz ainda, outro pedido de intervenção, junto do Secretário Nacional da Associação Nacional de Municípios, penso que ao Senhor João Trindade, para debaterem o problema, expondo a situação e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

enquanto cidadão do que isto iria originar na tributação fiscal das pessoas. -----

----- Sintetizando, e para finalizar, há que ter algum bom senso nos impostos. Há que ter consideração pelos munícipes. É evidente que ressaltando o investimento e as prerrogativas que as câmaras têm em termos de sustentabilidade financeira, mas espero que haja bom senso e, que de facto, este Município, não digo neste Executivo, porque não vai ter seguramente mas, no próximo mandato autárquico se consiga chegar aos 0,3% porque será um factor muito, não digo realista, mas será uma situação de bom senso. ----

----- Quero também alertar para outra situação que nesta parte também é gravosa. Agora, parece que existe a situação de implementar uma Lei, aprovada pelo anterior Governo da Nação, que é a tributação de imposto para quem tenha uma garagem ou uma saída diretamente do seu prédio habitacional para a estrada nacional. Muitas vezes a estrada nacional é um inconveniente não é um benefício. Portanto, há que haver bom senso nisto e acho que a ânsia dos governantes de arranjam receita a todo o custo, com o devido respeito, não estou a referir-me a nenhum quadrante político e, muitas vezes sei de histórias de impostos mirabolantes, daqueles que nós julgamos nunca poderão acontecer e, por isso eu apelo a que haja bom senso e consideração pelo munícipe e pela sua integridade fiscal.”-----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Efetivamente o que está na nossa competência, agora, é a taxa, é a proposta do Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar dentro dos limites da Lei, o que tenho a dizer é que há um ano atrás, numa reunião extraordinária que foi feita por este órgão, eu disse que em toda a minha história política, possivelmente, seria o que mais me custaria a votar. Não gostei, efetivamente, não me satisfez minimamente, foi muito doloroso ter de votar para a taxa máxima de IMI, mas também aí, como sempre, acho que tem de haver responsabilidade e, na altura a isso éramos obrigados. Acho que todos perceberam isso. -----

----- Felizmente e graças à gestão da Câmara e ao esforço financeiro que foi feito, conseguiu-se ultrapassar essa questão. E conseguir-se, para já e com pequenos passos, chegar-se a 0,3% era ótimo, enquanto munícipe e em representação dos munícipes estou convencida que todos ficaríamos satisfeitos a começar por mim. Mas com a mesma responsabilidade e, sabendo que isso não é possível, a taxa que hoje está aqui em votação, efetivamente é uma grande passo em frente para a situação financeira dos munícipes, sem pôr em causa os estudos que foram feitos e, também a gestão financeira da Câmara, este é o imposto cuja receita é essencial para o próprio município e por isso estamos satisfeitos por podermos baixar o IMI. -----

----- Não estou nada preocupada se consideram ou não uma ação eleitoralista. Se no próximo ano estivermos aqui e conseguirmos baixar, eu ainda ficarei mais satisfeita independentemente de ser ou não ano de eleições, desde que haja condições para isso e que não ponha em causa a estabilidade financeira da câmara e de todos os projetos que são necessários para o desenvolvimento deste concelho, por isso esta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

bancada irá votar favoravelmente a proposta efetuada.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Algumas considerações sobre este ponto. Já ouvi aqui dizer que de facto esta taxa de IMI é aquilo que os munícipes merecem, eu diria que mereciam que fosse reposto aquilo que lhes foi tirado. Mereciam que fosse reposto o que lhes foi retirado nessa Assembleia que já foi aqui mencionada com o pressuposto de que iríamos ser todos julgados e íamos todos presos e tudo o mais, por imposições da DGAL, com o pressuposto de que seria necessário ter a taxa máxima para que o Plano de Reequilíbrio Financeiro fosse visado pelo Tribunal de Contas ou seja, com uma série de pressupostos foi aprovada a taxa de 0,5%, que, ao fim e ao cabo, veio nem mais nem menos, nenhum desses pressuposto veio a ser concretizado. -----

----- Veio a concretizar-se um aumento brutal da receita de IMI e para o Município que, em nosso entendimento, devia ter tido a coragem e a moral de o devolver, uma vez que os pressupostos que aqui foram invocados para esse mesmo aumento não foram concretizados, devia moralmente devolver aos munícipes o valor que lhes foi retirado. -----

----- Partimos do princípio que não foi esta taxa que ficou acordada entre as forças políticas aqui representadas, no Executivo Municipal, foi acordado devolver os valores do ano de cobrança de 2015, a taxa de 0,4% e de facto aqui, depois, em Reunião de Executivo Municipal aparece uma proposta de 0,35% por parte do PSD, aparece o Executivo Municipal com a proposta dos 0,395%. Como não há palavra nem acordo que valha, obviamente que, partindo deste pressuposto entendemos que deveríamos ter alcançado objetivos mais relevantes e, de facto, devíamos ter sido mais ambiciosos e daí a CDU ter proposto a taxa de 0,35%. -----

----- Também deixar aqui a ressalva de que não se ter conseguido alcançado esse objetivo que teremos uma posição também favorável a que haja uma ligeira diminuição dos valores a pagar pelos munícipes embora voltamos aqui a afirmar que, a ambição devia ter sido outra, até pelas condições em que os munícipes viram agravados as suas taxas ou o valor de IMI durante o ultimo ano.” -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Eu, pessoalmente, não era para falar neste ponto mas, devido à intervenção do Senhor Presidente da Câmara e depois daquilo que foi aqui dito, fui obrigado a vir aqui dizer algumas palavras porque realmente, tal como já foi referido pelo deputado Ricardo Brites, quando nós ouvimos uma frase a dizer que é a taxa que os nossos munícipes merecem, uma pessoa não pode ficar calada e tem de vir falar sobre isto. -----

----- Há pouco, o Senhor Presidente da Câmara, quando contou as suas histórias, a dizer que Montemor já não é uma vilazinha e que andava a promover o concelho e a marca Montemor etc..., como foi ao longo dos últimos três anos muito falado e como é uma das suas bandeiras no seu mandato, eu custa-me a acreditar como é que estes valores aqui apresentados, apesar de o vermos a baixar substancialmente a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

taxa de IMI, como é que ainda consegue vir dizer que isto é uma taxa que os nossos munícipes merecem? Quando eu olho à volta do meu concelho e vejo que a taxa do IMI em Montemor continua a ser das mais elevadas que existem comparativamente com todos os nossos concelhos vizinhos. E eu pergunto como é que nós vamos conseguir atrair? Como é que nós conseguimos dignificar a nossa marca Montemor, perante estas situações? É inacreditável como é que se pode dizer uma coisa destas. -----

----- Não posso deixar de dizer, como já aqui foi referido, que a proposta que os vereadores do PPD/PSD e do CDS/PP apresentaram de 0,35% adequava-se muito mais comparativamente com os concelhos vizinhos e tínhamos se calhar um pé de igualdade para começarmos a trazer Montemor outra vez aquilo que merece e que dignifica, não é com este tipo de taxas e, sinceramente, não acho que infelizmente continuarmos nos 0,395% só para dizer que baixou 0,005% relativamente aquilo que estava dos 0,4, não me parece que seja significativo e que Montemor merece muito mais que isso.”-----

----- Pediu a palavra o Presidente da JF da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal, que disse: “Em relação ao IMI, também queria dizer aqui alguma coisa. Eu estou de acordo com os intervenientes anteriores, que a taxa deveria ser de 0,3% que é o mínimo mas, julgo que aqui por aquilo que fomos obrigados por Lisboa a passar de 0,4% para 0,5%, este ano, pelo menos, excecionalmente, o valor devia passar para 0,3% de alguma forma para que, todos nós munícipes, fôssemos ressarcidos daquilo a que fomos obrigados a pagar da diferença do 0,4% para 0,5%. Daqui a um ano, com certeza estaríamos aqui novamente, nós ou outros, porque vai haver eleições, naturalmente a constituição da nossa Assembleia poderá não ser a mesma e, eu julgo que, excecionalmente, este ano devia-se passar para 0,3%, aquilo que a DGAL nos obrigou a pagar os 0,5% e, então, seria reposta a verdade. Quem manda em Montemor são os Montemorenses e não a Capital.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em primeiro lugar, dizer uma coisa que me parece pertinente dizer. São intervenções como as do deputado Fernando Monteiro que me dão algum gozo responder e discutir numa Assembleia Municipal. -----

----- Efetivamente eu não concordo com muitas das coisas que disse e de algumas opiniões que tem mas, é uma intervenção estudada, cuidada e com rigor técnico. Pensa bem, eu até sou tentado a concordar com muito do que disse. Respeito muito a sua intervenção e permita-me dizer que não tem conteúdo político, não tem nenhuma ironia, porque as coisas quando estão bem, nós temos que as elogiar e teve uma boa intervenção. -----

----- Há duas ou três questões que gostaria, e de certeza que não se vai importar, de eu complementar a sua intervenção. -----

----- A avaliação do património é ordenada pelo Governo Central, não tem nenhuma interferência da Câmara Municipal. Isto é um ponto muito importante que eu acho que se esqueceu de dizer, porque a sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

intervenção é muito boa, mas isto também tem que ser dito.-----

----- Outro complemento que me parece importante também à sua intervenção, eu acho que o Governo Central e, acho que todos nós devíamos pugnar, para que o valor patrimonial dos imóveis fosse revisto, porque foi avaliado e foi considerado num período de especulação imobiliária muito forte e hoje encontra-se manifestamente desatualizado em prejuízo dos contribuintes. Esta é uma realidade incontornável mas, não é a Câmara Municipal, como sabe e, porque fez uma intervenção muito correta, que tem esse poder, essa capacidade de corrigir essa situação. -----

----- Efetivamente, era muito bom, isto é uma resposta a todos, que o Município pudesse propor a taxa de 0,3%. Eu gostaria muito mas, não é possível. Eu vou explicar a seguir o porquê para dar resposta a todos. Ainda na intervenção do deputado Fernando Monteiro, me parece muito pertinente e, quero-lhe dizer uma coisa que nós fizemos. Desagradou-me profundamente quando nós aumentamos a taxa para 0,5%, forçadamente, como toda a gente sabe, ouvir aquilo que ouvi de muitos munícipes, que nós atendemos os munícipes aqui, que iam à repartição de finanças e, provavelmente, o Fernando Monteiro sabe do que estou a falar, e eles o que tinham para dizer às pessoas era *“olhe, vão-se lá queixar à Câmara porque a culpa é deles, quem define isso é a Câmara, aqui não há nada a discutir, vá à Câmara”*. Na realidade e, o deputado Fernando Monteiro sabe, há muita coisa a fazer ainda e, aqueles senhores que são pagos por nós, com os nossos impostos têm o dever de informar o munícipe, de os ajudar, esclarecer e a melhorarem a sua situação contributiva. Por isso mesmo nós temos um auditor interno, eu disponibilizei na Câmara e, fizemos inúmeros atendimentos a munícipes que fizeram a revisão do seu valor patrimonial e corrigiram o seu IMI porque, os senhores que deviam informar os munícipes, não informavam, tivemos que ser nós, teve que ser o nosso auditor a fazer esse serviço aos munícipes. Muita gente conseguiu atualizar o seu IMI e, isso é uma falha muito grave, porque a nossa Autoridade Tributária não deve ser só para cobrar, não deve ser só *“polícia”*, tem de ter uma atitude pedagógica e, por isso permita-me e, se tiver algum munícipe, ou se quiser também, remeta para a Câmara que o nosso auditor continua a prestar esse serviço, apesar de não sermos nós que o devíamos prestar mas sim a Autoridade Tributária, e continuamos a informar os munícipes dos seus direitos porque muita gente não sabe que nós temos direitos. Temos direitos de revisão extraordinária. E por isso mesmo, nós estamos a dar essas informações aos munícipes que deviam ser prestadas pela Autoridade Tributária. Portanto, Senhor Fernando Monteiro, se alguém se dirigir a si, o nosso auditor estará disponível mediante marcação prévia, para prestar essa informação. -----

----- Quanto à questão da devolução do IMI. Eu costumo dizer que as propostas são boas desde que sejam exequíveis. Eu acho que é exequível devolver o IMI. E nós vamos devolver todo o IMI, que recebemos, às pessoas, em obras. É essa a função da Câmara Municipal e, como já se aperceberam a um conjunto de obras muito alargado que vai beneficiar as pessoas, vai beneficiar a habitação das pessoas e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

que vão beneficiar grandemente as pessoas. As pessoas não vão dar por mal empregue o esforço financeiro a que foram obrigadas a cumprir, nós vamos retribuir em obras. -----

----- E não é mero eleitoralismo. Eu não vou baixar a água. Neste momento a água está numa situação muito crítica. Porque, efetivamente, a ERSAR continua a perseguir-nos, com os tarifários, com todo um conjunto de medidas que nos pressionam continuamente. A Eng.ª Catarina Costa, a Eng.ª Isabel Quinteiro têm-me advertido para esta situação. Era eleitoralmente muito bonito fazer um número com a água mas, nós não queremos fazer número nenhum com a água. Nós não estamos a fazer números eleitorais. Aquilo que eu fiz e aquilo que nós com o IMI foi uma proposta séria. E porquê? Não pode ser 0,30%, não pode ser 0,35%, nós temos de respeitar uma coisa fundamental que é o saneamento financeiro, que nos obriga a ter como referência os valores de 2015 e eu fiz isso, não fiz mais do que isso. A partir daí, as informações do estudo que foi feito pelos serviços foi de que nós para respeitarmos o valor de 2015 teríamos que ter esta taxa. Se pudesse ser mais, seria mais, mas não pode ser. E, eu já disse que mesmo assim não é prudente, eu fui imensamente criticado em Lisboa, nos Ministérios onde recorri pelo facto de ter baixado o IMI desta maneira. Porque eles não compreendem como um Município em situação de desequilíbrio está, porque as pessoas ainda pensam que está tudo bem, mas não está, como é que é possível estar a reclamar um saneamento financeiro e baixar o IMI. Há, de facto, que ter prudência. -----

----- Quanto à intervenção do deputado Francisco Mano, mais uma vez lhe agradeço. Faz sempre umas intervenções pertinentes e eu até gosto. Porque, efetivamente, esta é a mais baixa taxa histórica do IMI. Nunca no passado desde que o IMI existe, existiu uma taxa tão baixa de IMI. Muito obrigado pelo elogio que me fez.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Vamos, então, passar à votação da proposta do Executivo Municipal sobre o Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar em 2017, referente ao ano de 2016, que recordo é 0,395.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação na generalidade da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Abstenção -----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor -----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	Abstenção -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	Abstenção -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor -----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	A Favor -----
----- João António Góis Girão-----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	Abstenção -----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor -----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor -----
----- António Correia Pardal Bispo-----	Abstenção -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Derrama a lançar em 2017 referente ao exercício de 2016.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia, são pontos que não são controversos, podem ter as críticas dos senhores deputados. -----

----- A informação que foi distribuída é suficiente. Todos estes impostos, nós não os podemos baixar e o executivo não pode propor taxas mais baixas, à excepção dos direitos de passagem que se mantêm a situação anterior e a explicação está dada nas informações.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, relativamente ao ponto em discussão refere que o Município ao baixar a taxa de IMI para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

próximo ano civil, como uma tentativa de aliviar a situação económica das famílias, deve por isso assumir a mesma postura para as empresas situadas no concelho, reforçando deste modo o incentivo à sua permanência, solidez e mesmo de captação de novos projetos, garantido igualmente o princípio da equidade social. -----

----- Atendendo à situação financeira da Autarquia, entendemos que este imposto deve continuar a ser cobrado a exemplo do que é feito para todos os cidadãos, contudo neste caso específico deveria aplicar-se de uma forma gradual, numa diminuição do valor praticado em 0,1% por cada ano, sujeito à proposta de apoio que as empresas devem dar a novos projetos de empreendedorismo em articulação com a Autarquia.

----- Quanto ao valor em causa, que resulta desta diminuição, ele é pouco significativo para o Município comparado com os ganhos que se podem obter, parcerias que se podem estabelecer com a Autarquia. Acresce que no entendimento do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, o valor recebido pela Autarquia através da Derrama deva servir para apoiar projetos de empreendedorismo, nomeadamente, na criação de uma incubadora de empresas e a promoção dos diferentes produtos aqui desenvolvidos. -----

----- Uma vez que a proposta da Autarquia em nada vai de encontro às nossas posições, o Movimento Independente de Cidadania irá abster-se neste ponto. -----

----- Não queria deixar de passar também, há pouco a resposta que o Senhor Presidente da Câmara disse, às tais ditas medidas eleitoralistas, como se fala aqui nisto da taxa de IMI, e para dizer tão-somente o seguinte: o Senhor Presidente da Câmara está aqui há 3 anos de mandato e eu questiono-o do seguinte: Qual o desenvolvimento que o concelho teve durante estes três anos? O que é que ele fez que o desenvolveu? Zero! E sabe-se que se ele tivesse outra dinâmica que não o facebook e, tivesse chamado aqui os empresários para investir, talvez a circulação e o pagamento dos impostos aqui fixados, pudessem diminuir a taxa de IMI, porque nós somos um concelho desgraçado, estamos aqui paupérrimos, pobres e mal geridos. Estamos entre a Autarquia da Figueira e de Coimbra, mas não temos o apanágio de nos desenvolvermos, chamar os empresários para aqui, para diminuir a carga fiscal dos munícipes. Quem é que quer viver no concelho? Todas as pessoas andam a tentar vender casas porque pagam fortemente o IMI e, as condições de transportes escolares e tudo mais, não granjeiam nenhuma apreciação para viver em Montemor. É nisto que o Senhor Presidente da Câmara devia situar-se e não dizer que isto, como há pouco disse, é em termos eleitoralistas. Eleitoralista era ele fazer melhor e ter ambição e inovação para o Concelho.” -----

----- Pediu aa palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, esta bancada pretende tecer algumas considerações que entende que são pertinentes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Em primeiro lugar, dizer que é uma obrigação deste município, dentro das suas atribuições, proporcionar às empresas melhores condições, acessos e melhores serviços. Mas, principalmente que as trabalhe em prol da criação de um concelho atrativo para que haja fixação da população. Para esse efeito o pagamento da Derrama tem uma importância elevada para qualquer empresa nos tempos em que vivemos. Tendo em conta que a Derrama é uma das fontes de financiamento dos investimentos autárquicos para este Município e, na óptica da receita, esta tem subido nos últimos anos de uma forma considerável, basta olharmos para números referentes ao ano 2012 em comparação com o de 2016 é um aumento da receita de mais de 47.000€, traduzindo-se num crescente aumento ao longo dos anos. -----

----- Contudo, não podemos olhar para estes números numa lógica de obtenção de receita, mas sim cumprir a missão deste Município de criar condições para que cada vez mais empresas se fixem no concelho. Devia ser um sinal dado por este município ao tecido empresarial no sentido de as isentar da Derrama, mostrando uma vontade clara deste município em atrair investimentos e criar postos de trabalho, em vez de recair este imposto nas poucas empresas que existem no concelho. -----

----- Note-se que, se fizermos uma análise pelos concelhos vizinhos, Mira, Condeixa e Cantanhede isentam, Figueira da Foz e Coimbra cobram a mesma taxa 1,5% ora a escolher, os empresários, vão para os municípios que estão isentos ou optam por Figueira ou Coimbra, pois pagar por pagar preferem estar sedeados num local onde haja maior densidade populacional e com maior dinâmica empresarial. -----

----- Contudo, apesar deste alerta, o sentido de voto desta bancada será o da abstenção.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 24 membros da AM, realizou-se a votação na generalidade da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Brando-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Abstenção-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção -----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor -----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	Abstenção -----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor -----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor -----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor -----
----- João António Góis Girão-----	A Favor -----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	Abstenção -----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor -----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a proposta de Participação no IRS (imposto sobre pessoas singulares) referente aos rendimentos de 2017, a cobrar em 2018.** -----

----- Usou a palavra o PMAM que disse: “Se estiverem de acordo comigo, nós antes de almoço votaríamos o Ponto 5 e o Ponto 6, estamos a falar de IRS, Imposto Sobre Pessoas Singulares e a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem e depois interromperíamos para almoço. Como disse estas propostas são idênticas à do ano anterior.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “ Sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos e à semelhança do que já foi dito no Ponto anterior, em relação à Derrama, também esta taxa se apresenta elevada para as nossas famílias, uma vez que desde o ano 2013 tem vindo a ter um aumento da receita. Também esta é uma receita importante para as finanças do Município que colmata o decréscimo da receita proveniente da aplicação sobre operações urbanísticas que eram no passado uma das maiores fontes de financiamento da receita municipal. Mas as famílias do nosso Concelho não têm culpa disso, elas precisam e merecem ter incentivos que tenham incidência direta nas suas vidas e na sua economia, na sua gestão financeira diária de cada família. A título de exemplo e, também isto, referente a concelhos vizinhos, o concelho de Coimbra irá aplicar uma taxa de 4,5%, por isso achamos que esta proposta do Executivo podia ter sido mais audaz em termos financeiros, caso houvesse essa redução proposta pelos nossos vereadores da aplicação da taxa de 3,5%, não seria uma redução abrupta na receita e com certeza que as nossas famílias ficariam bem mais contentes e aliviadas. Uma vez

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

mais percebo qual é a importância que as famílias do concelho têm para este Executivo, mas de resto, e infelizmente, já todos começamos a ficar habituados a tão pouco reconhecimento. -----

----- Nesse sentido, esta bancada vai votar contra este Ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, relativamente ao ponto em discussão, informa que se em relação à matéria executiva nos Pontos anteriores é favorável a uma diminuição dos valores, considera que tal pressuposto também se aplica ao presente ponto. -----

----- A Autarquia não pode ter dois pesos e duas medidas. Aliviar a taxa do IMI, diminuindo o valor praticado em anos anteriores e manter a comparticipação no IRS, pago pelas pessoas singulares, assume-se como desajustado, incoerente e desumano. -----

----- Por outro lado, a realidade sentida nos concelhos vizinhos determina o sentimento de desigualdade social e económica. Por outro lado, o sentido dado pelo Município em termos de baixa do IMI como estímulo e permanência das pessoas no concelho é absurdo quando esquecemos verdadeiramente as pessoas.-----

----- Assim, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, propõe no que respeita ao IRS e, para os rendimentos de 2017 a pagar em 2018, se aplique a taxa de participação de 4%, o que constitui uma diminuição de receita de acordo com a estimativa para mais ou menos 160.000€. Caso o Executivo entenda que tal proposta é pouco exequível do ponto de vista financeiro e decida pela manutenção da taxa máxima a aplicar nesta matéria, propomos igualmente que a receita obtida seja aplicada no ano civil seguinte à sua cobrança através da instalação do orçamento participativo definido pelos cidadãos que decidirão sobre a aplicação prática desta sua comparticipação e, se nenhuma das propostas for aceite, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, votará contra a proposta do Executivo desta Autarquia.”-----

----- O PMAM deu a palavra o PCM que disse: “Como tinha prometido, não queria gerar confusão. Só queria alertar os senhores deputados que a proposta de orçamento de estado, em termos de IRS, é de 727.247€, para o ano de 2017 e, a proposta do ano anterior era de 803.000€. Há uma diminuição desta receita. Era só um alerta.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação na generalidade da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- Contra-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Susana Paula Malva Branco-----	----- Contra -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- Contra -----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- Contra -----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- Contra -----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- Contra -----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- Contra -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- Contra -----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor -----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- Contra -----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- Contra -----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor -----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	----- Contra -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor -----
----- António Almeida Coelho-----	----- A Favor -----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor -----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	----- A Favor -----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor -----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	----- Contra -----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor -----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	

----- **Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Taxa Municipal de Direitos de passagem (TMDP) a aplicar em 2017.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O Senhor Presidente da Câmara fez a questão inicial e como não havia alterações quer na questão da Derrama, quer do IRS, quer desta taxa, que dispensava a intervenção dele e remeia para a do ano passado.”-----

----- Pediu a palavra o membro Fernando Monteiro que disse: “Voltando um bocadinho atrás. Todos nós sabemos, Senhor Presidente da Câmara que o IMI é, de facto, o Governo Central que determina as

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

margens limítrofes, entre máximo e mínimo, mas também é verdade que as câmaras municipais têm autoridade para valer fazer aprovar, nessa fase intermédia, o valor que acham necessário. -----

----- E também há uma verdade que não foi dita, é que as Finanças, a Autoridade Tributária, cobram, não sei se estou errado 5% ou 6% de cobrança da Taxa de IMI correspondente a cada Câmara. -----

----- Em relação a este ponto, é evidente, Senhor Presidente, que isto é uma situação recorrente todos os anos nesta altura e, obviamente nós estamos de acordo que não seja cobrado porque, o problema está na Legislação e no Legislador e na redação que lhe deu e na sobre versão que foi feita, depois do imposto de quem o iria pagar. Se seria mais um encargo para o munícipe e vamos aliviar, não poderíamos estar mais de acordo.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Só pretendia dois esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Não sei se o que está na Lei, se é tão só aquilo que o antecessor disse. Penso que e, realmente é chocante quando constatamos os chorudos lucros destas empresas e, a câmara não poder cobrar diretamente a elas sem sobrecarregar o munícipe. Não sei se existe, e pedia ao Senhor Presidente que devia ter estudado esta matéria, se era possível ou não.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “ Senhor deputado Oliveira e Sousa, a entidade que tutela as comunicações é a entidade que deve poder auxiliar nesta matéria, como bem sabe, a ANACOM e portanto se o Senhor deputado fizer uma proposta de protesto eu assino e subscrevo porque é a única coisa que a Câmara Municipal pode fazer. Eu não tenho problemas nenhuns de também fazer o texto do parágrafo do abaixo-assinado lhe custa muito a fazer, eu também faço o texto. É a única coisa que nos resta fazer porque efetivamente estas entidades refletem imediatamente o valor. É uma questão empresarial, Senhor deputado Oliveira e Sousa. Estas empresas, num sistema capitalista gerem-se com lucro, gerem-se teoricamente para gerar lucro e portanto, necessariamente, eles vão refletir imediatamente nos nossos munícipes e penso que o Senhor deputado não quer criar esta situação ocorra. Eu farei entregar junto da ANACOM, via Assembleia, aquilo que entenderem. Agora, penso que seria algo mais profundo aquilo que se impõe fazer nesta matéria e portanto, podemos cada uma das bancadas sensibilizar os seus partidos no sentido de uma intervenção parlamentar nesta matéria. -----

----- Também subscrevo qualquer petição para ser dirigida aos senhores deputados na Assembleia da República.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Eu tão só questioneei o Senhor Presidente, não foi para levar esta lição de catecismo. Porque na verdade eu sei que a ANCOM é que tutela estas coisas. Pensei que realmente o Senhor Presidente tivesse tempo para estudar estas situações, mas não teve. Está aqui com estas apeladas que não têm necessidade de ser. É óbvio que agora, uma vez que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

questionei, lhe facilitaria a vida, vou estudar isto, vou ver se esta questão que eu coloquei ao Senhor Presidente tem alguma razão de ser. Só lhe perguntei, agora estar com estas evasivas.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação na generalidade da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram suspensos por uma hora. -----

----- Retomaram-se os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 14h30m. -----

----- **Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo, o Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Velho para 2017.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A apresentação do ponto é muito simples. Não há alterações significativas, há só a conformação com a atual realidade da estrutura orgânica da Câmara e, portanto, o Mapa de Pessoal é aquele que foi apresentado aos Senhores Deputados Municipais sem grandes alterações a não ser os ajustamentos necessários à alteração orgânica que tivemos.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Também de uma forma muito rápida. Não é a primeira vez que somos confrontados com esta alteração que só prova que efetivamente o Mapa de Pessoal é um documento dinâmico, tudo o que tenha a ver com o Pessoal precisa de ajustes face à realidade, como já foi sendo dito, é bom que assim seja, era mau é que ficássemos parados no tempo e, iremos votar favoravelmente este ponto. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação na generalidade da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Susana Paula Malva Branco----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites----- A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- António Almeida Coelho----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Neves Correia----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Orçamento para 2017 e Grandes opções do Plano 2017-2020.** -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia, com a sua suprema autorização, pedia a colaboração do nosso dirigente intermédio que é responsável pelo orçamento, pedia que ele se sentasse ao meu lado e que também corroborasse e atualizasse a informação que eu vou prestar de forma muito sucinta. -----

----- O presente orçamento cumpre dois ou três desideratos importantes. É um orçamento realista porque não se podem dar ao luxo de terem verbas previsíveis. Têm que ter muito realismo no que colocam. Se colocam uma verba que depois não é exequível ou menor ou desajustada só estão a prejudicar o orçamento. -----

----- Paralelamente está a avizinhar-se, a muito curto prazo, uma alteração do Código de Contratação Pública. Tenho informação sobre essa matéria e presente-se que a qualquer momento e previsivelmente no início de 2017 isso irá acontecer, pelo que os processos que entretanto foram aprovados na Câmara e que foram remetidos a esta Assembleia Municipal para aprovação do compromisso plurianual, se não forem entretanto lançados poderão ter de ser alterados, fala-se de caderno de encargos e de programas de concurso. Esse trabalho de muitos meses, nomeadamente da DAOM e da DAGF, perdia-se se, naturalmente, não fizessem estes ajustamentos. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente Por Amor a Esta Terra que se constitui tão só para dar dignidade e esperança às pessoas, lamenta que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

documentação não tenha sido entregue a tempo de permitir uma análise detalhada do presente documento, em tempo útil. -----

----- É preciso lembrar que os elementos que constituem este Executivo, com poder, são os únicos que dispõem de todo o tempo para se inteirarem das matérias políticas do concelho, os membros da Assembleia Municipal não dispõem desta vantagem, agravada pela estratégia bloqueadora de quem deveria facilitar o entendimento destes processos. -----

----- Uma vez mais apresentamos o nosso lamento e o veemente protesto contra tal atitude. Contudo face à análise possível, este documento insere-se já hoje numa perspetiva eleitoralista que pretende abafar os três anos de mandato autárquico, valorizando e enaltecendo o Executivo pelo pouco que pretende fazer no ultimo ano de mandato. -----

----- Salve a imagem possível, o doente que esteve em estado de coma, ressuscitado com um golpe de mágica, pretende viver por todos os anos em que esteve ausente e esquecendo a demência em que se encontrou. -----

----- Porém, é preciso voltar a lembrar que este exercício de política, que hoje se apresenta para 2017, não confere esperança e dignidade ao povo deste concelho, uma vez que e, uma vez mais, o Presidente da Câmara e os serviços a que preside, não tiveram arte nem engenho para criar uma luz ao fundo do túnel para que este Concelho de uma vez por todas tenha, ou possa vir a ter, a atração de investidores e empreendedores para sair do miserabilismo que estamos e, continuamos a estar, sujeitos. --

----- Tais documentos apresentam-se como meros ratos de uma mercearia de vivência corrente e medíocres, baseados em questões supérfluas. Ao fim de três anos de mandato não se vislumbram investimentos de natureza estruturante que permita a afirmação económica do Concelho e consigam, resolver o problema do emprego de muitos residentes. -----

----- Este Concelho continua a sobreviver das fracas receitas que o Estado lhe transfere e da ignóbil coragem de penalizar e asfixiar os munícipes através dos diferentes impostos e taxas que estão obrigados a pagar. Não se vislumbra um verdadeiro apoio às freguesias para que as mesmas possam constituir-se com pólos de atracão e fixação das suas populações. -----

----- Não são as obras que agora se pretendem realizar à pressa que vão animar as populações que nelas vivem. Não se vislumbra iniciativas assentes nas novas áreas de expansão económica como o turismo, independentemente das mais-valias do concelho. Enaltecemos a coragem e a determinação de uns quantos particulares e instituições que procuram sobreviver num marasmo das ideias que o Município tem para esta área. -----

----- Não se vislumbra, ainda, o exercício de obras que respondam aos anseios de resolução dos problemas vividos no dia-a-dia pelos residentes deste Concelho e, por todos aqueles que, por aqui passam.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Neste contexto, a imagem pobre e desfavorecida do Concelho, caracteriza-nos no contexto da região a que pertencemos ou seja, um concelho falido, não só monetariamente, como de ideias, arte, engenho e de esperança. -----

----- Senhor Presidente, este não é um concelho que nós projetamos, merecíamos melhor. Mas estamos cientes que o futuro se encarregará de fazer o seu julgamento, porque o povo pode ser Zé, mas não é burro!” -----

----- Pedeu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Relativamente ao orçamento, antes de mais, apenas referir que este orçamento nada de novo trás que já não era expectável que acontecesse. -----

----- Para além de uma falta de estratégia que vem sido falado por nós de há três anos para cá, este orçamento e, muito concretamente, resume-se a duas coisas: taxas e alcatrão. É o resumo do nosso concelho. -----

----- No entanto, deixem-me pegar no orçamento e pedir alguns esclarecimentos relativamente a algumas rubricas que eu pessoalmente não vislumbrei, nem sei do que alguns valores aqui se tratam e, depois, se pudesse ser esclarecido, agradecia. -----

----- Começando na parte da receita, não vou comentar os valores que estamos a falar relativamente a impostos, porque já ainda há bocado relativamente à aprovação das taxas foi falado e, já foi discutido portanto, vou passar essa questão à frente embora, os valores que estivemos aqui a falar em cada um deles, sejam valores elevadíssimos, sejam valores que os munícipes é que vão pagar por isto e é que vai sair do bolso de cada munícipe. -----

----- No entanto, na parte das Transferências Correntes, tem uma rubrica de 387.000€ que diz “de outros”. Não sei a que é que este valor respeita, possivelmente devem ter a resposta. Gostaria de saber de que é que se trata este valor. -----

----- Ainda, fazer referência na parte da Receita ao valor da tarifa da água que está previsto para 2017. Mais uma vez é ao munícipe a quem vai sair caro, estes valores e, estas tarifas, que foram aplicadas por este Executivo. -----

----- Passando à parte da Despesa, não vou falar de uma questão que já venho a falar o ano passado no Orçamento de 2016, como nos anteriores, relativamente a valores elevados de algumas rubricas como é o facto da questão da parte da Limpeza e Higiene onde temos mais de 1.000.000€ aplicados nestas rubricas. -----

----- Na parte da despesa, na classificação orgânica 02.022.0, onde diz Outros Trabalhos Especializados, e tem uma quantia de 717.500€, também não faço ideia do que se trata este valor e, como estamos a falar de um valor muito avultado de quase um milhão, gostaria de perceber um bocadinho melhor o que é isto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Depois, vimos aqui, ao ex-libris do Senhor Presidente da Câmara e da grande aposta para 2017, que é a parte dos Arruamentos, Viadutos e Obras Complementares, onde aqui temos mais de 2.700.000€ previstos para 2017. Sem dúvida que esta vai ser a grande aposta que irá fazer no ano eleitoral que se avizinha. -----

----- Antes de tecer comentário mais político, apenas gostaria de perguntar que, na parte das Grandes Opções do Plano para 2017, logo nas primeiras rubricas da parte da Administração Geral, tem uma rubrica de cerca de 70.000€ para 2017 referente a uma Unidade Móvel de Atendimento. Eu não faço ideia do que é isto e gostaria que me explicasse o que é esta Unidade Móvel de Atendimento. -----

----- Relativamente à parte mais política e, pegando no que disse o deputado Oliveira e Sousa referiu, aqui se vê que, mais uma vez, que este Executivo irá ficar conhecido não só pelas taxas que aplica aos municípios, mas também pela quantidade de maus juízos que foi fazendo até aqui e do seu mau desempenho a nível de mandato que tem sido nos últimos três anos. Isto porque, claramente que neste momento se percebe que este marasmo que Montemor tem sentido nos últimos 3 anos apenas tivemos à espera que chegássemos a este ano para que o Senhor Presidente da Câmara fizesse a grande aposta em que ao remodelar e vai tirar esta injeção de alcatrão pelo concelho todo, uma vez que isto será a sua grande aposta para uma suposta reeleição. Quero-lhe desde já dar-lhe os parabéns por isso, porque realmente está aqui espelhado a sua proposta política para uma possível recandidatura à Câmara. Espero que sinceramente, não lhe aconteça e não tenha o mesmo resultado, para seu bem, que antecessores seus tiveram quando também a única aposta que fizeram no concelho foi no último ano de mandato e fizeram também uma injeção de obras brutal no concelho, quando depois as pessoas, e graças a Deus, os municípios, como já foi referido, não são burros, não são parvos e, andam a ver o que é feito no dia-a-dia e quem está ao lado deles todos os dias e, percebem que não é no último ano, nem às últimas que vamos andar a correr, à pressa e sem jeito a fazer as coisas que nos dá jeito para que possamos ganhar eleições e para continuar a usufruir deste espaço para nosso bel-prazer. Não é assim que as coisas funcionam, acho que temos de ter algum sentido de responsabilidade e acima de tudo pensar nos municípios.”-----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Até à data confrontamo-nos com o esforço do Executivo em promover a luta pelo reequilíbrio da situação económica e financeira da Câmara. Vimos um esforço em liquidar as responsabilidades existentes, vimos um esforço em cumprir os compromissos assumidos, um esforço em acudir às muitas necessidades com poucos recursos, um esforço em enfrentar todas as adversidades e também um esforço em dismantelar as armadilhas financeiras herdadas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Finalmente, encontramos um ponto firme e um novo rumo. Como se tem verificado com as políticas socialistas que mostram ser possível conjugar conceitos como reequilíbrio, a seriedade, o serviço público e o desenvolvimento. -----

----- Este projeto orçamental surge-nos como uma projeção equilibrada e realista. Neste orçamento temos cabimento para investimento, edificação de obra pública tão necessária, alívio da carga fiscal aos munícipes, devolução de direitos de cidadania e melhoria da situação financeira da Câmara. -----

----- Todas estas políticas necessárias são bem-vindas pelo que esta bancada não poderia ter outro sentido de voto que não o favorável a esta proposta.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Só uma pequena consideração sobre o documento. Eu penso que todos os deputados tiveram a possibilidade de olhar para o documento, é um documento de 2017 a 2020 com uma introdução de duas páginas. Todo o outro são quadros que são obrigatórios por Lei e, efetivamente, o verdadeiro orçamento.-----

----- Eu estava à espera de ver, do ponto descritivo, nas diferentes áreas, algo mais, já que é um projeto, são as Grandes Opções do Plano para este intervalo de anos 2017 a 2020 e penso que se não estou em falha com a minha memória, o ano passado, a introdução tinha 10 páginas e portanto, já nos deu uma panorâmica um bocadinho mais completa. -----

----- Efetivamente, quem não dominar a parte, porque não somos obrigados a fazê-lo, nem temos de ser da área, mas temos sobretudo que perceber, muito claramente, o que é que dentro de cada área se vai fazer muito concretamente e isso tem de estar escrito. Está explanado nos números eu, acredito que sim, que esteja e, tal como o Francisco, que é da área financeira, assim o explanou, e já outras pessoas o referiram, o que é facto é que para muitos deputados municipais fica muito aquém. Porque, realmente, eu acho que falta aqui algo mais, quando se faz uma planificação para uma determinada atividade, para um determinado acontecimento, tem que se escrever português para que todos entendamos. Essa atividade, naturalmente, tem um custo e portanto esse custo está aí. É algo mais que, eu acho que, este documento necessitava aqui, para que todos entendêssemos de forma mais clara o que se pretende para estes anos de governação.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Relativamente a este ponto, faremos as seguintes considerações: -----

----- Esta proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2017, de facto, não considera, nem têm grande consideração, ou não têm mesmo em consideração a decisão, que para nós é importante, pelas piores razões, de no dia 25 de outubro o Tribunal de Contas ter recusado o visto ao Plano de Saneamento Financeiro de 2016. Decisão esta que tem graves implicações, profundas no seu conteúdo, já que sem este saneamento aprovado a proposta para o próximo ano no nosso entendimento deveria incluir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

no lado da despesa o serviço da dívida de curto prazo a fornecedores de cerca de 1.200.000€ transitados dos anteriores mandatos. -----

----- Ou seja, nesta proposta de orçamento que nos é apresentada não figuram obrigações que tal recusa de visto veio naturalmente, a suscitar. -----

----- Quanto ao orçamento em si, e fazendo uma análise na sua substância e na generalidade, estamos perante a evidência de que se tem “desorçamentado”, propositadamente, em parte importante da receita de modo a fazê-lo transitar para o último ano de mandato fazendo coincidir todas as obras e candidaturas em pleno período eleitoral. -----

----- Se analisarmos atentamente esta proposta que nos é apresentada encontramos do lado da receita cerca de 3.448.812 em Diversos na rubrica Outras Receitas Correntes que, não são nem mais, nem menos, do que o saldo de gerência antecipado do ano de 2016, constituído pelo valor extraordinário do IMI orçamentado em 2016, assim como, das receitas não inscritas da venda de património e da poupança conseguida com a não realização de muitas despesas previstas no orçamento de 2016. -----

----- Pelas nossas contas, a falta de obra e de projetos deste Executivo, as obras que ficaram por concluir ou que foram pura e simplesmente abandonadas, as taxas, o IMI, a água, são cerca de 3.000.000€ de receita por ano, vezes 3 anos, dá 9.000.000€ de receita que este Executivo tem e teve para pagar dívida. Receita esta que foi exclusivamente cobrada com o esforço dos munícipes. Pois bem, para nós assim, é fácil pagar dívida e dizer que se paga dívida em nome daquilo do que foi cobrado aos munícipes. -----

----- Neste caso, e para a CDU, se entendemos que o nosso sentido de voto foi nos primeiros anos em sentido favorável e mesmo a abstenção, neste ano, não poderemos confiar o nosso voto a uma proposta de orçamento que apenas servisse para cumprir obrigação formal de aprovação do orçamento sofrendo depois todo o tipo de alterações em função de objetivos estranhos à coisa pública. -----

----- Foi o que aconteceu com os orçamentos de 2014, 2015 e 2016 todos eles viciados e, inflacionados com receitas e despesas provenientes do Plano de Reequilíbrio Financeiro que não se cumpriu, estando agora a proposta para 2017 outra vez deturpada por uma eventual execução do Plano de Saneamento Financeiro de 2016, que nós já sabemos que não tem correspondência na realidade.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu vou responder às questões de natureza política e o Dr. Cristiano vai responder às questões técnicas. -----

----- Eu vou começar por dizer que uma das coisas que eu quis mudar de paradigma na minha gestão, era aqueles discursos que aqui se faziam no 25 de Abril, na apresentação do orçamento, em que se anunciavam obras, em que na explicação que se fazia ao orçamento dizia-se mil e uma coisas absolutamente falsas, redondamente falsas, obras que nunca seriam executadas, como nunca forma executadas, projetos e programas políticos que eram uma absoluta aberração como acontecia com a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

circular externa de Arazede, como acontecia com tanta coisa, obras absolutamente inacreditáveis de milhões de euros que se anunciavam nessas introduções. -----

----- Portanto, para mim, o orçamento é um documento técnico, é um documento efetivamente tem de ter opções programáticas e elas estão nas Grandes Opções do Plano e eu nunca fui, atenção ao que vou dizer, eu sou jurista, nunca fui especialista na matéria e, sei ler um orçamento e penso que em qualquer bancada há quem saiba ler orçamentos. -----

----- Nessa perspetiva, eu quis quebrar esse paradigma e já hoje aqui fui acusado, e estou sempre a ser, permanentemente acusado de propaganda e de estar já a fazer campanha eleitoral, seria muito bom, agora, aproveitar este orçamento, porque ele até dá azo para isso, para fazer a tal campanha eleitoral. ----

----- Dr.ª Cristina Jorge, habitue-se. Eu quebrei e quero quebrar firmemente com esse elo do passado, vamos mudar o paradigma, vamos mudar o discurso, vamos construir, vamos fazer obra. Para mim é importante que, se o orçamento contém lá obra que vai ser feita, só não será feita aquela que não for financiada mas, quando vier o financiamento vai ser feita e, portanto, não há cá invenções, nem eu negocie com os Senhores Presidentes de Junta o que quer que seja, que não vá ser feito aliás, eu desafio qualquer um de vocês, deputados municipais, para verificarem que os procedimentos estão iniciados, eles foram todos antecipados como vão perceber, e o que está lá é para se fazer. -----

----- É com este discurso de verdade, é com orçamentos verdadeiros que nós lá queremos chegar. ----

----- Vamos aqui dizer outra coisa, eu gostava de fazer dez vezes mais do que aquilo que vou fazer este ano e no meu mandato e, no próximo ano. -----

----- Vamos começar, então a responder às questões. -----

----- Dr. Oliveira e Sousa, não tenho mais nada a dizer. Gostava muito de fazer mais, mas não posso porque é preciso ter dinheiro para fazer mais.-----

----- Quanto à questão da água, Senhor deputado Francisco Mano, os valores são aqueles que são os corretos e são os valores que garantem a sustentabilidade que a ERSAR nos obriga a ter. -----

----- Quanto às outras questões, mais concretas, o Dr. Cristiano vai esclarecer. Mas, eu gostaria de relembrar e, ele depois vais explicar melhor, que nós não podemos contratar pessoas, nós estamos a perder pessoas operacionais e, temos que recorrer a serviços externos nomeadamente, na área da limpeza e da higiene urbana e as pessoas estão a ir-se embora, ou ficaram incapacitadas e, portanto, temos de recorrer a serviços externos. São limitações que eu próprio não as inventei. -----

----- Vamos aqui falar da aposta no alcatrão. Eu espero que entendam uma coisa básica. Não é só alcatrão, há também um conjunto de arranjos e de obras que são importantes e, deputado Francisco Mano, são as tais obras muito diferentes daqueles 24 milhões que se gastam num centro náutico, são aquelas obras que efetivamente as pessoas carecem. E quando eu fui acusado desde o início que não tratava das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

estradas é porque elas já não tinham tratamento há muitos anos. Eu sublinho, a manutenção das estradas, dos arruamentos e de toda a rede viária do concelho foi extremamente deficitária e, hoje, é imperioso apostar na grande intervenção nesta área. -----

----- Critiquem ou não, é preciso perceber que alguma vez tinha que ser feita. -----

----- Vou explicar uma outra coisa, com muita clareza. Porque é que só agora é que isto está a surgir? Como muito bem disse o deputado Ricardo Brites, quando aqui chegámos, eu e as pessoas que aqui entraram para gerir esta casa, encontraram uma dívida a curto prazo enormíssima, fornecedores a bater à porta a dizerem que tinham trabalhadores que precisam de comer, encontramos um conjunto de constrangimentos que poderiam pôr em causa a sustentabilidade financeira do Município nomeadamente, projetos comunitários, projetos financiados com fundos comunitários ou nem sequer adquiridos os terrenos, todos pagos por este Executivo, a maior parte deles, tanto no PLIA como no Centro Náutico, isto é uma vergonha. -----

----- Portanto, é evidente que alguma parte da oposição e, vou ser generoso, que gostaria que eu continuasse a pagar dívida. Mas, infelizmente, eu também tenho que ter oportunidade de fazer uma obrázita que agrade às pessoas. E esta é a obra que agrada às pessoas. É a campanha eleitoral? Não sei! Mas é a obra que as pessoas precisam. -----

----- Posso dizer-vos uma coisa muito importante. Vou pagar a dívida quase toda do Executivo anterior até ao final do mandato, senão mesmo toda e, se Deus quiser e, se alguém olhar por nós vamos tentar reformular aquele empréstimo de saneamento financeiro que foi contratualizado para pagar a tal obra importante que foi feita no passado e que nunca foi paga pelo Executivo anterior e que eu enquanto Presidente da Câmara nunca pude pagar. -----

----- Dir-me-ão: “pois, pagou dívida” mas, faz-me lembrar um dirigente do meu clube que chegou ao clube e disse: “os contratos são todos para rasgar” e rasgava os contratos e não pagava dívidas e, acho que foi preso. Eu penso que as pessoas têm que ser sérias nestas coisas. As dívidas são para se pagar. Eu fiz aquilo que se impunha. Já agora deixei-me fazer alguma obra. -----

----- São Arruamentos, pequenos arranjos urbanísticos, são situações que, como dizia um Vereador da oposição, coisas que há 10 anos estão a ser pedidas e, obras muito urgentes de fazer. Agora dêem-me também esse mérito, não me critiquem só. -----

----- Já agora, quero dizer outra coisa. Vou fazer obra e vou pagá-la! E vou pagá-la! Que é uma coisa muito mais interessante. Que é um bom hábito que se tem de começar a adquirir nos municípios e em todo o lado. É fazer obra e pagá-la. -----

----- Em conclusão, eu não subscrevo a frase de que os munícipes não são burros nem são parvos. Mas há uma coisa que eu sei. Os munícipes precisam de certa e determinada obra para que estejam satisfeitos e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

para que se justifique a tal cobrança dos IMI e dos IRS e dessas coisas todas, porque efetivamente, o estado da rede viária não se degradou em três anos. Eu lembro-me no início do meu mandato que não havia mãos a medir a tapar buracos. E já agora, há uma coisa que eu quero dizer aqui com toda a clareza: -----

----- Eu fiz investimento em coisa muitíssimo importantes, eu vou dizer que já que querem falar sobre isso, na água, alguém viu mais de 2 milhões de euros investidos, alguém viu? Alguém vê? Dá votos? Não dá! A água continua a chegar a casa por uma razão muito simples. Porque não houve manutenção nos últimos 12 anos. Era bom de ver. Eu vou-lhes mostrar fotografias. Hoje falta a água. Vai ver! Tem de ver! Não é só dizer!” -----

----- Usou da palavra o membro Lídia Pagaimo (Coligação Mais Por Montemor) que interrompendo disse: “É sempre a minha casa! Fiquei com calçada partida durante um mês, com o muro da minha casa partido e que ainda não está bom!” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu admito a indignação da Senhora deputada Lídia Pagaimo mas pedia-lhe que, da próxima vez, peça o uso da palavra, sabe que eu dar-lha-ei e para que nem o Senhor Presidente, nem a Senhora deputada Lídia Pagaimo entrem em diálogo, porque não é isso que a Assembleia pretende, por mais que às vezes alguns gostem de mais disso do que propriamente outra questão. Senhor Presidente da Câmara pode continuar.” -----

----- Senhor Presidente da Câmara e Senhora deputada Lídia Pagaimo, eu não interrompi a Assembleia e, portanto, peço aos dois que, de facto, estamos na Assembleia e, estamos a discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e, portanto, situemo-nos nesse aspeto. Naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara já disponibilizou os serviços e se por ventura a Senhora deputada Lídia Pagaimo quiser fazer uma intervenção nessa área, pode pedir a palavra. -----

----- Sei que, já alguém aqui disse “quem não se sente, não é filho de boa gente”, mas peço que voltemos à Assembleia como me quase pediram no início, que a Assembleia fosse a Assembleia e não estas questões que embora sendo importantes, são também municipais, mas devolvo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Em relação aos investimentos que eu referenciei na água e noutras infraestruturas elas vão ficar traduzidas no relatório de contas e, é facilmente comprovado e não tenho problemas nenhuns nisso, aliás eu não sou propriamente uma pessoa que falseia os números. -----

----- Dar nota final, para esclarecer, a Unidade Móvel de Atendimento. No âmbito da evolução da modernização administrativa e, do trabalho que estamos a fazer de desmaterialização, hoje temos uma infraestrutura tecnológica que nos permite fazer atendimentos descentralizado. Isto é uma parceria que eu estou a fazer com o Município de Condeixa, uma parceria inovadora, na aquisição de uma unidade que tem em si própria um conjunto de recursos tecnológicos que vão permitir que o Balcão Único se dirija a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

qualquer um dos pontos do concelho em situações absolutamente programadas. Eu dou o exemplo, no âmbito da feira de Tentúgal, da feira de Arazede, possibilitar que as pessoas possam recorrer a serviços centralizados da Câmara ou até inclusivamente em ações próprias que nós entendemos necessárias, nomeadamente ações para os contratos de água, ações de sensibilização. -----

----- Esta unidade móvel vai permitir o acesso de pessoas aos serviços municipais e a outros em qualquer ponto do território. -----

----- Eu vou dizer as coisas com muita clareza, neste momento não tem financiamento. Mas tanto eu como o Presidente de Condeixa, estamos a negociar para que eventualmente tenha. Mas, independentemente de ter ou não ter, nós vamos avançar com o projeto, achamos o projeto inovador e os nossos municípios merecem esse serviço descentralizado. -----

----- Está também prevista uma Unidade Móvel de Saúde, da mesma natureza, é a mesma coisa, precisamente para levar a saúde aos cidadãos. Aqui nós provavelmente, vamos ver se se concretiza, vamos ter financiamento da Comunidade Intermunicipal. -----

----- Neste caso concreto, não, mas estamos a negociar para que o mesmo tenha. Parece-nos, a mim e ao Senhor Presidente Nuno Moita, que seria um projeto inovador, seremos pilotos nesta acção, mas não seremos totalmente originais porque já há uma a funcionar a título experimental, mas esta vai utilizar software que é compatível com o software que a Câmara Municipal utiliza da AIRC e por isso é que, como sabem, o Presidente Nuno Moita é o Presidente da AIRC e, vamos operacionalizar estas duas unidades de atendimento descentralizado também compatível com o nosso software interno da AIRC. -----

----- Dar outra nota, que também, a título meramente informativo, os nossos colaboradores estão neste momento a colaborar com o desenvolvimento do software da AIRC. Isto é uma nota muito importante e é um elogio público que eu faço aos trabalhadores da Autarquia que no espaço de um ano conseguiram aprender a trabalhar com o novo software da AIRC, que desmaterializou o procedimento administrativo e hoje já são contribuintes ativos para a melhoria do próprio software. O Cristiano, os nossos chefes de divisão e todo um conjunto de pessoas que hoje são utilizados pelos técnicos da AIRC para aperfeiçoar o software da AIRC. É um elogio que eu lhes faço publicamente.” -----

----- Usou da palavra o Chefe Intermédio, Dr. Cristiano Santa Rita, que disse: “Quanto às questões técnicas colocadas, de referir que esta proposta de orçamento e Grandes Opções de Plano foi elaborada no estrito cumprimento dos princípios orçamentais e regras previsionais previstas no POCAL, e REFALEI e Lei do Enquadramento Orçamental. As verbas inscritas no orçamento da Receita, resultam da média dos últimos 24 meses, havendo exceções. A água é uma das exceções, em que é possível fazê-lo porque nós temos um Regulamento Tarifário que entrou em vigor em março de 2015, a média dos últimos 24 meses, seria todo o ano de 2015, os primeiros 9 meses de 2016 e 3 meses de 2014, ao fazer pela média, a rubrica

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

da água ficaria com um valor abaixo daquilo que seria efetivamente o real. Portanto, é uma das exceções previstas no POCAL e o que foi feito, foi pegar na receita liquidada dos primeiros 9 meses deste ano, achar o valor médio e multiplicar por 12. Resultou neste valor de 1.425.000€. -----

----- Quanto à rubrica da despesa. Os valores inscritos em Limpeza e Higiene e Outros Trabalhos Especializados, resultam do valor inscrito em GOP's, mais concretamente na AMR e aquilo que é extra GOP's, o que resulta do próprio orçamento. Na Limpeza e Higiene, nas AMR está espelhado toda a despesa que o Município tem com recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, consome uma grande fatia deste valor e, Outros Trabalhos Especializados, a mesma situação, ou seja, nas AMR é visível todo o trabalho que nós temos de conservação, manutenção de Etar's, estações elevatórias, tudo isso que é feito com recurso a prestações de serviços que o Município não consegue fazer e tudo isso reverte para o Orçamento da Despesa e há que ter em atenção também tudo o resto que é feito e que não está mencionado nas AMR. -----

----- E creio que respondi às questões técnicas colocadas.” -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Não queria que ficasse nenhuma dúvida e, por isso é que pedi novamente a palavra, perante aquilo que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito. -----

----- Como é lógico, ninguém está a dizer que as obras que estão em causa e, que o Senhor Presidente da Câmara pretende fazer para 2017, não são necessárias, antes pelo contrário. O que estamos a dizer é que cada um define as prioridades que entende para o próximo ano. E, aqui, estão definidas as prioridades para o Senhor Presidente da Câmara neste orçamento ou manifesto eleitoral, como lhe queira chamar, para o ano de 2017. -----

----- No entanto, também há que ter em conta e há que analisar, não é só mandar fait-divers, como já dizia alguém, para o ar e, estar calado. Quando uma pessoa diz que vai fazer obra, mas paga-a. Está bem. Qualquer um de nós faria o mesmo, aumentar os impostos e os munícipes a pagar, qualquer um fazia obras. Não podemos é vir para aqui estar a acusar e ao mesmo tempo não perceber o que temos em casa. Aí é preciso ter alguma conta e algum peso e medida nas coisas que se diz. -----

----- Por último, quanto a este Balcão de Atendimento Móvel, pelo que percebi, vai ser uma espécie de balcão móvel que está relacionado diretamente com o balcão único. Eu sinceramente, fiquei novamente com algumas dúvidas perante a verba que está alocada para este atendimento móvel, uma vez que os exemplos que foram dados pelo Senhor Presidente da Câmara também me parecem um bocadinho descabidos, porque então eu pergunto se estamos a falar nomeadamente, em Arazede e Tentúgal, e em deslocar a questão do atendimento móvel, então eu pergunto se, corrija-me se estou errado, mas acho que foram criados balcões únicos nestas freguesias, e não entendo qual é a função de cada um deles.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, faz suas as palavras do meu antecessor. -----

----- No entanto, tem também a comentar, a resposta, aos assuntos anteriores pelo Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente da Câmara está diferente. Mudou. Já não fala com a agressividade que se lhe conhecia. Está calmo. Devia ter frequentado algumas aulas de marketing e agora anda calminho. É que quem o está a ouvir, pensa que ele está a falar a verdade. E tudo calminho, é sempre assim, é sempre assado. Ele promete, ele não faz, ele mexe, não mexe. Enfim, realmente mudou.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado, Oliveira e Sousa, relembro-lhe o que disse no início desta Assembleia. Por favor retome a palavra, mas relembro-lhe o que disse no início desta Assembleia.” -----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “ Não me interrompa. Sabe, Vossa Ex.ª, fez-me lembrar os poetas da nossa terra. “Eu sou assim, e assim serei até ao fim. Sei que não agrado a todos, mas nem todos me agradam a mim.” -----

----- Continuando, e aquilo que estava a dizer em relação ao Senhor Presidente, até o estava a elogiar, porque ele mudou, está diferente, ele agora não respinga. -----

----- Mas sabe, há uma coisa que queria interpela-lo. Este sistema que ele prevê no orçamento, não é um sistema eleitoralista? Não é? Deixem-me fazer uma obrzinha. Mas que diabo! O que andou a fazer nos últimos 3 anos? É só isso.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu por acaso gostaria, se me permitem, sem ofender ninguém. -----

----- Eu por acaso ando mais calminho. Efetivamente, ando mais calminho por uma razão muito simples. Tomo uns comprimidos que me foram receitados por uma pessoa de quem gosto muito (estou a ironizar, aqui), se quiser dou-lhe a receita. -----

----- Vou-lhe dizer uma coisa. Eu agradeço muito o facto de me interpelar com essa questão eleitoralista e que estou melhor no marketing. E até lhe vou dar um conselho. Para que instituição, agora, o Senhor vai doar as suas ajudas de custo? Era uma boa iniciativa eleitoral. Estamos perto da campanha eleitoral. Peço desculpa, Senhor Presidente da Assembleia, mas não consegui resistir, estou bem-disposto e o Senhor Presidente não pode impedir de me deixar ficar bem-disposto. -----

----- Senhor deputado Francisco Mano, a culpa é minha, se calhar eu expliquei-me mal. Os postos de atendimento das Juntas de Freguesia não fazem atendimento de serviços municipais. E, o posto de atendimento é para serviços municipais. Que são aqueles que se fazem no balcão único para além de outro tipo de serviços que se fazem nas juntas de freguesia.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

votação na generalidade da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- Contra-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- Contra-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- Contra-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- Contra-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- Contra-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- Contra-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- Contra-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- Contra-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- Contra-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- Contra-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- Contra-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Declaração de Voto da Coligação “Mais Por Montemor”** -----

----- “Não há ventos favoráveis para os que não sabem para onde vão. Assim dissemos na nossa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

declaração de voto quando votamos contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2015, 2016 e 2017. -----

----- Após a análise do documento iremos votar contra pelas seguintes razões: -----

----- 1º - Não verificámos uma linha estratégica no orçamento de 2017 e nas Grandes Opções do Plano 2017/2020. Neste documento, o mais importante de qualquer Município, deveria estar espelhado toda uma estratégia e decisão política para um concelho que deseja cada vez mais próspero. -----

----- 2º - Para além de este ser um documento paupérrimo do ponto de vista de explicações, duas páginas de introdução e muitos quadros para análise, o mesmo apresenta falta de estratégia global, de visão futura, rumo e principalmente falta de confiança e credibilidade, continuando a existir a eterna justificação de não se ter feito obra pois as dificuldades e constrangimentos financeiros do Município não o permitiram. -----

----- 3º - Este documento já foi duas vezes a Reunião de Câmara, porque descobriram lá as receitas de IMI, antes de ser aprovado pela Assembleia Municipal, já tinha uma alteração no mínimo, diríamos que desaire. -----

----- 4º - Passados mais de 3 anos, o Executivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, liderado pelo Partido Socialista, que conseguiu inicialmente uma maioria sustentada pela coligação da CDU, que se traduziu numa desilusão, no entanto, para não ficar dependente dessa mesma força política e, lamentavelmente, reforçou essa mesma maioria com uma vereadora que saiu da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP e eleita pelas pessoas que confiaram em nós. Aguardávamos com tantas pessoas pró-activas uma estratégia clara e evoluída e inovadora, assentada no médio e longo prazo a bem do desenvolvimento do concelho, o que não foi, nem será uma evidência. -----

----- 5º - Verificamos um vazio de novas ideias e soluções para um Concelho que desejamos melhor, onde as famílias vivam com gosto, com menos impostos, diretos e indiretos, o que não se tem verificado, nem se verificará pois a água, o IMI, o IRS e a Derrama ficará longe do que defendemos, continuando a penalizar os contribuintes deste Concelho. -----

----- 6º - Percebemos que o que o Executivo pretende fazer no próximo ano é campanha política com alcatrão, optando tudo nesta proximidade eleitoral às pessoas. A rede de águas que não tem tanto impacto mas, tantas vezes criticada pela falta de manutenção do anterior Executivo ficará esquecida para nosso espanto. -----

----- 7º - Não percebemos, já, com o novo quadro comunitário em vigor, como pretende o Executivo dar apoio aos jovens empreendedores e a todo o tecido empresarial que são um todo desenvolvimento fulcral. -----

----- 8º - Não vislumbramos qualquer possibilidade de captação e fixação de empresas no território Concelhio, pois só assim se promoverá o emprego, apesar das nossas zonas industriais criadas pelo anterior

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

Executivo, numa visão de futuro e de estratégia de médio e longo prazo. -----

----- 9º - Inexistência de promoção turística do concelho, quer localmente, quer exteriormente, quer da divulgação do que temos de bom, do património histórico, gastronómico e todas as infraestruturas existentes. Estratégia não sabemos se existirá. Com o documento apresentado não conseguimos perceber que ideias, que estratégia? Quando o país terá o turismo a crescer nos próximos anos. -----

----- 10º - A menos de um ano de eleições verificamos um aumento mínimo das transferências para as associações locais, algo que já há muito esta bancada reclamava, numa tentativa eleitoralista como se as pessoas tivessem memória curta. -----

----- 11º - Conclusão: Não se vislumbram políticas de desenvolvimento de médio e longo prazo integradas e integradoras, assentes numa cultura de planeamento e de ordenamento do território interligadas com a componente ambiental, social, patrimonial, empresarial, cultural e social desse mesmo desenvolvimento. Pensamos que é tarde para se alterar a postura que têm tido ao longo destes 3 anos de navegação à vista, com soluções esporádicas, de resolução de problemas do dia-a-dia e sem visão de futuro, num concelho que infelizmente parou no tempo. -----

----- A bancada da Coligação Mais Por Montemor perante as razões elencadas votou, contra. -----

----- **Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 4ª Revisão Orçamental 2016.**-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Esta é uma questão puramente técnica e pedia ao Dr. Cristiano que explicasse em detalhe para que não hajam dúvidas e, para que os Srs. deputados fiquem devidamente esclarecidos.”-----

----- Usou da palavra o Dr. Cristiano Santa Rita que disse: “Esta 4ª Revisão ao orçamento de 2016, visa tão só o ajustamento do orçamento, ou seja, nós fizemos uma alteração legalmente possível de acordo com a comunicação da DGAL, no início de 2016, onde incluímos as verbas do Reequilíbrio e do PAEL, como é sabido o Município cessou o contrato PAEL, fez a amortização do total do montante recebido do PAEL e, portanto, o orçamento ainda mencionava o remanescente por receber e, ainda previa também, o valor a receber do valor do Reequilíbrio Financeiro. -----

----- Com o novo Saneamento Financeiro, que nós submetemos a visto prévio do Tribunal de Contas, aqueles valores não correspondiam à realidade e, portanto, o que quisemos fazer foi que o orçamento mostre isso mesmos, ou seja, que ele reflita na parte dos passivos financeiros o valor que esta operação do Saneamento Financeiro prevê, que são os 19.000.000€ e não os cerca de 22.000.000€ que estavam inicialmente.”-----

----- Pediu a palavra o Membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, para este ponto apenas dizer que se faz uma revisão afirmando que se pretende ter a realidade dos 19.000.000€ em vez dos 22.000.000€ mas, como recentemente tivemos a decisão do Tribunal de Contas ao não conceder o visto,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

parece-me que estamos a substituir uma ficção por outra. Ou seja, estamos a substituir o valor dos 22.000.000€ pelo valor dos 19.000.000€, que ao mesmo tempo também foi chumbado. -----

----- Está-se a substituir um valor que não existiu, por outro que, provavelmente, também não vai existir e, daí, estamos, uma vez mais, perante uma ficção que não irá corresponder, minimamente, à verdade.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho vem dizer o seguinte: -----

----- Como disse no ponto anterior, lamentavelmente, não foi entregue a documentação que permitisse a sua análise em tempo útil. No entanto, e um mero estudo rápido acerca do mesmo, vem dizer tão só, que esta revisão vem espelhar o que foi referido pelos elementos da oposição, em que os números indicados no orçamento, não estavam adequados à realidade. O que se verifica é tão só que os penalizadores são e continuam a ser os munícipes.” -----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Faço minhas as palavras dos dois últimos deputados que acabaram de falar que, não vou repetir o que já foi dito. No entanto, quero apenas dizer que nesta 4ª Revisão, que assistimos à engenharia financeira que já era expectável esta alteração do lado da Receita, relativamente à parte do Plano de Reequilíbrio Financeiro, em que nos é apresentado este acréscimo na parte do IMI de cerca de meio milhão de euros. -----

----- Ainda bem que estamos a chegar ao final do ano, porque a cada Assembleia assistimos a uma revisão orçamental ao orçamento propriamente dito. -----

----- Apenas referir que convém que as coisas sejam tratadas de outra forma e, referir aquilo que o meu antecessor já disse, sobre os valores avultados, nomeadamente nesta rubrica com que finalmente fica, o IMI de 3.200.000€ e, vamos ver se fica por aqui ou se vai ainda aumentar mais.”

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “A gestão de uma entidade com a importância e a dimensão de uma Câmara Municipal, acrescida dos constrangimentos financeiros e das limitações de recursos que nós reconhecemos ao nosso município exigem uma dimensão dinâmica e eficiente revestida de um reequilíbrio constante e permanente, pelo que este reajuste orçamental que nós hoje temos presente, é fruto dessa dinâmica de gestão e, tem de ser cumprido e por esse sentido o nosso voto será favorável à proposta.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 27 membros da AM, realizou-se a votação na generalidade da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- Contra-----
-----Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- Contra-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- Contra-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- Contra-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- Contra-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- Abstenção-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- Contra-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- Contra-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- Contra-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- Contra-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- Contra-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	----- Contra-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	----- Abstenção-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	-----

----- **Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento para alienação de lotes e atribuição de incentivos do Pólo (Parque) Logístico e Industrial de Arazede.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Apenas um esclarecimento antes de entrarmos no ponto número 10. -----

----- Julgo que está claro para toda a Assembleia, mas não quero deixar de dizer isto à Assembleia. O secretariado técnico que apoia a Assembleia teve uma reunião de Câmara que começou às 16h00 no dia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

24, terminou cerca das 19h00 e, no dia 25, todos os deputados municipais tinham na sua mão os documentos. Portanto, admito perfeitamente que façam as críticas que entenderem politicamente a mim ou, ao Senhor Presidente de Câmara, mas eu tinha que dizer isto. Desculpem-me porque, efetivamente, há um esforço que noto e que acompanho do nosso secretariado técnico e, ficaria de mal comigo se não dissesse isto.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Vou tentar simplificar ao máximo, em tempo record e, corroborando as palavras do Senhor Presidente da Assembleia. Efetivamente, a trabalhadora Elisa e quem faz a sua assessoria, os nossos colaboradores, todos os trabalhadores são incansáveis para que façam chegar a documentação atempadamente aos Senhores deputados e, também, aos Senhores Vereadores, porque a Elisa também faz a assessoria às Reuniões de Câmara e, às vezes, eu gostaria que fizessem as críticas diretamente a mim e me identificassem a mim e que fosse eu o culpado e, não as pessoas que efetivamente são incasáveis. -----

----- Também aqui quero elogiar os serviços jurídicos, os serviços técnicos do urbanismo na forma célere como conseguiram chegar a este ponto de hoje, para que se possa aprovar este Regulamento e para que possamos começar a alienar lotes no PLIA. Contrariamente ao que dizem, não há lotes para alienar à exceção de dois e, por causa de não ser acusado até de alguma perseguição política, eu estou a cumprir a palavra que dei, o compromisso mas, provavelmente vou ter que me sujeitar à crítica de perseguição política e vou ter de alienar aqueles lotes que faltam do Parque de Negócios porque está tudo vendido, mérito também da Dr.ª Andreia Lopes que tem sido incrível na promoção da venda destes lotes.-----

----- Não é fácil fazer isto porque a concorrência é quase que desleal em relação a outros Municípios. Nós vendemos os lotes por algum dinheiro, noutros municípios são quase oferecidos. E, portanto, é preciso ter atenção, quando eu faço este elogio não é por acaso, porque não é fácil e nós estamos a deslocalizar empresas e, vocês vão verificar muito brevemente de Cantanhede, de Coimbra e outras de outras regiões onde os lotes são muito mais acessíveis. Aliás, há um empresário que fez questão de convidar-me e à Dr.ª Andreia para irmos visitar as suas instalações na Palhaça e eu fiquei absolutamente siderado com aquilo que vi, só no Brasil, no Boticário, vi condições para os trabalhadores daquela natureza. E, portanto, ele fez questão que a Dr.ª Andreia Lopes fosse, porque efetivamente o tratamento que estes empresários estão a ter tem sido exemplar. -----

----- E por isso, gostaríamos de fazer o mesmo, para a semana até vou ter já uma reunião para negociar lotes no PLIA e, quero dizer a quem me acusa que, não estou a fazer nada nesta matéria que, não tenho culpa que o Portugal 2020 tenha atrasado e, mais uma coisa muito importante, não tenho culpa, porque é evidente que os empresários querem investir com financiamento comunitário. -----

----- Mais, promovemos sessões de esclarecimento com os apoios comunitários, estamos a acompanhar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

os empresários. Eu próprio, pessoalmente, e a Dr.^a Andreia Lopes junto da CIM, para que tenham todos os esclarecimentos, para se candidatarem a fundos comunitários, só que os programas não abrem e as coisas não estão a ser fáceis. E era muito importante que abrissem porque, provavelmente, já veríamos o nosso Parque de Negócios em construção, porque os lotes estão vendidos e são entidades sérias, nós confiamos nessas entidades. -----

----- Irei, muito brevemente, promover a reversão de lotes porque, no Executivo anterior foram vendidos lotes que não tiveram a construção devida e, vamos promover a reversão de lotes, porque o Parque de Negócios de Montemor está esgotado e fica esgotado logo que se proceda à venda de dois lotes que faltam e, há alguns minutos atrás, tive uma informação importante da empresa de sapatos que está interessada num dos lotes. Vai reunir connosco no sentido de adquirir um lote para lá construir a sua empresa e para também aproveitar o recurso da Karapi, e isso, deve-se ao trabalho que nós estamos a fazer. Por isso mesmo, eu elogiei os serviços porque, efetivamente este Regulamento, foi feito em tempo record e, a partir daqui eu pedia sensibilidade aos Senhores, sendo que o ponto é para aprovar em minuta, penso eu, para que se possa dar seguimento a isto rápido porque o tempo urge e os negócios não esperam.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Só apenas uma reflexão que nós fizemos da análise ao documento. Nós percebemos que ele cumpriu todos os prazos legais e já esteve em discussão e, nós iremos votar favoravelmente mas, não podemos deixar de dizer que achamos o metro quadrado bastante caro. De facto era isso que o Senhor Presidente dizia, há essa concorrência com os Concelhos limítrofes, onde o preço de metro quadrado é muito inferior a este. Penso que tem de se pensar nisto e, se calhar, temos de ser um bocadinho mais ousados também, porque temos que olhar para os lados e perceber afinal o que é que queremos fazer. Será que podemos fazê-lo? Eu penso que talvez o possamos fazer. Nesse sentido é apenas para deixar esta reflexão.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Senhor Presidente da Câmara, com esta oposição do PSD você está bem. Sabe porquê? Será que Foi algum agradecimento? Votam favoravelmente, com esta oposição, desta parte o Senhor está muito bem. Não sei se foi o almoço ou não mas, realmente aqui esta oposição parece que ou existe ou não existe. -----

----- Relativamente ao que o Senhor disse, eu vou-lhe dizer, o Senhor fala tão bem que até parece que o negócio dos empresários que se vão lá instalar deve ser um negócio estilo AGNI. Eles estão à espera de financiamento e não sei quantos, está tudo vendido.-----

----- Sabe, Senhor Presidente, eu como lhe disse, quando faço uma crítica de oposição é sempre uma oposição útil, é abrir-lhe o caminho, abrir-lhe os olhos. Na altura, no tempo do seu antecessor, que você gosta tanto, e, era Vereador nessa altura, quando foi aprovado o tal dito Regulamento do Parque de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

Negócios, aquilo era uma zona industrial, agora é que foi criado um nome pomposo, o Parque de Negócios. Eu passo lá e até fico aterrado com aqueles negócios. Há doze anos eu votei contra porque nós somos um Concelho tão pequenino, mas temos o preciosismo de ser tão grandes e então complicamos com burocracias. Os militares andaram aqui a fazer aquilo e gastaram rios de gasóleo e aquilo ficou caro que nem um burro, mas depois fizemos um Regulamento (Senhor Eng.º Abel Girão, não esteja a olhar para mim que o Senhor também é culpado nisso!) tão bom que os empresários desapareceram todos. Os requisitos eram tantos e eram tão caro que ninguém lá se instalou. -----

----- Quando eu lhe disse na altura, isto não é uma crítica pessoal, vamos lá ver, distinguir o que é pessoal da política, eu falo politicamente, o Senhor não tinha arte nem engenho, nem inovação, nem ambição para desenvolver aquele parque de negócios. Sabe porque é que eu lhe disse isso? Porque quando alteramos o Regulamento aquilo não era para ser vendido, era para ser doado ou dado aos empresários com coragem para investirem cá, para criarem postos de trabalho para pagarem impostos, porque aquilo está mais do que repago e só dá prejuízo ao concelho. Aquilo é uma tristeza quando se passa ali. Hoje o Senhor vem dizer que sim, que já está tudo vendido e, a outra Senhora que o acompanha, que é uma coisa fabulosa mas estão à espera dos investimentos dos fundos e tudo mais. Vamos ver se efetivamente o concelho pode esperar por isso. -----

----- Mas no entanto vou-lhe dizer e, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se constituiu tão só para dar esperança e dignidade às pessoas deste concelho, que relativamente ao ponto em discussão informa que da análise do Regulamento que se pretende aprovar, deveria constar artigos referentes às responsabilidades dos proprietários que venham a adquirir os lotes, no que diz respeito à conservação, limpeza e arranjo dos espaços adquiridos. Desta forma salvaguarda-se a imagem de zelo que os espaços devem apresentar bem como as possíveis intervenções que o Município possa fazer para fazer cumprir este requisito. É preciso recordar a imagem de abandono, de desleixo e mesmo de perigo que o Parque Logístico e Industrial de Montemor-o-Velho muitas vezes apresenta, pouco dignificante e, mesmo motivador, para quem passa e que obriga a Autarquia a algumas intervenções pontuais. Se for salvaguardado este princípio, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra votará favoravelmente, caso contrario, por uma questão de consciência irá abster-se.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge que disse: “Nem estava para intervir, no entanto para chamar a atenção de duas coisas que não sei se entretanto fui eu que fiquei baralhada. -----

----- Eu tenho impressão que no Ponto 10 não estamos a falar do Parque de Montemor mas sim do de Arazede e acho que entretanto muita gente ficou um bocadinho baralhada, eu própria tive que ir outra vez à Ordem de Trabalhos porque já não sabia exatamente o que é que estaríamos a falar e não é que seja exatamente a minha área mas, pôr terrenos sem custos quando, até agora, foi preciso pagá-los e, só agora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

é que se concluiu o seu pagamento, pelo menos é a informação que eu tenho. Efetivamente era bom que nós tivéssemos uma Câmara tão rica que se pudesse permitir a esse luxo mas, infelizmente não podemos e, por isso é preciso que quem adquire os terrenos tenha de os pagar.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu gostaria de dar dois esclarecimentos. -----

----- Em primeiro lugar, o Parque de Negócios e o PLIA foram financiados. E a Autarquia está obrigada a cumprir determinadas regras ou seja, fez uma coisa que se chama EDF, um plano de negócios e tem de obedecer ao cumprimento estrito durante 5 anos do que se obrigou a fazer no Parque de Negócios e no Pólo Logístico de Arazede. Esta é a primeira explicação. -----

----- A segunda explicação, é de que os terrenos foram avaliados e essa também é outra questão. Os serviços não conseguiram trazer o assunto mais cedo à Assembleia Municipal porque já estava a obra concluída e ainda tínhamos escrituras para fazer, para pagar os terrenos daquele Pólo Logístico e Industrial de Arazede, porque senão já cá estava há mais tempo. -----

----- Senhor deputado Oliveira e Sousa, eu para os jacintos de água, convoquei-o como voluntário. Aqui para este caso, não. Porque com prosa e poesia não se vendem lotes, meu caro amigo. Os empresários são demasiado espertos para acreditarem em prosa e poesia.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu dou a palavra ao Senhor deputado Oliveira e Sousa e voltarei a dá-la ao Senhor Presidente da Câmara mas, volto a lembrar que estamos no Ponto 10 da Ordem de Trabalhos.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu ouvi com toda a atenção a resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara está muito calmo. Eu acho que aquilo que eu disse, ele não percebeu. Arte e engenho, inovação e ambição. Não falei em Regulamentos e sabe porquê? Eu ponho os olhos num concelho pequenino, que tem metade da área do nosso concelho, Condeixa por exemplo, construiu lá uma zona industrial, que é uma zona industrial, na altura, no tempo dos escudos, vendeu por um escudo o metro quadrado e aquilo está instalado e criou centenas de empregos ali com montes de trabalhadores. Era essa crítica, tão só, que lateralmente eu fiz ao atual Presidente da Câmara que foi Vereador no meu tempo e, aprovou aquele Regulamento que foi ineficaz. -----

----- E, também agora, me vem dizer que realmente os empreendedores andam todos a correr, a sair de um lado para o outro, para quê? Desculpe, os empreendedores e os empresários não são burros, percebeu? E no tempo declaram e, não existiam facilidades, vamos lá ver o que vai acontecer, se não é a história da AGNI. É isso que eu espero que não aconteça.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúdia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Composição dos Júris	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

para Processos de Recrutamento de Cargos Dirigentes. -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “É muito simples. Em face de algumas alterações e da saída do Dr. Miguel Felgueiras e, de alguns ajustamentos que foram feitos em termos de organigrama na Câmara, temos dirigentes em regime de substituição, uma chefe de divisão em regime de substituição e dois dirigentes intermédios em regime de substituição. Impõe-se que se proceda ao concurso público e aquilo que aqui se pede é que se aprove os júris do respetivos concursos públicos, naturalmente, têm que vir à Assembleia Municipal.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa que disse: “Relativamente a este ponto, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, não se opõe e vota favoravelmente desde de que sejam cumpridas as regras previstas na Lei. Desde de que sejam cumpridas as regras legais, nada tem a opor.” ----

----- Não havendo mais intervenções, realizou-se por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da Lei75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a votação com 28 votos a favor e 3 votos brancos, para a composição dos Júris para: -----

----- Procedimento para o cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças:-----

----- Presidente: José Alberto Arede Negrão, Director do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição do Município de Cantanhede. -----

----- Vogais efetivos: António Miguel Ferreira Ribeirinho, Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Município de Pombal e Maria Adelaide Montenegro Cardoso Salvador Coelho, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Condeixa a Nova. -----

----- Vogal suplente: Felisberto Neves Pinto, Chefe da Divisão Administrativa do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Procedimento para o cargo de direção intermédia de 3º grau - Chefe da Unidade Orgânica de Finanças e Património. -----

----- Presidente: José Alberto Arede Negrão, Director do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição do Município de Cantanhede. -----

----- Vogais efetivos: Joaquim Alberto Rodrigues Gonçalves, Chefe da Divisão de Administração e Finanças Municipais do Município de Pombal e Maria Adelaide Montenegro Cardoso Salvador Coelho, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município de Condeixa-a-Nova.-----

----- Vogal suplente: Felisberto Neves Pinto, Chefe da Divisão Administrativa do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Procedimento para o cargo de direção intermédia de 3º grau - Chefe da Unidade Orgânica de Conservação de Infraestruturas e Logística. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Presidente: António Adelino Coelho Abreu, Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, em regime de substituição do Município Cantanhede. -----

Vogais Efetivos: Mário Fernando Rodrigues Monteiro, Chefe da Divisão de Obras Públicas e Municipais do Município de Soure e Fernando Pereira Alves, Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Vogal suplente: Ana Sofia Semedo Correia, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico do Município de Condeixa-a-Nova. -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Caminhos Agrícolas: Caminho Agrícola C10 (Ligação de Tentúgal a Pereira).**-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Como certamente verificaram, com a retirada do ponto 18. e 21. Como já tinha sido definido, os pontos 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23 e 24, são pontos similares, digamos que são compromissos plurianuais efetivamente, de obras diferentes. Se a Assembleia concordar, eu peço ao Senhor Presidente que faça o enquadramento global e que, a discussão por parte da Assembleia seja também global e, depois votamos cada um deles individualmente, como é sabido. -----

----- Julgo, pelo assentimento da Assembleia que a explicação pode ser global.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente, eu nem vou dizer nada, passo imediatamente a palavra à Senhora Eng.ª para fazer a explicação técnica para todos os pontos.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Eng.ª Isabel Quinteiro que disse: “Estes pontos vêm à Assembleia Municipal porque a competência para a despesa não é do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Eu própria estive numa formação há bem pouco tempo, de contratação pública, onde se avizinha com muita brevidade, a entrada em vigor do novo código de contratação pública, previsivelmente no início de janeiro de 2017 e, nessa medida e, porque estes processos também já estavam em avançado estado de execução, senão de outra forma também não seria possível trazer aqui hoje, este conjunto de obras, o que propus ao Senhor Presidente, foi que estes processos se acelerassem por forma a não obrigar os serviços a alterar todos os processos do Caderno de Encargos, convites, formas de adjudicação, porque teríamos de fazê-lo caso eles fosse avançados a partir de janeiro de 2017 e nessa medida estes processos foram acelerados, foram feitas consultas e trazem-se hoje para assunção de compromisso, esperemos que seja possível fechá-los até ao final do ano de 2016 e executar em 2017.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Se o Senhor Presidente da Câmara não levar a mal eu aproveitava estar presente a Senhora Eng.ª Isabel Quinteiro, (é assim que se chama não é?), a oportunidade de estar presente para a questionar acerca da Urbanização Quinta da D. Teodora. Em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

que V.^a Ex.^a tinha de lá ir verificar aqueles caminhos, aquelas obras e o Senhor Presidente da Câmara que visse também, se houvesse algumas coimas a aplicar, tinham que aplicar. O que é que V.^a Ex.^a Senhora Eng.^a, decorrido tanto tempo, desde maio, me parece a mim, se a memória não me engana, como já estou velho, já me passa às vezes, os dias e as horas, e às vezes com as circunstâncias do tempo sou criticado por isso, já sou pai, já sou avô, enfim essas coisas, mas recordando o tempo, V.^a Ex.^a não se lembra? Quais foram as medidas que tomaram acerca da Urbanização Quinta D. Teodora?” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado Municipal vou deixar registada a sua pergunta, se a Senhora Eng.^a Isabel Quinteiro quiser responder, pode responder, mas eu chamo a atenção a quem quiser intervir que estamos na discussão dos pontos 12, 13, 14... A Assembleia tem uma Ordem, Senhor deputado” -----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Foi essa Ordem que eu respeitei. Aproveitei foi a oportunidade de incluir no ponto, visto que estava aqui a Senhora Eng.^a” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Vamos aos pontos da Ordem de Trabalhos.” -----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “ Sendo assim, e porque a Senhora Eng.^a se esqueceu, porque esta Câmara tem muitos assuntos iguais a estes, de maneira que não se vai recordar para me responder. Eu passo então, efetivamente ao Ponto 12. -----

----- O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se constitui tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, expressa o seu contentamento pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara, apesar de nos criticar com todas as suas forças, visíveis e invisíveis, conseguir ouvir-nos na surdina das nossas intervenções. Isto apesar, de erradamente menosprezar e ironizar o valor deste Movimento, Por Amor a Esta Terra. -----

----- Assim, deixa passar o tempo como se esse pudesse abafar as boas ideias que lhe são transmitidas, para depois mais tarde as ressuscitar, como sendo suas. Excelente técnica de ilusão, Senhor Presidente. O Senhor é perito nisto. -----

----- Porque sabemos que depressa vem tecer considerações a tentar provar o contrário, relembramos as inúmeras vezes que este Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, trouxe a esta Assembleia o problema das vias que atravessam o Vale do Mondego, bem como outras que são fundamentais na ligação com os concelhos vizinhos, claro está que na altura não tínhamos razão porque algumas dessas vias não eram municipais e sempre havia o ónus que se podia atirar para cima da APA. -----

----- Assim hoje, a apresentação desta proposta, a par do conteúdo dos pontos 13, 19, 22 e 23 aqui afiguram-se-nos como esclarecedoras da nossa razão, a par de todos os possíveis entendimentos que permitem levar a bom termo a execução destas obras, tal como diria Gil Vicente “*ridendo castigat mores*” e é assim que entendemos que estes pontos, relembrando o que alguns ilustres poetas deste concelho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

costumam dizer: “Sei que sou assim e assim serei até ao fim, sei que não agrado a todos, mas nem todos me agradam a mim.” Condenamos, a apresentação tardia desta proposta que se apresenta como eleitoralista e que não apaga os constrangimentos sofridos por muitos utilizadores destas vias, no entanto, e porque foi sempre uma das nossas reinvocações, votamos favoravelmente a proposta apresentada neste ponto bem como nos seguintes. Muito obrigado.” -----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Relativamente aos pontos seguintes iremos votar favoravelmente. No entanto não poderemos deixar de salientar que o Senhor Presidente, e tal como já hoje aqui se afirmou, entrou em campanha, uma vez que também já se afirmou como candidato, e depois de tanta celeuma relativamente à dívida do Município, a verdade é que em ano de eleições se vão gastar milhões em alcatroamentos, necessários e, desejados há muito, é certo, é pena que seja sem qualquer financiamento, saindo tudo dos cofres do Município, enfim, são opções, e neste caso o tempo passou e esse apoio também. É pena. -----

----- Pode, no entanto, o tempo não correr é de feição, vamos ver. Não se conseguir inaugurar antes de outubro. Por outro lado com tanta pressa poderemos correr o risco de as obras, hoje anunciadas, não ficarem com a qualidade desejada e, isso é algo que nós deixamos e, queremos deixar uma atenção especial para que as coisas sejam devidamente acompanhadas. -----

----- É que efetivamente, esta bancada, e os Senhores Presidentes de Junta e os seus fregueses, desejariam que V.^a Ex.^a e o respetivo Executivo, tendo um programa para cumprir, tivessem iniciado estes trabalhos há mais tempo contribuindo naturalmente para o bem das populações e o seu desenvolvimento, assim tivessem uma estratégia que deveria ser, neste caso, de curto prazo mas, já há muito percebemos que é assim, governar para o dia a seguir e com muita publicidade.” -----

----- O PMAM deu a palavra o PCM que disse: “São duas notas muito breves. Eu como sempre pauto a minha atuação com transparência, honestidade e sinceridade. Eu gostaria de alertar o Senhor deputado Oliveira e Sousa que ele pode estar equivocado e pode ter de rever a sua posição de voto. Vou-lhe explicar uma coisa. O que vai votar, sobre aquelas estradas do campo é só as travessias que nós sempre assumimos e com a minha honestidade e seriedade, não quero enganar o Senhor deputado Oliveira e Sousa. O Senhor pode ter de rever o seu sentido de voto, porque realmente aquilo que disse, ou é uma grande asneira ou então é um equívoco normal de quem não percebeu o que se está a passar. Então é assim, aquilo que vem aqui como estradas do campo, ou caminhos do campo, são as travessias que sempre foram assumidas como pertencentes à Câmara Municipal por protocolo estabelecido pelo Senhor Presidente da Câmara do anterior Executivo e portanto essas travessias são as únicas que vão ter intervenção. Portanto, veja lá no que é que está a votar, porque não está a votar em tudo. -----

----- E quero-lhe dar outra nota, infelizmente, aqui também não posso concordar consigo nesta questão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

eleitoralista. Pode-me acusar do que quiser. Vou-lhe contar a história do que aconteceu. Houve uma inundação no início do ano de 2016, grave, e que produziu efeitos nefastos nessas duas travessias e então, este Governo e bem, acionou um fundo de emergência de risco e, nós candidatamo-nos para reparação porque elas ficaram muito danificadas, nomeadamente com a passagem da água e, por isso mesmo nós candidatamos a financiamento destas duas travessias. Não estamos a mudar a política rigorosamente nada, não estamos a fazer nenhum favor, nem estamos a dar razão ao Partido do Amor a Esta Terra, nem é por amor a esta terra, é por uma questão tão simples como esta, há um fundo de emergência, fomos alertados de que poderíamos acioná-lo em relação a algumas estradas ou vias e, fizemo-lo naquelas que são da nossa jurisdição. E já agora, também gostaria de dizer outra coisa: o seu a seu dono. Tudo o resto que aí está, nunca foi reclamado pelo Partido da Terra que V.^ª Ex.^ª representa. As estradas do campo, sim, concordo consigo, mas tudo o resto não foi reclamado. É só para repor a verdade. -----

----- Quanto à questão da Senhora deputada Cristina Jorge. Eu já disse o que tinha a dizer, só lamento uma coisa. É evidente, é absolutamente verdade, e vou-lhe dizer que é com profundo lamento que lhe digo isto. Quando houve oportunidade de fazer todas as estradas com financiamento, o anterior Executivo andou distraído, nós andamos por aí por todo o lado e toda a gente fez obra e recuperação de estradas financiada, e nós nunca nos candidatamos a financiamento nenhum, ou candidatamos pouco. E, portanto, agora, se as queremos recuperar, temos que pagar na íntegra, porque não há financiamento e, portanto penso que a sua crítica caiu ao lado, ou seja, o tiro foi ao lado e caiu à água.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, parece que está cansado para me dar a palavra. Não esteja cansado, o Senhor tem de estar aqui o tempo todo que eu também estou aqui até ao fim. E estou aqui por amor. -----

----- Eu ouvi falar o Senhor Presidente da Câmara, como toda a atenção. Sabe, Senhor Presidente, não sou adepto do daltonismo, não sou daltónico. Mas também não gosto de andar com uma meia branca e outra vermelha. Ao contrário do que V.^ª Ex.^ª diz, e V.^ª Ex.^ª anda muito esquecido, é que as suas intervenções fazem-me lembrar um certo esquecimento. É que foi o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra que, há dois anos a esta parte o alertou das obras que vão da estátua, do obelisco, que tantos amores nos deixou, que é a D. Inês, até ao Rosmaninhal, não sei se se lembra, das rosas brancas e amarelas, que estava cá quando inauguramos essa estátua, foi até hoje Alves Barbosa e depois foi do Rosmaninhal até ao fim do concelho em Tentúgal, porque aquela estrada estava muito perigosas, reportámo-lo há cerca de dois anos, está aqui escrito, Senhor Presidente, o Senhor é que se esqueceu. -----

----- E depois também falamos, e o Senhor concordou connosco, nessas estradas que estavam pessimamente e só não houve mais mortes por ali porque, enfim, as pessoas têm algum cuidado, não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

aconteceu por obra e graça, porque as pessoas são crentes e ainda vão á igreja e fazem essas preces para nada acontecer. -----

----- Quanto às outras estradas, que V.^a Ex.^a diz que são da APA, eu fico estupefato com as suas interpretações. Sabe porquê? Quem é que andou lá a tapar aqueles buracos? Foi a APA? Só vi lá os carros da Câmara. A Câmara é que andou lá a tapar os buracos. Ó Senhor Presidente, sabe eu tenho muita admiração por si mas, sinceramente V.^a Ex.^a anda-se a trocar constantemente, para trás, para a frente. O Senhor há tanto tempo que anda a ser questionado acerca destas obras, nunca fez nada e agora vem-me atirar poeira para os olhos, para o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terr?. O Senhor anda numa questão, como é que eu hei-de dizer? Não digo alucinada, porque isso é um termo jurídico e não sou médico, mas vou dizer, anda só a pensar no eleitoralismo, está a perceber? E isso é mais uma condição eleitoralista. Mas apesar de tudo, também lhe disse, isso foi uma reivindicação e foi um pedido nosso, há cerca de dois anos e andamos a batalhar mês após mês acerca disto, por isso votamos favoravelmente, não estamos enganados, V.^a Ex.^a é que está enganada. V.^a Ex.^a é que anda com muitas dores. Eu não. E ando a tomar outros comprimidos que são anti-inflamatórios.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O Senhor Presidente da Câmara pediu-me a palavra e ao contrário do que é usual, resolvi intervir. Porque, tal e qual o ar, passo a expressão, de enfado, que é a verdade, dei a palavra ao Senhor deputado Oliveira e Sousa, se calhar também a dou com o mesmo ar ao Senhor Presidente de Câmara, porque volto a pedir aos protagonistas que começam as Assembleias Municipais duma determinada forma e, sistematicamente fazem intervenções a autocriticar-se, mas enfim, vale o que vale e o Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra. Disse que lhe dava com enfado a palavra como dei ao Senhor deputado Oliveira e Sousa. Obrigado Senhor Presidente.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- **Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Caminhos Agrícolas: Caminho Agrícola C13 (Ligação de Carapinheira e Meãs a Formoselha) e CAR (ciclovía norte).**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----
 ----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----
 ----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----
 ----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
 ----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
 ----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro----- A Favor-----
 ----- Eusébio Ramos Sousa Campos----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- António Almeida Coelho----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Neves Correia----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais Freguesia de Arazede (Caminho do Murteiro, EM 578-2, Troço na EM 592, Casal Fernandes e construção de passadeira nas Bicas).**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica:-----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- Ponto 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais Freguesia de Arazede (CM entre a ex. EN335 – Vila Franca e Caminho do Cabeço Verde). -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais Freguesia de Sto.Varão. -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- Ponto 17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca (ex. E.N. 341 Vila Nova da Barca – limite do Concelho).-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Susana Paula Malva Branco----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites----- A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro----- A Favor-----

----- Eusébio Ramos Sousa Campos----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----

----- António Almeida Coelho----- A Favor-----

----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----

----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	----- A Favor -----
----- João António Góis Girão -----	----- A Favor -----
----- Paulo Jorge Neves Correia -----	----- A Favor -----
----- Raul Nunes Leitão -----	----- A Favor -----
----- Carlos António Cristino Alves -----	----- A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Ponto 18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais Freguesia do Seixo (CM 1084 e entroncamento e ruas nos Carapetos). -----	
----- O presente ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos. -----	
----- Ponto 19. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões (Rotunda da Inês até Rotunda do Rosmaninhal, agora denominada Rotunda Alves Barbosa). -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 29 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	----- A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	----- A Favor -----
----- Carlos Lucas Correia -----	----- A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco -----	----- A Favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	----- A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	----- A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites -----	----- A Favor -----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----	----- A Favor -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano -----	----- A Favor -----
----- Telma Margarida Neves Simões -----	----- A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	----- A Favor -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	----- A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	----- A Favor -----
----- Carolina Ferreira Aires -----	----- A Favor -----
----- Jorge André da Silva Santana -----	----- A Favor -----
----- Carlos Alberto Costa Gomes -----	----- A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	----- A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 20. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões (Rua 25 de Abril, Rua Infante D. Pedro, Rua do Prado, Rua dos Combatentes da Grande Guerra e PNMMV até Cruz de Sto. António). -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	----- A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 21. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminhos Municipais União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões (Rua dos Furadouros e Rua do Rego de Água). -----	
----- O presente ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----	
----- Ponto 22. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Estrada Municipal 111 (ex EN 111) – intervenções pontuais desde a rotunda do Rosmaninhal (agora denominada Rotunda Alves Barbosa) até ao limite do Concelho em Tentúgal. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica:-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 23. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Sinalização Rodoviária (Ex. EN 335-1, EX EN 335, Ex EN 111 e ex. EN 341). -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Susana Paula Malva Branco----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites----- A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro----- A Favor-----

----- Eusébio Ramos Sousa Campos----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----

----- António Almeida Coelho----- A Favor-----

----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----

----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----

----- Rui Jorge Félix de Almeida----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Paulo Jorge Neves Correia----- A Favor-----

----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 24. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual – Conservação e Reparação de Estradas Arruamentos e Caminho Municipais Freguesia de Carapinheira (EM578 – parte, Rua do Arneiro, Rua D.ª M.ª Guilhermina Vaz (agora**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

denominada Rua D. Carmina Vaz), Rua Fonte da Parola, Rua da Fé, Rua da Várzea). -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Neves Correia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 25. Conservação e Reparação do Castelo - Ajardinamento e Acesso Pedonal (parte) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal:** -----

----- **a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;**-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia, estes pontos, têm a ver com uma questão técnica e mais uma vez pedia autorização a V.^a Ex.^a no sentido de deixar a Senhor Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais explicar com a clareza de raciocínio que ela sempre tem, o que aqui se vai tratar.”-----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais, Isabel Quinteiro, que disse: “Estes processos são todos candidatos a financiamento comunitário. Neste momento, devo dizer que todos, com exceção do ponto 36, estão extremamente atrasados nas decisões de financiamento. São processos que têm de ir a visto do Tribunal de Contas e não fazia sentido, à data quando foi colocada à aprovação a proposta para assunção do compromisso, não sabíamos que isto ia demorar tanto e, portanto, não faz sentido nesta data, e uma vez que houve essa oportunidade, onerar o orçamento de 2017 com estes processos, uma vez que eles terão de ter aprovação de financiamento, terão que ser lançados a concurso, terão de ser levados os contratos a visto do Tribunal de Contas e, aquilo que se propõe, no fim de contas, é reduzir a verba que estava destinada para 2017 e a maior parte deles, o que acontece é que a verba que era para 2016 passou para 2017, nalguns casos ainda foi reduzida e passou-se a restante verba para o ano de 2018, com exceção de um, que eu referi há pouco, que é o ponto 36, que tem a ver com a situação da capela de Santo António. Foi um processo que se lançou a concurso público, ficou deserto o concurso e daí, ter de ser revogada a deliberação da assunção de compromisso e efetuar novo processo de concurso e, nessa medida, assumido um novo compromisso para a execução da obra em causa.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “A primeira questão que eu coloco, é porque é que levamos isto à Assembleia de junho?”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, relativamente ao ponto em discussão, refere que a informação apresentada que sustenta o referido ponto, afigura-se-nos incompleto, uma vez que não é possível conhecer na íntegra as intervenções que se pretende operar no castelo, ex-líbris deste concelho. Um verdadeiro símbolo, quer do passado nacional, quer da referência estratégica e promocional de Montemor-o-Velho, consideramos há muito que existe um défice de interesse e intervenção neste espaço. Isto apesar do mesmo constituir um excelente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

recurso para a implementação de determinados projetos, nomeadamente do turismo, os festivais, veja-se a realização do Campeonato Mundial de Combates Medievais, o Festival forte, a Feira Medieval entre outros eventos. -----

----- É preciso não esquecer, que o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra sempre teve uma atitude pró-activa para com este espaço dedicando muitas das suas intervenções na defesa da sua conservação, restauro e reabilitação, mesmo quando o poder escarnecia as nossas intervenções, talvez pelo facto de ter sido nele, que o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra apresentou a sua candidatura às eleições autárquicas de 2013 e a ser ele sempre que iremos valorizar por ser uma das poucas riquezas que esta terra apresenta, a não ser o hotel Abade João. -----

----- Na nossa perspetiva, todo o castelo de Montemor merecia mais respeito e consideração através da elaboração e implementação de um projeto de reabilitação urbana, a exemplo de muitos que já se fizeram por este país. Convidamos todos os membros desta Assembleia e em especial o Presidente da Câmara a visitar, por exemplo os castelos de Tomar, de Silves e de Estremoz, para se integrarem do que de bem se faz em torno destes símbolos da nossa história. Se fossemos nós, a estratégia seria diferente contudo, porque sempre defendemos este espaço, iremos votar favoravelmente, bem como as outras obras dos pontos que nos são indicados. -----

----- Parece-nos que mais vale tarde do que nunca.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Resumindo e concluindo, a alteração destes pontos, deve-se ao facto de o Executivo Municipal necessitar de verba para fazer as obras que vem 100%, com o seu orçamento e, transitar estas obras, para lhe atribuir pequenos valores para o ano que vem, para depois passar a sua conclusão para os anos seguintes. Resumindo e concluindo, é esta a estratégia ao fazer estas alterações ou seja, lançar estas obras para anos posteriores para ter orçamento para aquelas que acabamos de aprovar anteriormente. Penso que é isto. Obviamente que, muitas destas obras que estão aqui são obras essenciais mas, se calhar não terão a visibilidade que o atual executivo pretende com aquelas que quer realizar de imediato, com o jato de alcatrão que vai ser distribuído pelas estradas do Concelho.” -----

----- O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Ambiente e Obras Municipais, Isabel Quinteiro, que disse: “Relativamente à questão que a Senhora deputada Cristina Jorge levantou, dizer que, em junho foi a altura em que tivemos de apresentar maturidade, quando fizemos a candidatura a financiamento e, necessitávamos que o compromisso plurianual estivesse aprovado, não havia outra forma, ele tinha que vir à Assembleia Municipal. Por outro lado, se entretanto houvesse decisão de financiamento, teria o Senhor Presidente que pedir uma Assembleia Extraordinária para poder lançar, efetivamente, o processo de concurso. Por essas duas razões veio em junho, salvo erro, a data limite de apresentação das candidaturas,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

era final de junho e, portanto, nessa medida, tivemos que acelerar todos esses processos. -----

----- Relativamente à questão que o Senhor deputado Ricardo Brites colocou, dizer que, de grosso modo estamos a falar de alterações da ordem dos 200.000€ e que, as obras anteriormente aprovadas, estamos a falar de 2.700.000€.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “O que diz a informação dos Serviços em 07 de novembro, é que a obra em causa ainda não tem decisão de financiamento portanto, tudo leva a crer que até ao final do ano civil não terá. E ater no início do ano 2017? Só se podem gastar os 20.000€, certo? E, portanto os 500.000€, na rede de esgotos, passa para 2018, certo? Porque, só nessa altura é que se pode fazer obra.-----

----- O PMAM deu a palavra ao Chefe de Unidade Orgânica de Finanças e Património, Cristiano Santa Rita, que disse: “Se bem percebi, a questão colocada refere-se aos valores que estão em 2018 e, o facto de só se gastar os 20.000€, 25.000€, 30.000€, a verba que está inscrita em 2017. Se a candidatura vier aprovada, eu consigo que o valor desse financiamento, por revisão, alterar o financiamento, porque se tem legitimidade para aumentar a receita, porque vem verba para uma determinada obra, ficando a receita consignada para aquela obra. Eu consigo fazer, até por alteração orçamental, sacrificando outras rúbricas do orçamento, porque a brochura do SATAPOCAL, assim o permite. Permite-me fazer uma antecipação ou seja, se eu tenho um valor inscrito em 2017 e, tenho uma verba inscrita em 2018, ela permite-me que eu, se quero executar mais em 2017, eu antecipo de 2018 para 2017 e eu, consigo fazer isto numa alteração. Alteração esta que pode ser por sacrifício de outra rúbrica da despesa que, neste caso, não permite aumentar o seu orçamento. Só por revisão é que eu consigo aumentar receita, com a receita consignada.” -

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Susana Paula Malva Branco----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites----- A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
 ----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro----- A Favor-----
 ----- Eusébio Ramos Sousa Campos----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- Ponto 26. Conservação e Reparação de Edifícios Escolares: Meãs (Jardim de Infância – ampliação)

- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----

----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----
 ----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----
 ----- Susana Paula Malva Branco----- A Favor-----
 ----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----
 ----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----
 ----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites----- A Favor-----
 ----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----
 ----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----
 ----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----
 ----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- A Favor-----
 ----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 27. EE Largo do Rossio Ereira para a EE Martim Longo Verride (Etar Verride) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----	
----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 28. Conservação e Reparação de Etars – Etar de St. Varão/Formoselha (Reabilitação e Beneficiação) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal:-----	
----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;-----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica:-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Maria João Batista Sobreiro -----	----- A Favor -----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	----- A Favor -----
----- Paulo Jorge Pinto Rama -----	----- A Favor -----
----- João António Góis Girão -----	----- A Favor -----
----- Carlos António Cristino Alves -----	----- A Favor -----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Ponto 29. Rede de Esgotos de Ribeiro dos Moinhos - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----	
----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016; -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	----- A Favor -----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo -----	----- A Favor -----
----- Carlos Lucas Correia -----	----- A Favor -----
----- Susana Paula Malva Branco -----	----- A Favor -----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge -----	----- A Favor -----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	----- A Favor -----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites -----	----- A Favor -----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro -----	----- A Favor -----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano -----	----- A Favor -----
----- Telma Margarida Neves Simões -----	----- A Favor -----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno -----	----- A Favor -----
----- Olga Susana Miranda da Silva -----	----- A Favor -----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro -----	----- A Favor -----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	----- A Favor -----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro -----	----- A Favor -----
----- Carolina Ferreira Aires -----	----- A Favor -----
----- Jorge André da Silva Santana -----	----- A Favor -----
----- Carlos Alberto Costa Gomes -----	----- A Favor -----
----- José de Oliveira de Sousa -----	----- A Favor -----
----- Joaquim António Graça Rainho -----	----- A Favor -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Maria João Batista Sobreiro -----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 30. Rede de Esgotos de Arazede – Fase E (Bebedouro) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal:** -----

----- **a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Susana Paula Malva Branco----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites----- A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----

----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- **b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Carlos Lucas Correia----- A Favor-----

----- Susana Paula Malva Branco----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites----- A Favor-----

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----

----- Luís Filipe Azenha Madaleno----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----

----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 31. Rede de Esgotos de Arazede – Fase F (Resgatados) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal:** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- a. **A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----

----- **b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	

----- **Ponto 32. Rede de Esgotos de Arazede – Fase G (Tojeiro e Pisão) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal:** -----

----- **a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016;**-----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- **b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual.** -----

----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 25 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	-----
----- Ponto 33. Rede de Esgotos de Arazede – Fase D (redes de Gordos – Zambujeiro) - Conclusão -	-----
Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----	-----
----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016; -----	-----
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	-----
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	-----
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 34. Rede de Esgotos de Arazede – Fase A (redes – traçado ao longo da ex- EN 335-1) -	
Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----	
----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23	
de junho de 2016;-----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 35. Rede de Esgotos do Moinho da Mata – construção (redes) - Aprovar, sob proposta do	
Executivo Municipal: -----	
----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23	
de junho de 2016; -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação	
da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir	
se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 36. Reabilitação Urbana em ARU – Construção (Capela de Santo António) - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal: -----	
----- a. A Revogação da deliberação tomada na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016; -----	
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	----- A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	----- A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	----- A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	----- A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	----- A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	----- A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	----- A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	----- A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	----- A Favor-----
----- b. A autorização prévia à assunção do compromisso plurianual. -----	-----
----- Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 26 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Luís Filipe Azenha Madaleno-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 37. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a alteração do Anexo I do Contrato Tipo de Concessão de Distribuição de Eletricidade em Baixa Tensão – Iluminação Pública do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “O contrato com a EDP é um contrato de concessão, a competência para aprovar ou deliberar sobre contratos de concessão é da Assembleia Municipal. -----

----- Negociamos com a EDP um conjunto de luminárias LED ou seja, de substituição de equipamento, o que implicará a alteração do contrato de concessão. Nomeadamente aquilo que se pretende é que todas as luminárias de mercúrio, sejam substituídas por luminárias LED. São mais de 130 luminárias que vão ser instaladas em substituição de luminárias de mercúrio, aquelas lâmpadas brancas. Nós escolhemos Arneiro Tecelão e Bebedouro porque é onde há mais concentração e, todas as extensões de rede agora, vão ser em luminárias LED e, isso, implica uma alteração do contrato de concessão e, por isso, os Senhores deputados têm que se pronunciar.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Relativamente ao ponto em discussão, o Movimento Independente de Cidadania, Por Amor a esta Terra, comunga dos princípios que nortearam o Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP. No que diz respeito à iluminação pública, a substituição das luminárias existentes por equipamentos mais modernos e vantajosos para o Município e, para o ambiente é uma atitude que deve ser louvada e valorizada.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 23 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

----- A Assembleia Municipal deliberou ainda, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, autorizar a Câmara municipal a celebrar o contrato de concessão e a fixar as respetivas condições gerais. -----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 38. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Protocolo de Colaboração entre o Município de Montemor-o-Velho e a SOGILUB.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “A SOGILUB, a exemplo da ERSUC, é a entidade concessionária para a recolha destes óleos e, como isto traduz uma concessão, é da competência da Assembleia Municipal e, por isso mesmo, aqui vem para V. Exas deliberarem. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Nós não escolhemos a SOGILUB, esta é a entidade concessionária para este território ou seja, é-nos imposto esta entidade e, portanto, nós queremos continuar a proceder à recolha dos óleos usados e, portanto, temos que deliberar nesse sentido.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Sobre este ponto, eu acho que é benéfico e, concordo com o Senhor Presidente da Câmara, que é um homem neste ponto cuidadoso e, nisso não tenho nada a opor.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Esta empresa tem a concessão. Se esta empresa reprovar este ponto, o que é que acontece?” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Não há recolha de óleos usados, Senhor deputado Ricardo Brites.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Iremos votar favoravelmente mas, essencialmente, enaltecemos o facto. O problema dos óleos tentar e ficar resolvido, já que um dos maiores problemas ambientais que, às vezes o Concelho tem, com os municípios a colocar os óleos para a rede de esgotos ou até para dentro dos contentores em garrafas e, portanto, em termos ambientais é, efetivamente, uma mais-valia para o Concelho. -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	----- A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	----- A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	----- A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	----- A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	----- A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	----- A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	----- A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	----- A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	----- A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	----- A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	----- A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	----- A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- António Almeida Coelho----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A Assembleia Municipal deliberou ainda, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, autorizar a Câmara municipal a celebrar o contrato de concessão e a fixar as respetivas condições gerais. -----

----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 39. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de isenção de Pagamento da Taxa Municipal de Utilização do Castelo de Montemor-o-Velho pela SN Culture Unipessoal, Lda (Soniculture), tendo em vista a realização do Festival Forte.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu fui alertado, não pela entidade que promove o Festival Forte mas, por várias pessoas que, havia o interesse de alguns municípios para que este Festival fosse deslocalizado de Montemor-o-Velho, dado o sucesso que o mesmo tem tido e, as repercussões que o mesmo tem tido e, nessa perspetiva, falei com os representantes do mesmo festival, que ainda não está a gerar lucros para a empresa em causa, a Soniculture e, entendi propor a isenção total das taxas porquanto, da parte do Município não terão qualquer razão de queixa, para que eles produzam este festival noutra local e, faço-o com a firme convicção que estou a servir o interesse público desta terra, porquanto inúmeras pessoas de todas as idades, me têm transmitido a importância, para a economia local, que este festival tem trazido e, a mais-valia para a promoção do bom nome de Montemor-o-Velho além-fronteiras, dado que nós temos acesso através da blueticket, aos locais onde os bilhetes são vendidos e, a quantidade de países envolvidos na aquisição de bilhetes e, portanto, que representarão a vinda desse tipo de turistas, justifica, na minha ótica, uma mudança de atitude e, que será mais ou menos estável doravante, espero eu que a empresa continue a apostar no nosso castelo e em Montemor-o-Velho para a realização deste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

festival que, mais uma vez, este ano, foi um tremendo sucesso e, também quero aqui destacar que temos melhorado muito na questão do som e da propagação do som e, este ano, não houve registo de nenhuma queixa em relação à propagação do som. -----

----- Nessa perspetiva, penso que podemos estabilizar a realização deste festival em Montemor-o-Velho e, existem todas as condições para que a economia local possa continuar a beneficiar dos benefícios inequívocos que este mesmo festival traz à nossa terra. -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Sobre esta questão, eu queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente de Câmara que era se as contrapartidas que ficaram de ser feitas, realizadas ou pagas, através desta empresa, relativamente aos anos anteriores, como é que está essa situação? Se já foi tudo realizado? Se falta fazer alguma coisa?” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento independente de Cidadania por Amor a esta Terra, que se constituiu tão só para dar dignidade e esperança às pessoas deste Concelho, relativamente ao ponto em discussão, refere que estranha muito que, agora o Executivo em certas situações, as informações inerentes às redes sociais, sejam desvalorizadas e, para outras, tal princípio não se aplica, como é explanado no conteúdo que enaltece as edições anteriores do Festival Forte. - -----

----- Em relação a esta iniciativa, que não é da responsabilidade da Autarquia mas, conta com ela, apenas como parceira mas, a sua dinamização nos últimos anos, mostrou que existe já hoje, um verdadeiro interesse na continuidade da implementação deste evento em Montemor-o-Velho. No entanto, se outros eventos surgirem, na nossa modesta opinião, o Município não tem condições para arcar sempre com uma parte negativa. Portanto, se temos taxas diárias elevadas, temos de uma vez por todas e, estamos a tempo de o fazer, ainda no mandato do senhor Presidente, se ele entender, se não andar muito ocupado a alterar o Regulamento para estes factos. Porque, realmente, o Regulamento cerceia um pouco a diária para qualquer destes eventos mas, agora andar a isentar sempre. Realmente isto começa a ser uma espécie de chantagem como disse o senhor presidente que eles vão para outro lado, não vem para aqui. Eu nunca gostei de ser chantageado. Porque pode ter muito valor. Eu não direi que não o tenha para o Concelho e, para os comerciantes e para os hotéis e para os restaurantes mas, esta parte de andarem a chantagear. Há tantos eventos que nós podemos materializar aqui, sem ser o Festival Forte. Hoje, realmente, basta inovar e, para isso basta alterar este Regulamento que dê ao Executivo as possibilidades de gerir melhor este espaço. -----

----- Por outro lado, devem ser acautelados os problemas adjacentes que se colocam à vila nos dias em que decorre este evento, nomeadamente em termos de segurança, em termos de som, em termos de estabilização, porque na verdade o Concelho apesar de “estar morto” e, aqui, bem próximo do castelo irem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

tão poucas pessoas e, as pessoas que lá vivem já têm alguma certa idade e, com este barulho não dormem. Sabe? Isso depois levanta problemas de saúde às pessoas. Também a segurança. Em termos de segurança, é preciso ter cuidado nestas situações. Se efetivamente, estas situações ficarem salvaguardadas e, haver o cuidado como não existia nos outros eventos, porque chegaram ao nosso conhecimento, que não foi o que o Senhor Presidente aqui referiu, em termos de barulho, sons. É preciso ter cuidado com as pedras do Castelo. Podem não aguentar aqueles decibéis, aquela altura que enfim, estão para fazer. É preciso ter cuidado com isso também e, também, aquela referência que eu disse: altere-se o regulamento para o acesso ao Castelo, para o acesso a este espaço. É isso que o Movimento Independente de Cidadania tem para dizer.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, apenas aqui relembrar que nunca estivemos contra a realização deste Festival. Tivemos sim, algumas reticências ao modo como era conduzido o processo de isenção ou apenas à cobrança de um dia de utilização do Castelo.

----- Também me parece que, no dia em que o Festival sair de Montemor-o-Velho, acho que acaba. Não me parece que, nos moldes em que ele é realizado, que esse tipo de argumento que foi aqui utilizado pelo Senhor Presidente, sinceramente, não acredito que seja verdade, ou que a empresa promotora do evento, utilize esse argumento para ter isenção completa das taxas de ocupação do Castelo. Estou, sim, preocupado, que sejam cumpridos religiosamente, os critérios de utilização do espaço, de manutenção, de limpeza, de controlo de som, porque efetivamente, se há uma parte da população do Concelho nomeadamente e, mais diretamente, da Vila e, os agentes económicos usufruem de certa maneira, da realização deste festival, também há munícipes que podem argumentar, que de facto, não usufruem diretamente nada com este Festival e, daí também estarmos preocupados com essa parte da população. ---

----- Há também outra questão. Depende de que lado sopra o vento porque, podemos respeitar os níveis de decibéis mas, depois, temos aqui as Freguesias ao lado que, muitas vezes sofrem, mesmo com o controlo apertado dos decibéis. -----

----- Outra questão que queria aqui deixar, embora tenham sido, praticamente inexistentes os casos de alguma insegurança durante o Festival, de facto não se descuide nessa parte, que o Município e as entidades competentes estejam precavidas para que, casos que tenham acontecido e, muito raramente são previsíveis mas, mais vale acautelar já essa questão para esses dias em que, de facto muitos visitantes vêm à Vila. - -----

----- Neste momento, pensamos que seria importante, mais uma vez, aqui deixar um reparo para que, de uma vez por todas e, também, como já foi aqui dito, o Regulamento de utilização do Castelo fosse revisto para que não se voltasse todos os anos a ter esta questão. Parece que não há vontade de o fazer, não sabemos porquê, para que, de facto, as taxas de utilização do Castelo, fossem de uma vez por todas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

revistas para valores que qualquer entidade pudesse cumprir e, depois, seria avaliada a sua autorização de realização ou não do evento, caso fosse uma mais-valia para o Concelho ou não.” -----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Queria deixar só aqui uma pequena nota. Nós já sabemos que o Festival Forte vai para a sua 4.ª edição. Este evento já faz parte da vida do Município. O sucesso e os benefícios deste evento já estão mais do que provados. Julgamos que o mérito do Festival o merece e que o esforço da organização também o merece e, esta isenção traduz em si o reconhecimento do Município naquilo que se pretende que seja uma parceria saudável e duradoura, pelo que estamos de acordo.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Em relação à intervenção da Dr.ª Maria João Sobreiro, as obras da Igreja estão concluídas, eu já expliquei que demoraram muito tempo porque os pareceres são demoradíssimos. A obra de acesso para pessoas de mobilidade reduzida, está integrada na obra geral que também estamos a fazer, por uma questão de continuidade e, portanto é para se realizar, mas há uma nota importante. A entidade Soniculture pagou o valor e a responsabilidade é da Câmara em cumprir os compromissos que nós assumimos ambos, publicamente. Portanto, se verificar na obra que está candidatada do Castelo e, por uma questão de harmonia da própria obra, está lá a acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida. -----

----- Em relação às demais intervenções, o Regulamento está numa situação que eu depois, explicarei com mais detalhe, numa futura assembleia. -----

----- Regras de limitação de som, todas as questões de segurança, mantém-se inalteráveis e, quero dizer que não há problemas de segurança, pelo menos que eu saiba, com o Festival Forte.” -----

----- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Eu penso que uma coisa não terá a ver com a outra, porque aquilo que o Senhor Presidente explicou, onde falou das entradas, eu estou a falar em específico é da taxa de utilização, para estes efeitos, do Castelo. Tanto que os casais que pretendem casar lá também têm que pagar uma taxa e, portanto, isto são tudo coisas diferentes. Aquilo que, provavelmente, todas as bancadas querem dizer, penso eu que será esta situação em específico, e não será o resto das outras taxas. -----

----- Em relação a isto, também me queria pronunciar sobre este ponto e da seguinte forma: -----

----- Pela primeira vez, vimos que este Município cumpre com o que está previsto no Regulamento das Taxas Municipais mais concretamente, no disposto no artigo 26.º e 28.º. Já que no passado recente isto é, a última vez que este assunto veio a votação nesta Assembleia, foi gerada grande controvérsia sobre este tema, tendo sido defendido a ferro e fogo pelo Executivo, técnicos e outras bancadas que poderiam ser atribuídas reduções da taxa de utilização do Castelo, mas agora vêm dar o dito por não dito e, apresentar uma proposta de acordo com o que sempre foi defendido por esta bancada. A aplicação correta do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

Regulamento. Ficamos contentes por percebermos que ao longo dos últimos anos, efetivamente tínhamos razão e, desta vez, não vai ser votada uma proposta contra o Regulamento do Município, uma vez que o Regulamento prevê ou o pagamento ou a isenção total e não a redução de taxas.-----

----- Na verdade, também este problema resulta em si, na não alteração da tabela das taxas e, em específico, da taxa de utilização do Castelo, pois todos somos unânimes numa coisa, a taxa de utilização é muito dispendiosa e, esta situação será tanto mais justa e equitativa, quanto mais depressa for alterada a mesma, para que a utilização do Castelo esteja ao alcance de todos e, portanto, também esta alteração tem vindo a ser prometida ao longo do tempo, por este Executivo e, anos anteriores, mas acreditamos que seja por falta de oportunidade, já que não é por falta de avisos reiterados e sistemáticos por esta Bancada.-----

----- No passado, esta Bancada votou contra este ponto, precisamente por ter a convicção da errada aplicação da Lei por parte deste Executivo e, também, pela aplicação da redução de taxas a seu bel-prazer, sem critério legal. Contudo, também nos pautamos por uma postura de coerência e, reconhecendo a importância que este Festival tem para a economia local e, porque também reconhecemos que, desta vez e, queremos deixar isso bem claro. A Lei, na nossa ótica está a ser bem aplicada contudo, deverá sempre o Executivo proceder o mais depressa possível à alteração desta taxa, tão amplamente proclamada e, não realizada. Neste sentido, o sentido de voto desta Bancada será o da abstenção.”-----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	Abstenção-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	Abstenção-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	Abstenção-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	Abstenção-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	Abstenção-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	Abstenção-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	Abstenção-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro-----	Abstenção-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	Abstenção-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	Abstenção-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida-----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 40. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização genérica para dispensa da	
autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais para o ano económico 2017.	
----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu não tenho a acrescentar a este ponto. É idêntica à do	
ano passado. Se quiserem algum esclarecimento adicional, está aqui a nossa Jurista e Chefe de Divisão em	
regime de substituição da DAGF.”-----	
----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a	
votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que	
a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Telma Margarida Neves Simões-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- Carlos Alberto Costa Gomes-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Eusébio Ramos Sousa Campos-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- António Almeida Coelho-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----
----- Paulo Jorge Pinto Rama-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Ponto 41. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização genérica pra efeitos do disposto no nº 2 do artº 16 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – Isenções e Reduções de Taxas, para o ano 2017. -----	
----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Carlos Lucas Correia-----	A Favor-----
----- Susana Paula Malva Branco-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Tânia Sofia de Jesus Monteiro-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----
 ----- Telma Margarida Neves Simões----- A Favor-----
 ----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
 ----- Rui Manuel Salgado Canha Limeiro----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
 ----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- Carlos Alberto Costa Gomes----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Eusébio Ramos Sousa Campos----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- António Almeida Coelho----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento.-----

----- **Ponto 42. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais – listagem de compromissos plurianuais assumidos.**-----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos.---

----- **Ponto 43. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal para efeitos do disposto no nº 2 do artº 16 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – listagem de isenções e/ou reduções de taxas.** - -----

----- A AM tomou conhecimento da autorização genérica para dispensa de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Listagem de isenções e/ou reduções de taxas.-----

----- **Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº.**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2016, novembro, 29**

75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013. -----

----- Verificou-se a existência de público, sem qualquer pedido de intervenção.-----

----- O PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade.-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de terminar a Assembleia, duas questões prévias. Uma que solicito, de qualquer forma a reserva de dia 22 de dezembro, porquanto o Executivo Municipal me solicitou, eventualmente, a convocação de uma Assembleia extraordinária para algumas questões pendentes. Portanto, não estão libertados do dia 22 de dezembro, já que tínhamos feito a reserva desse dia, devemos mantê-la.-----

----- Outra questão apenas e, antes de terminar, só porque as citações têm autor e, se as citações têm autor hoje, a Senhora deputada Ana Cristina Jorge citou Séneca sem o dizer e o Senhor deputado Oliveira e Sousa citou Mário Pereira, que sempre se esquece de o dizer.-----

----- Portanto, tirando estas duas questões, eu constato que a Assembleia está de facto, bem disposta e, que, realmente se diverte muito, quando apesar de, não oficialmente, oficiosamente abriu a campanha eleitoral para as próximas Autárquicas.”-----

----- Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às dezanove horas, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Lucas Correia

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva